

**A mediatização da Central Nuclear de
Almaraz:
Estudo comparativo da cobertura jornalística da
RTP e da TVE**

Daniela dos Santos Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Jornalismo

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Anabela Maria Gradim Alves

Fevereiro de 2021

Dedicatória

“Nós conseguimos fazer tudo aquilo que quisermos desde que persistamos o tempo suficiente” – Helen Keller

Aos meus avós.

Aos meus pais.

Ao meu irmão.

Aos meus amigos.

Por nunca me terem deixado desistir dos objetivos que tracei desde cedo.

Agradecimentos

Quero expressar o meu agradecimento a todos os que me ajudaram e apoiaram nesta longa jornada. Sem o contributo destas pessoas, esta investigação jamais teria chegado a bom porto, nem teria sido possível. Nesta que foi uma fase marcada por muita ansiedade, incerteza, dilemas e o medo de não conseguir, mas também como a fase mais gratificante, onde consegui colocar à prova as minhas capacidades e toda a minha persistência.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Anabela Maria Gradim Alves, por toda a paciência, compreensão, empenho, a sua partilha de conhecimentos, visão crítica, disponibilidade, todo o incentivo que me deu, ao longo deste tempo. Aqui lhe exprimo a minha gratidão.

Aos professores Ricardo Morais, José Carvalheiro e João Correia, pelo vosso rigor académico, que tanto admiro, a vossa ajuda por terem sido sempre acessíveis, cada vez que as minhas dúvidas surgiam, o meu bem-haja.

Aos meus colegas da melhor turma que poderia ter tido, onde conseguimos juntar a boa energia de três continentes diferentes, a cada um de vocês, muito obrigada. Guardo os melhores momentos, deste percurso académico, convosco.

À minha amiga Mariana Pais, que me acompanhou desde o 1º ano de licenciatura, obrigada por teres sido o meu maior apoio na Covilhã, a conhecida cidade neve das amizades para a vida.

E por fim, mas não menos importante, o meu profundo e sentido agradecimento à minha família. Aos meus pais, avós e irmão. Foi graças a vocês que tive a oportunidade de prosseguir os meus estudos e foi graças aos valores que sempre me transmitiram, e que preservarei para o resto da vida, que cheguei até aqui. Esta conquista não é só minha, é nossa!

Resumo

A presente dissertação de mestrado focar-se-á na teoria do enquadramento (*framing*), em particular, aplicada à forma como a questão da Central Nuclear de Almaraz foi enquadrada e acompanhada pelos média de Portugal e Espanha, mais especificamente, a emissora pública portuguesa RTP e a emissora pública espanhola, TVE, através de peças emitidas pelo telejornal e *telediario*, um espaço informativo diário nos dois meios de comunicação.

A permanência do funcionamento desta central, situada na comunidade espanhola de Cáceres, mesmo após a mesma já ter ultrapassado o tempo útil de vida, tem obtido ao longo do tempo opiniões divergentes, acentuadas entre os dois lados da fronteira entre Portugal e Espanha. O grande foco mediático deu-se entre 2016 e 2017, pela decisão unilateral de Espanha em construir um armazém de resíduos nucleares, sem consulta prévia ao país vizinho – dando azo a um grande debate público.

A reflexão desta questão passará por uma revisão bibliográfica sobre o telejornalismo, com especial enfoque do telejornalismo ibérico que retratamos na investigação. A contextualização da questão mediática da central e todo o seu desenvolvimento e ainda o debruçar sobre a teoria de enquadramento na sua origem e aplicação, nomeadamente nas peças que foram extraídas de ambas as emissoras escolhidas no *corpus* de análise, num recorte temporal que data o dia 29 de dezembro de 2016 ao 29 de maio de 2017. Um estudo comparativo da forma como a RTP e a TVE pegaram e expuseram a questão da Central Nuclear de Almaraz, procurando-se as possíveis diferenças de tratamento, dado que os diferentes *frames* são “perspetivas seletivas sobre determinados assuntos – visões que constroem a realidade de uma determinada maneira, conduzindo a diferentes avaliações e recomendações” (Mathes *apud* Gradim, 2016:54).

Palavras-chave

Telejornalismo; Framing; Central Nuclear; Almaraz; RTP; TVE

Abstract

This master's thesis will focus on framing theory, in particular, applied to the way the issue of the Almaraz Nuclear Power Plant was framed and followed by the media from Portugal and Spain, more specifically, the portuguese public broadcaster RTP and the Spanish public broadcaster, TVE, through pieces broadcast by the *telejornal* and *telediario*, a daily information space in both media.

The continued operation of this plant, located in the Spanish community of Cáceres, even after it has already exceeded its useful life, has over time obtained divergent opinions, accentuated between the two sides of the border between Portugal and Spain. The major media focus was between 2016 and 2017, due to Spain's unilateral decision to build a nuclear waste warehouse, without prior consultation with the neighboring country - giving rise to an intense public debate.

The reflection on this issue will go through a bibliographic review on telejournalism, with a special focus on the Iberian telejournalism that we portrayed in the investigation. The contextualization of the media issue of the plant and all its development and also addressing the framing theory in its origin and application, , namely in the pieces that were extracted from both stations chosen in the corpus of analysis, in a time frame that dates from December 29, 2016 to May 29, 2017. A comparative study of the way RTP and TVE took and exposed the issue of the Almaraz Nuclear Power Station, looking for possible differences in treatment, given that the different frames are “selective perspectives on certain subjects - visions that construct reality in a certain way, leading to different assessments and recommendations ”(Mathes apud Gradim, 2016: 54).

Keywords

Telejournalism;Framing;Nuclear Center;Almaraz;RTP;TVE

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Energia nuclear transfronteiriça: O conflito entre Portugal e Espanha	5
1.1. A descoberta nuclear: dos átomos à energia	5
1.1.2. Centrais Nucleares: Uma bomba relógio?	6
1.2. Energia Nuclear em Espanha	8
1.2.1. Portugal em Risco?	10
1.3. O debate nuclear transfronteiriço	12
1.3.1. A opinião pública	15
Capítulo 2 – <i>Framing</i>	19
2.1. Contextualização histórica	19
2.2. Definição do conceito	22
2.2.1. <i>Framing</i> e <i>agenda-setting</i> : o que os distingue?	25
2.3. O <i>Framing</i> no campo jornalístico	26
2.3.1. A aplicação do <i>framing</i>	30
Capítulo 3- Televisão Ibérica: Países vizinhos no campo jornalístico	33
3.1. Poder e contrapoder dos média	33
3.2. Telejornal: O jornalismo no grande ecrã	36
3.3. Serviço público de televisão	39
3.4. Rádio e televisão portuguesa (RTP)	41
3.5. A televisión Española (TVE)	44
Capítulo 4- Metodologia	47
4.1. Introdução	47
4.1.2. Base conceptual	47
4.1.3. As abordagens	51
4.2. Problema de investigação	55

• Objetivos e hipóteses	57
4.2.1. Opção metodológica	58
• Desenho da investigação	61
Capítulo 5- Análise de dados	65
5.1. Descrição dos <i>frames</i>	65
5.1.2. As categorias	69
5.2. Apresentação das peças	71
Capítulo 6- Conclusão	105
Referências bibliográficas	113

Lista de Figuras

Figura 1 – As etapas da investigação por Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt	49
---	----

Lista de Acrónimos

EUA	Estados Unidos da América
INES	International Nuclear Event Scale
KWH	Quilowatt-hora
MIA	Movimento Ibérico Nuclear
PAN	Partido Pessoas-Animais-Natureza
CSN	Conselho de Segurança Nuclear de Espanha
UE	União Europeia
KAL	Korean Air Lines
CBS	Columbia Broadcasting System
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
TVE	Televisión Española
BBC	British Broadcasting Corporation
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
TVI	Televisão Independente
UFA	União Federal da Alemanha
ATI	Depósito de Resíduos Nucleares

Introdução

No campo jornalístico, a forma como as notícias são definidas, produzidas, enquadradas e emitidas pode variar, sendo várias as técnicas, mesmo quando estamos perante o mesmo tema.

É no ato de ligarmos a televisão e sentarmo-nos frente ao ecrã como telespectador que vamos absorvendo aquilo que se passa quer seja no país quer seja no mundo, através dos vários espaços informativos que a caixa mágica nos traz, como o caso do telejornal, um velho aliado da televisão que marca os 30 minutos ou 1 hora da vida de vários cidadãos.

Mas qual será o cenário por detrás dessas notícias? Como são abordadas, enquadradas expostas para os que as acompanham? Serão as notícias, esses meios que se apresentam como janelas da atualidade, fruto de diferentes perspetivas? É através destas questões que somos encaminhados para o conceito de *framing*, também conhecida como teoria do enquadramento, que se foca nas diferenças das questões, “acerca do modo como a informação é apresentada ou enquadrada e percecionada no discurso público” (Correia *apud* Gradim, 2016: 14).

Com um desenvolvimento cada vez mais notório, os estudos de *framing* têm ganho terreno em diversas áreas, sobretudo em estudos académicos de comunicação, aplicando-se em diversos temas onde a partir de uma diferente “perspetiva ou ângulo de abordagem podem resultar notícias aparentemente díspares” (Gradim,2016:24).

É exatamente com base nesta teoria que submetemos a análise a questão da Central Nuclear de Almaraz, um tema pertencente a Espanha e a Portugal, do qual não podemos negar a notoriedade e intenso debate de que foi alvo, e que tem permanecido ao longo do tempo, pela mediatização, polémica e desentendimento ibérico que já suscitou. Esta questão suscitou opiniões divergentes, de ambos os lados da fronteira no que toca à permanência da central e ao seu funcionamento, bem como à construção de um armazém de resíduos, e que se tem traduzido num descontentamento afincado de Portugal que pede o seu desmantelamento imediato, devido à proximidade das instalações com a fronteira. E do outro lado, a resistência do governo espanhol a encerrar a central, pretendendo prolongar a sua vida útil até outubro de 2028, o que o levou a dar luz verde para a construção do ATI, sem consulta prévia ao governo português. A questão tem sido muito contestada, com um total desagrado do governo português perante a continuação do período de vida Central Nuclear de Almaraz ultrapassando o termo de autorização em vigor.

Situada em Cáceres, uma das comunidades autónomas da Estremadura de Espanha, a central construída em 1972, conta com dois reatores implementados numa zona de elevado risco sísmico e com uma proximidade de 110 quilómetros, em linha reta, com Portugal. Embora as vantagens das centrais sejam reconhecidas, as desvantagens e riscos também são bem visíveis, aos olhos de muitos que discutiram e continuam a discutir este tema. Num cenário de desastre nuclear que coloca em risco o meio ambiente e saúde humana, afetando o rio Tejo e colocando distritos como Portalegre e Castelo Branco sobre grande ameaça.

Foram já vários os incidentes que ocorreram nas instalações da Central Nuclear de Almaraz que continua a alarmar muitos espanhóis e portugueses. Uma central que é definida por Nuno Sequeira, responsável da Quercus, como “envelhecida e obsoleta” (Observador,2020).

Com base neste tema, várias peças das emissoras públicas dos dois países, RTP e TVE, foram retiradas e analisadas, mais especificamente 28 peças da emissora portuguesa e 8 da emissora espanhola, durante um recorte temporal que data o dia 29 de dezembro de 2016 até ao dia 29 de maio de 2017. Foram 5 meses de análise às categorias como a temporalidade, formato, posição, títulos, fontes, linguagem visual, bem como o enquadramento que cada peça sofreu por parte dos meios de comunicação escolhidos.

É na ideia de que o mesmo tema pode ser interpretado e exposto da mesma forma, dado que nos próprios sujeitos “em pontos ou situações distintas de uma cena terão visões ligeiramente diferentes do que nela ocorre” (Gradim,2016:36), e onde os mesmos “pensam por frames (...) para ser aceite, a verdade tem de adaptar-se às frames das pessoas” (Lakoff *apud* Gradim,2016:43), que submetemos o nosso corpus de investigação dentro do objetivo de percebermos se há de facto essas diferenças e perspetivas distintas por parte da RTP e da TVE, no que toca à apresentação do mesmo, a Central Nuclear de Almaraz, e se a forma como o tema foi enquadrado se espelha também nas diferentes posições que os governos de ambos os países tiveram sobre este ponto.

Ao estudo das notícias podemos aplicar a teoria de *framing analysis*, sendo esta um meio para conseguirmos entender os meios de comunicação e a forma como as mensagens são tratadas, organizadas pelos mesmos, destacando preferências de um determinado enquadramento se comparado com outros.

Erving Goffman utilizou o *framing* pela primeira vez em 1974 “para caracterizar como os indivíduos compreendem e respondem às situações sociais a partir do modo com que organizam a vida quotidiana” (Gutmann,2008:8). Ou ainda como Entman defendeu dizendo que o *framing* “parece ser um poder no processo democrático, pois as elites políticas controlam o enquadramento dos assuntos” (Entman *apud* Gradim, 2016:47), numa teoria que “evoluiu como um paradigma embrionário para uma sistematização mais profunda” (Correia *apud* Gradim, 2016:7), aplicada desta forma ao mundo das notícias que “ajudam a integrar e explicar o que parece novo e imprevisto, mas ao mesmo tempo oferecem um mundo legível e tranquilizadamente familiar” (Gradim,2016:69).

Capítulo 1 – Energia Nuclear transfronteiriça: O conflito entre Portugal e Espanha

1.1) A descoberta nuclear: dos átomos à energia

A origem da descoberta da energia nuclear remonta ao ano de 1789, quando o físico e farmacêutico Alemão, Martin Klaproth descobriu o urânio bem como outros elementos químicos, o caso do titânio. Entre várias pesquisas, estudos e descobertas feitas posteriormente, depressa se passou a aproveitar os átomos fonte de energia. A história do aproveitamento da energia atómica percorreu séculos e passou pelas mãos de muitos físicos, como Pierre e Marie Curie, James Chadwick, entre outros, que através de pequenas descobertas científicas foram descodificando o que designamos e conhecemos hoje por energia nuclear. Mas foi com Otto Hann e Fritz Stassmann que a mesma passaria da teoria à prática, tendo os dois descoberto que “(...) na fissão nuclear não era apenas liberada energia, mas também outros neutrões que podiam procurar o processo de fissão em partículas vizinhas, originando uma reacção em cadeia com várias partículas de urânio (...) o que levaria a uma libertação de energia em larga escala” (Gomes,2017).

Esta descoberta logo passaria por uma fase trágica, em plena segunda Guerra Mundial, quando se começou a aplicar a energia nuclear para fins bélicos, dado que “o clima de guerra que se vivia na altura deixou, contudo, poucas opções de escolha relativamente à aplicação daquele conhecimento” (Gomes,2017).

Armas nucleares capazes de dizimar um grande número de pessoas e deixar um rasto de destruição e morte, começaram a ser desenvolvidas, pondo-se de lado uma aspiração bem-intencionada por parte dos físicos que descobriram este tipo de energia, criando um meio trágico e desvirtuado pelos interesses bélicos, na altura, de países como os EUA e a União Soviética. Um perigo que teria sido já refletido por Frédéric Joliot-Curie, quando no discurso do Nobel que recebera em 1935 em Estocolmo, chamara a atenção para o facto de “cientistas que podem construir e demolir elementos à vontade podem ser capazes de causar transformações nucleares de carácter explosivo” (Cornwell,2003:188).

A força deste tipo e energia bem como os danos por ela causados viria a alterar “a forma de equacionar os problemas da guerra e da paz a nível as relações internacionais” (Bernarda, 2014). A bomba atómica, uma arma mortífera que segundo os físicos alemães Otto Frisch e Rudolf Peirls tem uma energia “que é aproximadamente a mesma da

produzida por uma explosão de 1.000 toneladas de dinamite (...)” (Gomes,2017), foi construída pelos Estados Unidos da América, que após terem recebido um aviso por correspondência de Einstein e Zilard, entregue ao então presidente do país Roosevelt, que alertava para o facto de Hitler ter fornecido “o primeiro sinal de alerta, interditando a exportação de urânio das minas Checoslovacas” (Maia,2003:30). Este aviso, levou a que a os norte-americanos se impusessem como líderes nas pesquisas sobre fissão nuclear, iniciando aquele que ficaria conhecido como o projeto Manhattan – de onde surgiria arma mais poderosa e destrutiva criada até hoje.

Todo o desenvolvimento e construção da bomba foi feito em total segredo, tendo sido apresentada ao mundo para nunca mais ser esquecida, no dia 6 de agosto de 1945, quando é lançada sobre a cidade japonesa de Hiroshima e três dias depois sobre a cidade de Nagasaki, provocando a morte de 64 mil pessoas. A explosão foi enorme e “essa bola de fogo, semelhante a um pequeno sol com diâmetro de 280 metros, atingiu uma temperatura de aproximadamente três mil e quinhentos graus celsius” (Nakagawa,2014:104).

As armas nucleares começaram a alastrar a países como a Índia, Paquistão, Israel, entre outros. Face ao escalar desta situação, podendo-se tornar ainda mais destrutiva, começou a desenvolver-se a ideia de se utilizar a energia nuclear para um uso pacífico, divulgando-se vários conhecimentos científicos e tecnológicos que visaram a exploração comercial da energia nuclear, por exemplo através da produção de eletricidade. O país a dar o primeiro passo na construção de uma central nuclear, definida como instalações industriais para o fim de produção de eletricidade, foi o Reino Unido, no ano de 1956, com a central Calder Hall. Atualmente, cerca de 35 países, espalhados pelos diferentes cantos do mundo, têm centrais nucleares. Estima-se que 450 reatores que estão a operar no total e que são responsáveis por “cerca de 11% da energia elétrica consumida no mundo” (Energia nuclear, 2019). Em posição de liderança em termos de produção de energia encontram-se os Estados Unidos da América, seguidos de países como a França, China, Rússia, Coreia do Sul, entre outros.

1.1.2) Centrais Nucleares: uma bomba relógio?

Apesar do uso das centrais nucleares para fins energéticos ser fonte notória de lucro e investimento para os países que as albergam, as mesmas são também muitas vezes vistas como autênticas bombas relógio, tendo havido já vários registos de acidentes nucleares

graves. Para medir a escala de risco e os efeitos radioativos de uma central nuclear é utilizada a Escala Internacional de Ocorrências Nucleares (INES), uma escala equiparada à escala de Celsius ou de Richter. A INES é utilizada para “explicar o significado dos acontecimentos radiológicos a partir de uma série de atividade” (Flores,2011:30). Os acontecimentos são analisados em sete níveis, embora devido “ao sigilo dos governos e das empresas que possuem usinas nucleares, em alguns casos é difícil determinar a gravidade ou a extensão de um acidente nuclear, bem como o seu impacto” (Energia nuclear,2019).

Dos acidentes ocorridos, muitos foram os que ficaram na lista das tragédias da humanidade pelo seu impacto, como o caso do acidente nuclear em Three Mile Island nos EUA no ano 1979, o de Chernobyl na Ucrânia em 1986, tendo estes registado níveis INES na escala de 5 e 7; e ainda o mais recente, ocorrido no ano de 2011 no Japão, mais propriamente em Fukushima.

O acidente de Three Mile Island deveu-se a problemas elétricos e mecânicos juntamente com “uma sequência de tentativas humanas em corrigir o problema somados à falta de manutenção do equipamento de controle, acabando por libertar para o ambiente gases radioativos” (Vieira e Vianna,2017:22). Relativamente ao acidente nuclear de Chernobyl “a maior das centrais nucleares que passou a produzir energia para a construção do comunismo” (Expresso,2009), ocorreria por causa de défices no sistema de segurança, dado que “no bloco leste, devido à falta de recursos, houve necessidade de desenvolver centrais de baixo custo e elevado rendimento” (Flores,2011:37). Este foi um dos maiores acidentes nucleares da história, causado “por um teste de eficiência de refrigeração do núcleo do reator em caso de falta de corrente elétrica. O reator explodiu e lançou uma nuvem na atmosfera composta por elementos radioativos” (Vieira e Viana,2017:22). O acidente de Chernobyl causou a morte a cerca de 25 mil pessoas, segundo o governo soviético, embora organizações não governamentais calculem 80 mil, e efeitos que ainda hoje perduram. Um quarto de século depois a radioatividade ainda paira nesta localidade que permanece como uma verdadeira cidade fantasma. Um acidente que não se deixa esquecer e onde “dezenas de milhares de pessoas estão ainda afetadas” (Euronews,2016), nascendo ainda centenas de crianças com más formações genéticas.

Já o mais recente acidente, ocorrido em Fukushima, deu-se após alguns dos reatores da central se terem desligado afetando o sistema de refrigeração da central. Estes foram desligados após o sismo de Tohoku e o conseqüente tsunami que o sismo originou e que acabou por atingir a central, deixando os “edifícios e áreas circundantes inundados. O tsunami não só destruiu os meios de fornecimento de energia da central como arrastou veículos, maquinaria pesada, tanques de combustível” (Wahnon,2013:33). Este foi um

acidente onde “foram quebradas muitas camadas de segurança simultaneamente e a alimentação dos reatores foi perdida ao mesmo tempo” (Wahnon,2013:40). Um acontecimento que alarmou o mundo e que “despoletou o maior evento nuclear que as autoridades japonesas declararam como nível 7, o nível mais alto da Internacional Nuclear Event Scale (INES), semelhante ao episódio de Chernobyl” (Silva,2013:11), onde os níveis de radioatividade lançados para o ambiente “tornaram mandatórias as evacuações e medidas preventivas” (*idem*), embora ainda dois trabalhadores tenham perdido a vida.

1.2) Energia Nuclear em Espanha

Espanha é também um dos países onde a presença de centrais nucleares é bastante notória, com uma aposta significativa neste tipo de energia, tendo surgido por volta dos anos 60. As primeiras centrais a serem construídas foram a central de Santa Maria de Garoña, a de José Corbrera e ainda a Central de Vandellós. Já na década de 70, avançou-se com a construção de mais sete reatores nucleares, marcando assim o início da segunda geração de centrais nucleares em Espanha. Nos anos seguintes, o desenvolvimento deste tipo de energia foi vertiginoso, “constante nos últimos trinta anos” (Energia nuclear,2019). No ano de 2000, este país contava “com nove reatores nucleares que somam uma potência instalada de 7.800 megavattios e uma produção de 62.206 milhões de kilovattios/hora, 2,4% do total mundial” (Marin,2002:65). Sendo que seis anos depois, em Espanha “as centrais nucleares geravam ao longo deste ano quase 22% da eletricidade, com níveis de rendimento elevado por unidade de potência estabelecida” (Pedro,2012:23).

Atualmente, estão em funcionamento sete reatores “representando aproximadamente 18,29% do total da energia em Espanha” (Energia nuclear,2019). E embora os acidentes, referidos no ponto anterior, tenham tornado este tipo de energia “muito controversa aos olhos dos decisores políticos e da sociedade civil de muitos países” (Dantes,2017:23), a Espanha conta já com 33 anos em termos de idade média, no que se refere ao parque nuclear deste país, apresentando-se como o terceiro mais antigo da Europa a albergar centrais nucleares. São cerca de cinco décadas de uma produção marcada pela sua regularidade, destacando-se por esta regularidade de produção as centrais de Almaraz e Trillo “com praticamente 90% do tempo a operar em plena potência” (El periódico de la energia,2019), e onde a política se tem traduzido, nos últimos tempos, na “ampliação da

potência instalada nas centrais e o alargamento do período de atividade” (Marin,2002:77).

O interesse económico de Espanha em manter as centrais nucleares é uma realidade do país, dado que “cada reator de 1000 MW produz aproximadamente 1 milhão de euros de benefícios diários” (Castejón,2018). Segundo Juan Antonio Gago, presidente da associação nuclear Espanhola (SNE), a instalação nuclear do país tem apostado constantemente no desenvolvimento e modernização, afirmando mesmo que existe um investimento que ronda em média “40 milhões de euros anuais por central” (La Vanguardia,2018).

A central nuclear de Almaraz é uma das que marca presença no país. Situada na região de Cáceres e ocupando cerca de 1,683 hectares, foi construída em 1972 e é dividida em Almaraz I e Almaraz II, composta por um total de dois reatores, e responsável por cerca de 9% da energia que se produz em Espanha, cerca de 16 milhões de KWH de eletricidade por ano. Tendo sido a quarta central a ser construída no país, conta já com um funcionamento que ultrapassa os 30 anos, mais do que o prazo de vida considerados válidos para as centrais nucleares, que vai até aos 25 anos.

Esta central registou já alguns acidentes que inclusivamente levaram ao encerramento temporário da mesma (Guimarães,2016). É de realçar os dois acidentes ocorridos no ano de 2012 no mês de abril: “O primeiro ocorreu no sábado dia 8, sendo seguido por um outro no dia 10, e devendo-se ambos a falhas elétricas” (Caitana, Ribeiro, Silva, Brás, Meira et al. 2019:93). Algumas situações foram já relatadas por habitantes da zona de Almaraz que garantiram que no ano de 1988 houve um acidente “causando abortos em animais e doenças, além de malformações em crianças”. (Almeida e Viegas,2009).

Embora continue em funcionamento, os alertas para os riscos de um futuro acidente são vários e estão bem presentes na opinião pública. Em 2005, através de uma inspeção à central de Almaraz revelou-se que esta “não reunia todas as condições de segurança para operar, demonstrando falhas de prevenção na vigilância contra incêndios” (Caitana, Ribeiro, Silva, Brás, Meira et al. 2019:91). Além disso, “os técnicos que se deslocaram ao local declararam não haver garantias suficientes de que as bombas de água do sistema de serviços essenciais da central operassem com normalidade” (Caitana, Ribeiro, Silva, Brás, Meira et al. 2019:92). Também noutro teste realizado para verificar a resistência, feito através de um pedido da Greenpeace, “verificou-se a falta de válvulas semelhantes àquelas que causaram o acidente nuclear em Fukushima” (Caitana, Silva, Brás, Meira et al. 2019:98). Afirma-se ainda que “desde que o seu primeiro reator começou a funcionar registaram-se 2800 incidentes; e só nos primeiros seis meses de 2016 contaram-se 40

notificações” (Ruela e Júnior,2017). O Conselho de Segurança Nuclear Espanhol (CSN), alertou também para a série de pequenos incidentes sucessivos que tem ocorrido na central nuclear de Almaraz.

1.2.1) Portugal em Perigo?

Um acidente na central nuclear de Almaraz afetaria não só o país onde a mesma se encontra, Espanha, como também Portugal, dado que a central está situada a pouco menos de 100 quilómetros da fronteira, ficando muito próxima do concelho de Idanha-a-Nova. Uma proximidade geográfica que pode trazer problemas sérios a Portugal, com potencial para afetar inclusive o Rio Tejo que une estes dois países. Uma radioatividade que afetaria o país não pelo ar como também pela água, contaminando assim os lençóis freáticos, solos e a própria atmosfera. É por causa destes riscos que se realiza “a monitorização radiológica do rio em território português, ou seja, a medida da radioatividade artificial em vários compartimentos do rio” (Correia, Ferreira, Sequeira,1996:21), sendo que após a construção e funcionamento da central “iniciaram-se amostragens mensais em Vila Velha de Ródão e/ou Fratel” (idem).

Através de uma reportagem produzida pela Revista Visão, afirma-se que se houver um acidente nuclear num dos reatores “os distritos de Castelo Branco e de Portalegre podem ser os mais afetados” (Júnior e Ruela,2017). Isto mesmo foi confirmado através de um estudo levado a cabo pelo elemento da defesa biológico, químico e radiológico do comando das forças terrestres de um programa da NATO, que concluiu que “uma evolução da nuvem radioativa nas 40 horas pelo território português, afetaria Idanha a Nova, Castelo Branco e Penamacor” estimando-se que “Idanha a Nova teria de ser evacuada”.

Segundo os resultados de vigilância radiológica, levada a cabo pelo laboratório de proteção e segurança radiológica (LPSR) “os valores de trítio são superiores ao valor normal (...) dado que a central utiliza a água do rio Tejo para arrefecer os reatores” (Ferreira,2017).

A permanência da central aponta para um risco de instabilidade dos caudais bem como a qualidade da água que chega ao nosso país, podendo afetar o curso do rio Tejo até à foz em Lisboa. Embora a energia nuclear seja considerada uma fonte de energia relativamente barata, os riscos são notórios pelo perigo de radiação que se emite durante

toda a produção da energia bem como radioatividade extrema dos materiais utilizados, tornando-se numa fonte perigosa e não atrativa.

Embora haja, através da Comissão Europeia, uma legislação que se debruce sobre o funcionamento em segurança das centrais nucleares, bem como a proteção da população e trabalhadores, e a mesma obrigue a que os países que possuem centrais nucleares estejam atentos e monitorizem a radioatividade do ar, da água, do solo e dos alimentos (World Nuclear Association,2015), os perigos continuam a ser uma realidade, o que leva a que se olhe para as centrais como autênticas bombas relógio.

A maior parte da energia consumida no nosso país é gerada nas centrais nucleares espanholas “sendo depois transacionada no mercado ibérico de energia elétrica e injetada na rede juntamente com a que tem origem noutras formas de produção, sobretudo renováveis” (Nunes,2011). E embora se afirme que Portugal e Espanha possuem sistemas de informação permanentes e planos de emergência para um eventual acidente na central nuclear de Almaraz (Novais,2016), o ambientalista Nuno Sequeira, pertencente à associação Quercus e também ao Movimento Ibérico antinuclear (MIA), chama a atenção para o facto da energia nuclear “comportar enormes riscos (...) deixa para as próximas gerações uma herança pesadíssima de resíduos radioativos” (Jornal económico,2019), sendo que “é impossível garantir, com segurança absoluta, que a radiação contida num reator nuclear não seja libertada no meio ambiente” (Greenpeace,2014).

É pela grande proximidade entre os dois países, que muitos ambientalistas, quer de Portugal quer de Espanha, apelam para o encerramento da central, na qual caso haja um acidente pode deixar o rasto de “800 mil pessoas em Portugal afetados pela radioatividade” (Diário de notícias,2017), com um grande impacto na saúde pública.

Portugal também já se viu de braços dados com um plano de construção de uma central nuclear. Uma ideia que surgiu em 1973. Durante a época do Estado Novo a discussão surgiria pela Companhia Portuguesa de Energia (CPE), pela “existência no país de reservas de urânio e gás de xisto, fundamentais para a produção de energia nuclear” (Caitana,Ribeiro,Silva, Brás, Meira et al. 2019:78). O local escolhido para acolher a central foi Ferrel, mas após uma forte oposição pública, a ideia foi abandonada. O povo saiu à rua em 1976 e a luta que protagonizaram foi considerada como “o mais forte protesto popular ambiental que emergiu no país na segunda metade da década de 70” (*idem*), estimulando “lutas ambientais e a fundação de associações ambientalistas nacionais, como o Movimento Ecológico Português” (*idem*). A revolta da população de Ferrel refletiu-se na destruição de “alicerces de construção, o fechamento das valas e a

destruição dos equipamentos que forçaram a paralisação dos trabalhos” (Caitana, Ribeiro, Silva, Brás, Meira et al. 2019:86).

1.3) O debate nuclear transfronteiriço

As opiniões sobre a permanência da central nuclear de Almaraz, bem como a aposta neste tipo de energia, sempre foram bastante díspares, colocando os dois países vizinhos, Portugal e Espanha em posições diferentes, e tendo resultado durante alguns meses, em divergências não só entre cidadãos comuns, como também entre organizações ambientais, e acima e tudo, entre os dois estados em questão.

A Central Nuclear de Almaraz, situada na zona de Cáceres, ultrapassou já aquele que é considerado como tempo de vida máximo definido para uma central. O limite ronda os cerca de 25, 30 anos no máximo, sendo que a central em questão já acumula mais cinco – um alargamento do prazo de funcionamento que podem aumentar ainda mais o risco de falhas em termos de segurança. Esta realidade alastra-se a outras centrais nucleares existentes, pois tal como o especialista francês em economia da energia, Henri Baguenier alerta “a maioria das centrais nucleares no mundo tem mais de 30 anos (...) o setor nuclear é um setor velho em termos de capacidade de produção e funcionamento” (Castelo,2017). Também o físico nuclear e presidente da comissão reguladora para a segurança das instalações nucleares, António Sá Fonseca, reflete sobre estes prolongamentos do tempo de vida das centrais nucleares, afirmando que a resistência do aço e de betão, de que são compostos os reatores, vão ficando gastos com o tempo, “sujeitos a fadiga” (idem).

A central nuclear de Almaraz deveria ter sido encerrada em 2010, no entanto “o governo espanhol prolongou o período de vida da central até 2020, funcionando sem possuir os mais modernos e avançados sistemas de segurança” (Projeto de Resolução nº105/XIII/1º - PAN), uma “licença de renovação dada pelo Ministério da Indústria a 8 de Junho de 2010” (Revista Sábado,2017), embora após uma avaliação intensa e um teste de resistência por parte da Greenpeace constatasse que não possui “válvulas de segurança que previnam a explosão do hidrogénio (...) não possui medidas de gestão de acidentes eficazes (...) sem avaliação de riscos naturais, inexistência de sistemas de ventilação com filtro (...) possui um design débil que torna a central vulnerável a fatores de risco externo, sejam eles acidentes ou premeditados” (idem), chamando-se ainda a atenção para o facto dos dois reatores estarem a funcionar “com uma potência superior do que aquela para a qual foram desenhados” (idem).

Várias associações e movimentos ecologistas, quer espanhóis quer portugueses, tentam há vários anos que o encerramento desta central se concretize. Uma luta presente já no ano de 2008 quando a Quercus realizou uma manifestação antinuclear, contando com a participação de várias organizações.

Se a questão da permanência da central sempre colocou os dois países em posições díspares, o conflito transfronteiriço ainda seria mais notório quando no ano de 2016, durante o mês de Setembro, o Conselho de Segurança Nuclear de Espanha (CSN), deu luz verde para a construção de um armazenamento individual temporário com o objetivo de “depositar resíduos de elevado nível radioativo gerados pela central (...) composto por um muro de proteção e uma laje sísmica onde se depositarão 20 contentores” (Ferreira,2017:17). Esta foi uma decisão que deixou clara a intenção do governo espanhol em manter a central e em fazer mais um alargamento em termos de período de vida da central, deixando de lado o desmantelamento que estava já previsto para 2020, e fazendo com que a central ultrapasse desta forma os 40 anos de vida.

Desta decisão “ não houve uma informação formal do governo espanhol ao governo português” (Diário de Notícias,2017), desrespeitando-se desta forma o artigo 7º da diretiva (2011/92/EU, de 13 de dezembro de 2011) que assegura que “a aprovação dos projetos públicos e privados que possam ter um impacto significativo no ambiente só deverá ser concedida após avaliação dos efeitos significativos que estes projetos possam ter no ambiente (...)”, significando isto que “ a legislação europeia obriga a consulta entre Estados-membros para projetos de um país que possam afetar outros países” (Ferreira,2017). Já a diretiva de 2014/52/UE de 16 de abril veio clarificar ainda mais esta questão reforçando a ideia de que “os estados membros em causa devem consultar-se reciprocamente, designadamente sobre os potenciais efeitos transfronteiriços do projeto e sobre as medidas previstas para reduzir ou eliminar esses efeitos”.

Os protestos contra a permanência desta central, foram afirmados por associações ambientalistas, portuguesas e espanholas, bem como por parte do governo e dos partidos políticos da Assembleia da República. De 2016 a abril de 2017 os ânimos não acalmaram, e embora se esperasse que imediatamente os dois países chegassem a um acordo sobre a construção de um aterro nuclear, Lisboa avançou com uma queixa contra Espanha, queixa essa entregue à Comissão Europeia. Ao entregarem a queixa à Comissão Europeia, a mesma tem poder para “considerar que existe uma infração ao direito da União Europeia (...) depois de avaliar, a Comissão pode dar início à fase contenciosa, propondo uma ação por incumprimento contra o estado membro junto do tribunal europeu” (Costa,2017).

Este procedimento levou a que a relação histórica entre os dois países ficasse fragilizada, ocasionando um incidente diplomático.

No entanto, poucos meses depois, Portugal retira a queixa, após uma reunião entre António Costa e Mariano Rajoy, que sublinharam que “os litígios entre estados membros que são tradicionalmente aliados, devem ser resolvidos rapidamente de forma consensual e num espírito de cooperação” (Borges,2017) , sendo que Madrid garantiu a partir daí informar Portugal sobre todas as decisões relacionadas com Almaraz, anunciando-se uma negociação amigável, na qual ficou também acordada uma inspeção por parte das entidades portuguesas à central “a fim de expor a tecnologia e as características de segurança” (Carrapatoso e Rainho,2017). Vários protestos contra a decisão tomada por Portugal foram iniciados, a posição tomada foi alvo de críticas não só pela oposição política como por vários ambientalistas.

Toda a controvérsia, desde que se deu a conhecer a construção do armazém, às manifestações, apresentação de queixa e retirada da mesma foi acompanhada exaustivamente por vários meios de comunicação, tanto portugueses como espanhóis, numa cobertura jornalística que durou meses e onde todos os acontecimentos foram enquadrados com uma estrutura de sentidos das mensagens e ações. Destacam-se os meios de comunicação nacionais que dedicaram várias horas em debates, documentários, reportagens e diretos sobre o tema em questão. A central nuclear de Almaraz, tornou-se numa questão presente na agenda pública, com um acompanhamento detalhado ao longo de todo o processo, marcado por várias fases de sensibilização quanto à continuidade em funcionamento da central e os consequentes riscos dessa permanência. Esta questão foi exposta várias vezes em noticiários e debates públicos, entrando diariamente na casa dos portugueses e espanhóis.

O tema foi bastante mediatizado, sendo que segundo Dayan e Katz (1999) “a comunicação produz fenómenos como os acontecimentos mediáticos, fabricados propositadamente para conferir visibilidade aos que neles estão envolvidos”. Uma mediatização que pode ter um poder regulador e “privar a visibilidade aos outros campos sociais se eles não cumprirem as suas regras instituídas e se não se sujeitarem aos seus valores constitutivos, pois o poder de visibilidade está nas mãos dos media” (Borelli,2007:43). O conceito de mediatização refere-se à influência que os media têm em vários fenómenos, sendo que se afirma que “determinado acontecimento é mediático quando suscita uma excecional atenção dos media, exercendo certa hegemonia nos espaços destinados à informação, ou interrompendo, na rádio e na televisão, a sequência de programas” (Mesquita,2003:29).

1.3.1) A opinião pública

Após os vários acidentes ocorridos em centrais nucleares “quer os agentes políticos, quer a opinião pública, levantaram sérias dúvidas quanto à segurança neste tipo de energia” (Dantas,2017:22), originando-se vários debates e reflexões acerca da segurança deste tipo de energia, e levando a que muitos países tomassem uma posição mais rígida quanto à utilização e aposta na mesma. É este o caso da Alemanha que ao deparar-se com o acidente em Fukushima, se viu de braços dados com uma alteração “muito por culpa da opinião pública alemã. Tendo sido colocado (...) na agenda política energética, o plano progressivo de desmantelamento de centrais nucleares (...) uma vez que a eliminação gradual das centrais está prevista para 2022” (Maizi e Assoumou,2014).

Ao falarmos de opinião pública falamos de algo que “só se pode formar de acordo com o conhecimento que tem de certos fatos, de certas situações” (Silveira,1978:11), tendo a imprensa a função de “além de informar e divulgar factos, difundir conhecimentos, disseminando a cultura, a fim de melhor orientar a opinião pública” (Silveira,1978:15).

A oposição à energia nuclear “não é um fenómeno novo, tem precedentes na história da tecnologia” (Silveira,1978:22), como no caso dos EUA onde durante o ano de 1945 surgiu um movimento que se intitulava “Federação de Cientistas Atómicos e tinha por motivação a preocupação com os efeitos destruidores das bombas e a contaminação do ambiente” (*idem*), tendo-se alastrado por outros países, dado que “graças à universidade dos meios de comunicação, o fenómeno da oposição à energia nuclear é marcado por certa unidade em todo o mundo” (*idem*). Uma oposição que chegou também à Espanha e que tem aumentado cada vez mais “graças à imprensa sensacionalista, aos vizinhos da instalação e aos grupos políticos” (*idem*), destacando-se entidades como a “Association Española para la Ordenación del Medio Ambiente” (AEORMA), que desde o seu surgimento, em 1970, se tem mostrado firme na luta contra a radioatividade.

Com o passar do tempo, este tipo de energia foi ganhando cada vez mais uma imagem negativa, sendo a mesma “objeto de contestação ou de controvérsia, pois a imagem que foi criada nessas últimas décadas é a de monstros radioativos, planetas explodidos como resultado de experiências nucleares, o que influencia de forma significativa no pensamento do público sobre esta tecnologia” (Pastura et al, 2015:2). O tema é controverso e “combina o fator temor com o fator desconhecimento” (Flynn et al,2001:17), apresentando-se para muitos como “espetacular e único (...) involuntário,

diferido, desconhecido, incontrolável, não familiar, potencialmente catastrófico, temido e grave” (idem). Energia esta que marca uma posição ambígua na agenda das políticas europeias que se limitam a um “enquadramento legal para assegurar a segurança e não proliferação do uso desta energia, cabendo a cada estado membro a decisão de uso ou não de energia nuclear” (Schmidt,2014:161), uma controvérsia que se estende às dimensões político, económica, sócio ambiental e tecnológicas.

Este dualismo permaneceu acima de tudo entre 1945 e 1950, quando por um lado pairava o receio após os acidentes de Hiroxima e Nagasaki e por outro “um package concorrente ligava-a à ideia de progresso, e desenvolvimento económico e tecnológico” (Gradim,2016:53). Um dualismo estudado por Gamson e Modigliani, que através da aplicação das teorias de framing ao enquadramento mediático do tema conseguiram desenvolver “uma análise quantitativa e qualitativa da evolução do discurso sobre o nuclear e também sobre o modo como discursos concorrentes aplicam os elementos de construção de frames que postulam para provar este enquadramento teórico” (Gradim,2016:54).

Gamson e Modigliani conseguiram demonstrar, que até à década de 70, tanto na opinião pública como nos meios de comunicação, não existia um discurso antinuclear muito vincado, predominando sim um enquadramento positivo. Só com o passar dos anos e após acidentes de Three Mile Island é que a questão ganhara um teor negativo (Flynn et al,1998). Gamson e Modigliani analisaram diversos discursos “incluindo os políticos de assistência social, de ação afirmativa e de energia nuclear, oferecendo relatos sofisticados sobre a relação entre os enquadramentos da mídia e a cultura política” (Porto,2002:6). Ao longo desta pesquisa, os mesmos depararam-se com pacotes interpretativos sendo estes:

“Até aos anos 50, o frame de destruição massiva ligada ao trauma de Hiroxima; o frame concorrente do ‘progresso desenvolvimentista’, que encera o nuclear como uma alternativa energética económica, popular aos anos 60;e por fim nos anos 70, a ascensão do discurso antinuclear, preocupado com os perigos (...) e que é hoje o frame ou o pacote interpretativo dominante nestas questões” (Gradim,2017:23).

Em suma, ao longo do estudo percebemos que a opinião dos norte-americanos acerca da energia nuclear foi-se alterando ao longo das décadas, e que os próprios meios de comunicação foram dando diferentes enquadramentos ao tema, posteriormente identificados e absorvidos pelo público. Os resultados do estudo foram claros e demonstraram que “os frames criados pela imprensa americana para o tema coincidiram com os quadros de referência utilizados pela audiência no período de pesquisa (...)

Assim, Gamson e Modigliani concluíram que o discurso da mídia influenciou e refletiu a opinião pública” (Gutman,2006:35). Chegaram a esta conclusão partindo da ideia “de que existe, nos conteúdos mediáticos, dispositivos capazes de indicar para a audiência uma embalagem ou um significado específico relatado” (Pozobon e Schaefer,2015:124), onde os pacotes interpretativos se encontraram em “símbolos ou dispositivos, tais como metáforas, slogans ou imagens, que sugerem o cerne do enquadramento” (*idem*).

Capítulo 2 – *Framing*

2.1) Contextualização histórica:

O *frame analysis*, conhecido também por teoria do enquadramento, tornou-se numa das áreas de investigação mais populares nas ciências sociais, abrangendo vários campos académicos, como o da comunicação, psicologia, ciência política, sociologia, etc. Ao longo dos anos, ocorreu uma evolução no *framing*, que passou de “um paradigma em estado embrionário para uma sistematização mais profunda” (Gradim, 2016: 7), sendo que atualmente esta teoria se desenvolveu para “um autoquestionamento de natureza reflexiva que enfrenta novos desafios e modos novos de agir e pensar, induzido pelas transformações culturais e tecnológicas” (Gradim, 2016:8).

Despertando o interesse de muitos autores e como foco de curiosidade e importância para muitas disciplinas, o conceito de *framing* foi aplicado originalmente pelo antropólogo, Gregory Bateson, no campo da psicologia. Este elaborou uma explicação detalhada de como certas intenções surgem alicerçadas em quadros de sentido que influenciam determinados comportamentos. A explicação inicial para o enquadramento encontra-se num estudo sobre doentes esquizofrénicos intitulado de “A theory of play and fantasy”, levado a cabo por Bateson nos anos 50, onde entendeu o *framing* como um processo de interação que levava a que “os interlocutores percebam que as mensagens estão incluídas e/ou excluídas em determinada situação” (Bateson, 2002:99).

Debruçando-se sobre pacientes com esquizofrenia, Bateson concluiu ainda que o grande impedimento destes doentes é o facto de os mesmos não conseguirem interpretar os sinais de uma mensagem, afirmando que “o esquizofrénico parece incapaz de usar o nível meta comunicativo com sucesso” (Bateson, 1972:199), sendo que na visão do mesmo “todo o enquadramento é meta comunicativo e toda a meta comunicação define um enquadramento” (Simões e Mendonça, 2012:189), o que significa que “*todo o enquadramento permite indicar o tipo e a natureza da interação entre os interlocutores em determinada situação*” (idem).

Bateson (1976) sugere ainda que ao expor-se ao conteúdo de uma mensagem, um indivíduo pode olhar para o mundo que o rodeia de uma forma diferente, não refletindo exatamente como ele é, algo que segundo o autor, está interligado ao contexto, havendo a possibilidade da “delimitação das mensagens que alcançam um sentido num

determinado momento, permitindo distinguir o real do irreal, e ao mesmo tempo, incluir ou excluir determinadas mensagens” (Oliveira e Carvalho, 2012:190).

Esta perspetiva inicial foi, portanto, associada, num primeiro momento, à psicologia cognitiva: os indivíduos adotavam os *frames* porque os mesmos fornecem um significado que os auxilia na interpretação da realidade que os rodeia. Pegando no exemplo de Anabela Carvalho (2000:144) “ao ver uma pessoa a correr e logo atrás vejo uma pessoa estendida no chão e cheia de sangue e com uma faca ao lado”, muito provavelmente a associação que será feita aquele cenário será a do *frame* de homicídio, concluindo-se que quem foge é quem cometeu o crime.

O contributo pioneiro de Gregory Bateson, levou a que o conceito de «*frame*» fosse aplicado num vasto leque de literatura, muitas vezes com sentidos distintos e incompatíveis (Fisher 1997:199). O pensamento do antropólogo é mais tarde aplicado no campo da sociologia por Goffman, onde através do seu livro *Frame analysis – An essay on the organization of experience* (1974) , mostra como certos acontecimentos são encaixados, sob um olhar sociológico, tanto na nossa mente como na própria sociedade, sendo que o *frame* para Goffman, “vem dar sentido aos acontecimentos, recorrendo a marcos sociais e esquemas mentais” (Sádaba,2008:33). Segundo Goffman “tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta “o que está ocorrendo aqui?” (Porto,2002:3). Havendo neste uma alteração do conceito de psicologia “desde um ponto de vista individual até um ponto de vista predominantemente coletivo, do psicológico ao sociológico, já que considera o *frame* um instrumento social que partilha uma interpretação partilhada da realidade” (Mangana 2018:63)

Tendo ainda conseguido “*distinguir os aspetos abstratos que formam o quadro de referência (framework) de uma situação social*” (Gradim,2016:34), entendendo a “*distância que existe entre aquilo que o indivíduo comunica verbalmente quando se apresenta aos outros num determinado palco social, e aquilo que os aspetos verbais da sua comunicação transmitem*” (idem), retira-se ainda deste autor e da sua obra, a ideia de que a mesma situação poderá ser interpretada e enquadrada de diferentes formas, sendo que a experiência de cada pessoa surge da forma como a própria enquadra a realidade que o rodeia.

Direcionando assim a sua reflexão para o *frame* entendido como “uma limitada estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelo indivíduo a fim de que este possa atingir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos e abstratos que o cercam” (Hangai,2012:2).

Para além destes dois pioneiros, outros autores expandiram o conceito para outras áreas, muitas vezes “sem abordar diretamente o tema, trabalharam noções afins que permitem esclarecer o conceito de *frame*” (Correia,2009:68). João Correia, destaca ainda o contributo de outros autores, como o de Sapir e Whorf na linguística, ou ainda na área de psicologia social com estudos desenvolvidos por Walter Lippman e Theodor Adorno.

Há quem inclusivamente demarque três períodos dentro da teoria do enquadramento, assinalam a sua origem bem como o seu desenvolvimento. É o caso de Vicente Maniño e López Rabadán (Naval e Mangana,2018:123) que afirmam que há “*uma fase inicial de formação (1974-1990), uma segunda época de definição como especialidade do estudo mediático e da aplicação descontrolada (1991-1999) e, finalmente, a etapa atual de reorganização teórica e desenvolvimento empírico (2000-)*”. Por esta mesma razão “*a teoria do enquadramento como contribuição teórica e como uma ferramenta para a análise mediática é um trabalho em*

processo” (Vreese,2005:60), caminhando assim por uma fase no que toca ao seu desenvolvimento prático e reorganização conceptual (Naval e Mangana,2018:154).

Designado como paradigma, modelo, teoria ou perspetiva, a noção de *framing* tem vindo a crescer e a ganhar terreno, levando a que a mesma seja “*uma perspetiva cruzada, apelativa para os académicos e profissionais de comunicação de todo o mundo*” (Reese, Gandy, Grant, 2003:13). Com uma posição relevante desde 2007 “*pela abundância dos estudos empíricos sobre a matéria, surgiram várias iniciativas centradas em organizar e sistematizar a produção científica no framing*” (Mangana e Naval, 2018:125).

O *framing* é ainda visto por Tucker (1998), como algo que tem a capacidade de entender e examinar as estruturas do conhecimento humano, medindo-se empiricamente a construção do senso comum, tem passado por vários desenvolvimentos, durante décadas, tratando de lograr “*subsumir uma série de perspetivas e de práticas muito orientadas numa direção específica e que persiste ainda hoje, materializada em alguma polissemia recobrando o conceito*” (Gradim, 2016:17).

2.2) Definição do conceito

Não é fácil definir o conceito de *framing*, também conhecido por teoria do enquadramento, persistindo há vários anos a tentativa de desenhar o seu significado, dado que “neste campo há fragmentação de práticas e ausência de um modelo canónico a seguir” (Gradim, 2016:17). Uma realidade também sublinhada por Maia (2009, p:306), quando nos diz que “o conceito de enquadramento é de difícil definição, já que diferentes autores o formulam de diversos modos, com operacionalizações distintas em pesquisas empíricas”.

Embora esta dificuldade exista, não deixou de haver vários contributos de distintos autores, que lançaram ao longo dos anos diferentes definições, como o caso de Gitlin (1980:7) que realça que os *frames* são “princípios de seleção, ênfase e apresentação, compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece, e o que tem importância”. Onde se realçam ou ocultam determinadas informações, chamando-se assim “a atenção sobre certos aspetos da realidade, obscurecendo outros” (Gradim,2016:47).

Já para autores como Kuypers, o *framing* leva a “filtrar as nossas percepções do mundo de modo particular, essencialmente ao tornar certos aspetos da nossa realidade multidimensional mais notável que outros aspetos” (Gradim,2016:50). Podendo-se ainda seguir a reflexão feita pelo académico Telmo Gonçalves, que nos apresenta o seguinte exemplo:

“Quando numa conversa com um amigo lhe dizemos «é mentira», depois de lhe termos apresentado uma situação drástica, estamos a verbalizar e a definir o enquadramento que lhe vai permitir interpretar todas as mensagens anteriores como falsas” (Gonçalves,2005).

Ajudando a avaliar uma determinada situação, os *frames* podem ser vistos como “um conjunto de pressupostos ou critérios avaliativos dentro dos quais a percepção de uma determinada questão parece ocorrer” (Correia e Borges, 2010:6). São um conjunto de pistas, sejam elas visuais ou até linguísticas que “enformam o contexto de um objeto ou acontecimento” (Gradim,2016:22), que nos indicam como um acontecimento pode ser enquadrado e interpretado, sendo que os *frames* são “suscetíveis de apresentar muitas formas, com alcances diversificados” (idem), assumindo a forma de recursos simbólicos

que garantem aos atores a atribuição de inteligibilidade e pertinência ao seu mundo social (Quéré,1992 in Scheufele,2006).

Stephen Reese (1982) aproveita também para lançar uma definição própria, na qual defende que “os *frames* organizam princípios socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que trabalham para estruturar significativamente o mundo social”. O mesmo autor destaca ainda seis pontos que considera que todos os *frames* devem seguir, nomeadamente:

1. A organização – No sentido em que “o enquadramento varia em quão bem-sucedido, abrangente e organizada está a informação”;
2. Princípios – Um princípio abstrato, que acaba por ser distinto dos textos que se manifestam;
3. Partilha – Defende-se a ideia de que os *frames* “devem ser compartilhados para que os mesmos sejam significativos e comunicáveis”;
4. Persistência – O significado destes está na “sua durabilidade, uso persistente e rotineiro” ao longo da pesquisa;
5. Simbólico – Dado que estes apresentam-se de uma forma simbólica em termos de expressão;
6. Estrutura – Os mesmos são organizados “ao fornecer estruturas identificáveis, que podem variar na sua complexidade”;

Vista muitas vezes como uma técnica de organização de texto pelo emissor (1993:52), Robert Entman diz-nos que os enquadramentos podem assumir quatro funções: (1) definem problemas – ao determinar o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios; (2) diagnosticam uma causa – identificando as forças que criaram o problema; (3) fazem um julgamento moral – ao avaliar os agentes causais e seus efeitos; (4) sugerem remédios – ao oferecer ou justificar tratamentos para os problemas e prever seus efeitos.

Acredita-se desta forma que o impacto do *framing* no debate público e na opinião dos indivíduos é notório, tal como defende Entman que diz que a abordagem leva à percepção de que “*Os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência, ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam o público-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular*” (Entman, 2007:164).

Para demonstrar essa mesma influência, pode-se analisar o estudo levado a cabo por Daniel Kahneman e Amos Tversky (1984), onde apresentaram a seguinte situação:

«Imagina que os EUA estão a preparar-se para a emergência de uma epidemia asiática rara, que se espera que venha matar 600 pessoas. São propostos dois programas alternativos para combater a epidemia.

Assuma que estimativas científicas exatas apontam as seguintes consequências: Se o programa A for adoptado, 200 pessoas serão salvas. Se o programa B for adoptado, há um terço de probabilidades de as 600 pessoas serem salvas e 2 terços de probabilidade de nenhuma pessoa ser salva. Qual dos dois programas será favorável?» (Iyengar,1991:12).

Após a exposição desta questão uma sondagem foi feita, onde 72% das pessoas participantes optaram pelo programa A e apenas 28% pelo programa B. No entanto, uma nova experiência foi levada avante, apresentando-se a mesma situação, com opções semelhantes, mas enquadradas verbalmente de forma diferente, mostrando-se as mortes que seriam prováveis e automaticamente ocultando-se as vidas que poderiam vir a ser salvas, referindo-se, portanto, que:

«Se o programa C for adoptado, 400 pessoas morrerão. Se o programa D for adoptado, há um terço de probabilidade de ninguém morrer e dois terços de probabilidade de 600 pessoas morrerem» (idem).

Apresentando o problema desta forma, com um enquadramento completamente diferente, os resultados da sondagem mudaram radicalmente, sendo que o programa C acabou por ser adotado por 22%, 72 % pelo programa A, o programa D 78% e o B 28%, onde se comprovou desta forma que apenas uma simples mudança verbal do enquadramento poderá ter ocasionar uma alteração dramática de opiniões e de interpretação de uma situação.

Embora a noção de enquadramento possa ser encaixada e utilizada para vários fins, a mesma “quase sempre aponta para o modo como os indivíduos dotam de sentido uma situação, a partir de matrizes interpretativas previamente formadas, e como matrizes podem engendrar mudanças comportamentais” (Campos,2014:38).

Ao longo dos anos, o conceito de *framing* foi alvo de destaque por várias disciplinas, demonstrando em vários estudos “eficácia na comunicação de aspetos científicos que envolvem o risco e a incerteza e no envolvimento e compromisso do público na discussão de algumas questões científicas mais controversas” (Oliveira, 2012). É ainda de destacar o processo de identificação de *frames*, feito por James e Tankard, (2003:101), onde são expostos 11 mecanismos e pontos fulcrais que nos levam a fazer essa mesma identificação(idem): Headlines, subtítulos, fotografias, legendas de fotos, leads, seleção

de fontes ou afiliações, seleção de frases, citações, logotipos, estatísticas e gráficos e ainda conclusões finais ou parágrafos de artigos.

Perante esta lista os dois autores, fazem ainda referência a um conjunto de passos recomendados para seguir e identificar cada *frame*, ao todo 5 passos que podem ser divididos da seguinte maneira:

“(1) Tornar os frames possíveis bem explícitos, (2) Coloque os vários frames numa lista múltipla, (3) Desenvolver palavras-chave, slogans e símbolos par ajudar a detetar cada frame, (4) Usar frames na lista como categorias numa análise de conteúdo e (5) obter codificadores para codificar artigos ou outro tipo de conteúdos nessas categorias” (James e Tankard,2003:102).

Perante isto, é possível afirmar que a partir de cada *frame* é possível desenharem-se limites e configurar categorias, determinando o que é visível e o que fica oculto, representando desta forma os sentidos que podem ser integrados através das histórias, dos meios de comunicação e do tempo (Reese,2007:190).

Também para Entman (1991) a existência destes critérios de identificação é visível, defendendo a tese de que os frames são elaborados através de palavras-chave, metáforas, imagens visuais, conceitos e símbolos, algo também referido por Gamson e Modigliani, quando afirmam que os enquadramentos “*são transmitidos através de dispositivos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e as imagens*” (Colling,2001:97).

2.2.1) Framing e agenda-setting: o que os distingue?

Há quem veja o *framing* como um segundo nível do *agenda-setting* (McCombs e Shaw,1972), lembrando que a teoria do agendamento se entende à capacidade dos media em influenciar os temas que são objeto de debate público (Sousa,2008), ou ainda a definição simples de que “as pessoas agendam os seus assuntos e conversas em função do que a média veicula” (Barros,1995:169).

“A partir da perspectiva sociológica de Goffman, enquadramentos são definidos como quadros de referência geral que são acionados pelas pessoas para definir situações, dar sentido a acontecimentos e, assim, organizar a experiência pessoal e o mundo ao redor. Nessa acepção, os frames ajudam a ordenar a realidade percebida, permitindo aos

indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites” (Goffman, 1974 apud Maia, 2009).

No entanto, é relevante sublinhar que apesar de se pegar na afirmação de que estes dois conceitos podem ser a continuação um do outro, os mesmos, embora se refiram a conceitos elaborados na década de 70, não têm o mesmo significado nem os mesmos objetivos, dado que “o *agenda-setting*, ao enfatizar a saliência dos temas não revela muito acerca da forma como eles são abordados” (Correia, 2009:76). Também na opinião de Scheufele (1999:103-122) os dois conceitos não se podem misturar, na medida em que o *agenda-setting* se ocupa da seleção de uma notícia, bem como do destaque conferido à mesma, enquanto o *framing*, segundo o mesmo autor, dá destaque aos termos. Ou seja, enquanto que o primeiro se refere ao objeto, o segundo debruça-se inteiramente sobre os atributos da transmissão. Se o *agenda-setting* centra a sua preocupação sobre aquilo de que se vai falar, pelo contrário, o *framing* aponta o seu foco na forma como se irá falar.

A diferença pode ainda ser notada quando reparamos que:

“O agenda-setting engloba a seleção, disposição e incidência das notícias sobre os temas que o público irá falar e discutir, ao invés do enquadramento que se foca na essência dos acontecimentos ao invés de se focar num assunto em particular” (Neves, 2017:37). Assim sendo, notamos que estes dois são conceitos diferentes que lidam com perspetivas diferentes num mesmo corpus.

As convergências são também notadas por Maxwell McCombs e Salma Ghanem (2003:67), que deixam bem claro que:

“Dentro do agenda-setting, há uma vasta gama de pesquisas sobre o impacto do conteúdo dos meios de massa na agenda pública e menos atenção à variedade de influências que moldam a agenda dos media. Dentro do enquadramento, tem existido atenção aos frames encontrados nos media e, às vezes, nas origens desses mesmos frames, com muito menos atenção ao impacto dos frames sobre o público”.

2.3) O *framing* no campo jornalístico

É também na área de comunicação que encontramos a aplicação deste conceito, devendo-se o contributo de Gay Tuchman (1978) e também de Todd Gitlin (1980) que se debruçou sobre o caso *Students for a Democracy Society* (SDS), analisando a cobertura jornalística do movimento estudantil onde foi utilizado o conceito de *frame*. O enquadramento está presente “tornando imediatamente perceptível a moldura, e o que

está fora dela, o campo e o fora de campo, o que se dá a ver e o que fica para lá do que é visto” (Gradim,2016:59), onde poderemos, por exemplo, constatar na imprensa que “os jornais não trazem todos as mesmas notícias, tratadas da mesma maneira; mas ao mesmo tempo, trazem muitas vezes as mesmas notícias, tratadas de forma semelhante” (idem). Segundo Tuchman, a realidade pode ser de facto apreendida de várias formas, assim como um determinado acontecimento pode ser acompanhado, de diversos ângulos.

Tal como fora aplicado noutras áreas, o *framing* foi também adoptado à análise dos media e na própria produção jornalística, sendo maioritariamente utilizado como uma técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Para McLeod e Detenber (1999:5), o enquadramento noticioso é “uma das mais importantes características de uma notícia, tanto em termos de fornecer um modelo que guia os jornalistas a reunir factos, citações e outros elementos (...) como também para orientar interpretações pela audiência”. Esta ideia é também corroborada por Tuchman (1983) que sublinha que os enquadramentos conseguem descodificar a realidade social, garantindo que “a característica essencial das notícias está na sua capacidade de organizar a realidade quotidiana através dos enquadramentos”.

Para Porto (2002), “o conceito de enquadramento tem sido definido tanto como alternativa a paradigmas em declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes”. Significando desta forma, que o enquadramento se tornou num instrumento importante no que toca à pesquisa sobre o papel político dos meios de comunicação, apesar de não ter ainda levado a uma teoria sólida (Entman, 1994 apud Porto, 1999).

Existe inclusive quem sublinhe que os enquadramentos conduzem os emissores e os receptores da mensagem jornalística. É este o caso de McLeod e Detenber (1999):

“O enquadramento noticioso é uma das mais importantes características de uma matéria, tanto em termos de fornecer um molde que guia os jornalistas a reunir fatos, citações e outros elementos da estória nas matérias e também para orientar interpretações pela audiência.” (Mcleode e Detember, 1999)

Cunha (2005:35) emprega uma metáfora para explicar o que entende por enquadramento na área de comunicação, deixando o seu contributo através da seguinte definição:

“A essência do enquadramento de uma notícia é o dimensionamento – seja pela ampliação ou pela redução- da importância do facto retratado. Uma analogia simples

que facilita o entendimento do conceito é compará-lo a uma janela: os artifícios da escolha de imagens, palavras-chave, metáforas, formam essa janela, pela qual a audiência toma contacto com o factor jornalístico e nota apenas os aspetos mais dominantes, priorizados pela representação mediática”.

Quem também recorre à metáfora da janela, é Tuchman (1983:13), que vendo os enquadramentos como uma espécie de janela inclinada para o mundo, sublinha que “depende se a janela é grande ou pequena, se há muitas ou poucas janelas, se o vidro é opaco ou claro, se a janela está virada para a rua ou para o quintal”, ou seja tudo depende do formato do enquadramento com que um indivíduo se depara para poder interpretar a realidade que lhe é apresentada.

Pierre Bourdieu recorre também à utilização de uma metáfora para traçar a sua definição, porém este autor dá-nos a conhecer a metáfora dos óculos, para conseguir explicar a forma como os jornalistas captam a realidade, sendo que para este “os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras (...) eles operam uma solução e uma construção do que é selecionado” (Bourdieu,1997:25), caracterizando desta forma os frames como elemento “que são produto da educação e da história” e que “organizam o percebido”, definindo aquilo que está visível e o que não está, onde o *framing* assume uma posição de elementos cognitivos que estruturam a escolha de quais as partes da realidade que irão ser transformadas em notícia ou como assunto público” (Correia, 2009:72).

Para identificar e selecionar enquadramentos mediáticos, um pesquisador analisa numa peça jornalística semelhanças e diferenças retóricas no que toca aos conteúdos mais apelativos – sendo que estes são seguidamente formalizados numa lista de códigos, sendo depois aplicada ao restante corpus e “*embora não seja forçoso, muitos pesquisadores buscam ainda estabelecer o espaço que um dado veículo de comunicação confere a determinados enquadramentos ou a recorrência deles em um dado período*” (Campos,2014:384).

Perante uma reportagem e para desvendarmos o enquadramento da mesma, Entman diz-nos que o primeiro passo deve ser o de encontrar a definição do problema que temos em mãos, e de seguida “*verificar se há ou não personalização do problema (...) identificar as causas do problema apresentado na reportagem, quais são os seus atores, a quem está sendo creditada a solução deste problema e quais as suas soluções*” (Colling, 2001: 95). Entman defende, portanto, que o framing é uma ferramenta que nos leva a entender o “poder” dos textos mediáticos.

Segundo Diana Kendall (2011,p.8), os meios de comunicação tem o dom de “enquadrar seletivamente o mundo”, onde tanto os jornais, como as revistas, rádio redes de televisão, estações e a internet “apresentam de diferentes formas um determinado assunto”(idem), vendo-se pela “exposição dada a uma história, onde é colocada, o tom positivo ou negativo que transite” (idem), bem como “a natureza de qualquer acompanhamento, manchetes, fotografias ou outros efeitos visuais e auditivos” (idem), vendo o enquadramento como um verdadeiro “processo que envolve padrões de seleção, ênfase e exclusão por parte da comunidade” (Kendall,2011,p.10).

Para retratar o poder que um determinado enquadramento, feito pelos media, pode ter, Diana Kendall dá o exemplo dos media norte-americanos, que passam notícias sobre as refeições do dia de ação de graças e da época natalícia, onde “sugerem que os americanos são pessoas benevolentes que não esquecem os menos afortunados” (Kendall,2011,p.11), mas que ao mesmo tempo, e de um lado oposto, passam em retrato de comédia, personagens que expõem a sua longa lista de presentes de natal, os exageros das passagens de ano, “transmitindo uma mensagem muito divergente do que a que se refere a ajudar os pobres e sem lar” (idem). Um exemplo onde Diana Kendall concluiu que “imagens de riqueza e pobreza repetidamente retratados pela média podem reforçar ou desafiar as crenças dos leitores e espetadores sobre a desigualdade”.

Não é raro que o mesmo facto tenha várias interpretações e enquadramentos, uma realidade constatada por James N. Druckman (2010, p.13), que refere que “um ataque terrorista pode ser interpretado como reflexo da depravação ou desespero do culpado, ou um ataque injustificável em comunidades civilizadas”, defendendo ainda que os frames “refletem o poder de certos atores e a própria base da cultura em que vivemos” (Drukman,2010, p.14).

Em suma, o conceito de framing no campo jornalístico assume um papel crucial que nos oferece “a alternativa à velha comunicação, oferecendo sugestões válidas para os praticantes de comunicação” (James e Tankard, 2003:96). Onde o jornalista, na sua rotina diária, exerce o seu trabalho com regras organizacionais, onde “a produção da notícia considera-se construção social da realidade. O seu enquadramento forma-se por sequência da vida quotidiana, frames selecionadas de uma atividade contínua e permanente” (Mangana, 2018:64).

2.3.1) A aplicação do *framing*:

A utilização deste conceito tem sido adotada em diversas pesquisas, analisando-se diversos casos em foco pelos media, através da utilização destas categorias. Para exemplificar a utilização do framing no campo jornalístico, analisam-se dois estudos, nomeadamente o trabalho de Robert Entman “*Framing Us coverage of International News: Constrasts in narratives of KAL and IRAN Air Incidents*”, e ainda o artigo de Rafael Mangana (2018) “*Aylan Kurdi como imagem-despertador da crise dos refugiados: o enquadramento da imprensa ibérica*”.

Olhando para o *framing* e o que o mesmo integra, percebe-se que há uma forte possibilidade de o mesmo afetar a opinião pública através de fatores como “*a força e repetição do enquadramento, o ambiente competitivo e motivações individuais*” (Chong e Drukman,2007:5), podendo este conceito ser definido como um “*esquema de formatação, estruturação e interpretação do modo como pensamos*” (Neto,2012).

Através do *framing*, tal como foi referido anteriormente, conseguem-se ocultar certos argumentos, dando mais visibilidade a outros, assim como se consegue explicar o teor de certos problemas “*referindo quem são os intervenientes, responsabilizando-os numa maior ou menor escala*”, podendo desta forma “*influenciar a posição de um cidadão face a uma questão*” (Oliveira,2012:191). Para além disso, leva a que a posteriori, as pessoas consigam interligar os frames “*com os seus próprios esquemas de interpretação, as suas emoções e valores e se essa informação for pertinente ou aplicável a interpretações pré-existentes do público, ela torna-se influente*” (Scheufele e Tewksbury, 2007:57).

É no ano de 1991 que Robert Entman demonstra, através do seu estudo, os diferentes enquadramentos que uma notícia pode ter, enquadramentos esses aplicados pelos media, e que após moldarem e formatarem uma determinada peça jornalística, poderão vir a ter diferentes impactos e reações junto da opinião pública, na forma como cada indivíduo vai passar a olhar para um acontecimento, seja ele político ou social. O autor dedica-se a uma análise exaustiva, comparando a cobertura noticiosa de dois incidentes aéreos, nomeadamente o KAL 007, caso em que um boeing comercial coreano foi abatido a 1 de setembro de 1983 por um caça soviético, resultando na morte de 240 passageiros e 29 tripulantes. O Kal 007 é comparado com Com o abate de outro avião, o voo 655, um avião comercial iraniano, abatido por um míssil da marinha norte-americana a julho de 1988 e onde morreram mais de 260 passageiros.

Através deste estudo, Robert Entman percebeu que “comparar as narrativas da mídia que poderiam ter sido relatadas da mesma forma ajuda a revelar as escolhas textuais críticas que enquadram a história, mas que, de outro modo, permaneceriam submersas num texto não diferenciado” (Entman,2006:6), tendo constatado diferenças notórias no enquadramento das duas tragédias por parte da imprensa norte-americana, neste caso as revistas *Time* e *News Week* e o telejornal da noite da CBS.

No caso do incidente do avião KAL 007, abatido pelos URSS, “o quadro enfatiza a falência moral e a culpa do país perpetrador” (Entman,1991:7), enquanto que no caso do avião 655, abatido pelos USA, os media nacionais norte-americanos, passaram um *frame* que “não enfatiza a culpa e enfocava os problemas complexos de operar a alta tecnologia militar” (idem).

Analisando critérios como o espaço, *frames* morais, *agency*, ilustrações e identificação das vítimas, o autor assistiu a “diferenças no enquadramento dos dois eventos por parte da imprensa norte-americana” (Gradim,2016:83). Isto porque, se por um lado o incidente aéreo KAL, foi exposto várias vezes pelos de comunicação, seguindo-se sempre um discurso moral, onde a situação era passada como sendo o governo soviético responsável e que tinha “atuado conscientemente para abater um avião civil” (Gradim, 2016:85), expondo-se as imagens de um acidente planeado, enfatizando o lado humano das reportagens, onde eram mostrados os rostos da vítimas, e recolhendo depoimentos do familiares, para dar mais impacto e apreender desta forma uma maior atenção por parte do público. Por outro lado, o incidente aéreo do voo 655, perpetrado pela marinha norte-americana, não lhe foi dado tanto tempo de antena e destaque na imprensa, insistindo-se sempre na ideia de que teria sido apenas um erro técnico e uma falha humana por parte da marinha, numa tentativa de atenuar a responsabilização dos agentes, numa cobertura onde “a autoria é obscurecida, através do uso de construções passivas e uma linguagem abstrata” (Gradim,2016:85), não havendo qualquer humanização das vítimas, nem sem recorrerem a “fotografias das vítimas, entrevistas com familiares” (idem), ao contrário do que acontecera com o caso do avião abatido pela URSS.

Analisando ainda este estudo, pode notar-se que “quando há escassas notícias feitas para desafiar a forma dominante, uma posição dita autorizada tende a penetrar no texto informativo, tal como *frames* dominantes tendem a obscurecer totalmente alguma informação que seja oposta” (Colling, 2002:96).

No enquadramento, com funções como, designar problemas, fazer julgamentos, diagnosticar causas e sugerir soluções (Entman,1993:52), “uma simples frase pode

desempenhar mais do que uma destas funções de enquadramento” (Gonçalves, 2005:163), tendo-se em conta que “ as notícias estão permanentemente a definir e a redefinir, a construir e reconstruir os fenómenos sociais” (Tuchman,2002:93).

Embora a objetividade e a imparcialidade sejam valores que se esperam no jornalismo, servindo o interesse público, naquilo que Auguste Comte (1798-1857) apontava que a notícia seria de qualidade se o jornalista conseguisse retratar fielmente o fato como se houvesse uma imagem a ser refletida da notícia e que pudesse ser captada pelo profissional e assim transcrita. Atingir esses dois valores nem sempre é fácil, levando a que

“os jornalistas recorram à utilização de normas e conceitos para enquadrar a notícia e aproximá-la, o máximo possível, dos factos, onde seguidamente o público interpreta a notícia, de acordo com os seus enquadramentos, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a determinados significados” (Jacinto,2016:75).

No contexto da crise dos refugiados, Rafael Mangana (2018), decidiu pegar no acontecimento do menino Sírio Aylan Kurdi, que apareceu morto numa praia, após o barco onde seguia com ao pai e o irmão ter naufragado, para analisar o enquadramento dado pela imprensa ibérica, nomeadamente as publicações do jornal público e do jornal espanhol El País, face a esta questão, de forma a “analisar como a imagem desta criança influenciou a cobertura mediática da crise dos refugiados nos momentos subsequentes” (Mangana,2018:61). Associando desta forma a sua análise ao estudo dos efeitos do framing, onde tentou “encontrar respostas para algumas questões que giram em torno da forma como os media constroem a realidade, enquadram ou recriam contextos (...)” (Mangana,2018:62).

Através desta análise, Mangana percebeu que a imagem do menino sírio, deu rosto a toda a crise os refugiados. Falamos de uma imagem que percorreu o mundo, que abriu as manchetes e o telejornal de vários meios de comunicação, sendo este o caso dos meios que estiveram em análise deste estudo, que a passaram repetidamente, onde “percebemos o poder transformador da imagem de Aylan Kurdi, que adquiriu mesmo uma dimensão política e se tornou numa bandeira de manifestação coletiva em torno do problema dos refugiados” (Mangana,2018:76), havendo uma clara alteração do enquadramento na questão da crise dos refugiados que “consideramos até então como um todo, como uma massa de pessoas sem rosto ou nome. Alterou-se o *frame*, o ângulo, a visão do problema”.

Capítulo 3 – Televisão Ibérica: Países vizinhos no campo jornalístico

3.1) Poder e contrapoder dos media

Aos meios de comunicação compete-lhes expor um determinado assunto, usando o seu poder e influência para formar opiniões, tendências, hábitos, comportamentos, tal como Wolf sublinha dizendo que *“a repartição efetiva da própria opinião pública se regula pela opinião reproduzida pelos mass media, adaptando-se a ela”* (Wolf,1992:127).

Autores como Catherine Happer e Greg Philoa defendem também este papel fundamental dos media, no que toca à informação do público, principalmente quando são temas em que a audiência não tem grande conhecimento ou experiência, deixando a ideia de que os media assumem, acima de tudo, uma função vital na construção de opinião pública.

Os media intervêm na vida das pessoas, algo que poderemos constatar no estudo levado a cabo por McLuhan (1971), que nos diz que o “conteúdo de um meio é como a “bola” de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio torna-se, portanto mais forte e intenso justamente porque o seu conteúdo é um outro meio”. Também Hélder Prior (2016) refere ainda que “os media produziram alterações significativas na gestão do tempo, levando ao deslocamento das fronteiras entre diferentes espaços e grupos sociais (...) fragmentando as representações mentais do mundo, das quais as pessoas se servem para nele se situarem”.

Para Michael Shudson (1992) o poder reconhecido dos media, também reside na sua capacidade de fornecer as formas nas quais as informações são apresentadas, destacando-se *“o modo como o mundo é encorpado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas”* (HALLIN e MANCINI, 1999:308). Ou seja, refere-se à forma como os próprios media relatam cada notícia e apresentam certos conceitos ao público, variando relativamente a um mesmo facto ou assunto, a interpretação de sociedade para sociedade ou até de país para país.

Os media, ao longo dos anos, juntaram-se a outros agentes socializadores, tal como, a família e a própria escola, assumindo tal como estes, um papel importante na “definição e normalização dos comportamentos e atitudes aceitáveis e convenientes no meio social (...) na disponibilização de informação, na promoção do conhecimento (...)” (Sequeira,2015:11), sendo estes, em pleno século XXI, os principais difusores do poder e informação. Entre todos, destacou-se no século XX a televisão, um poderoso meio que

tudo transmite por imagens e múltiplos formatos de media, contribuindo para a “transformação das relações entre a esfera pública e privada, diluindo ou deslocando as suas fronteiras” (Sequeira,2015:59).

Muitos são os que inclusivamente olham para os media e para o jornalismo, e que se questionam se estes são poder ou contrapoder, num campo que todos os dias se assume “cada vez mais como um espaço de cruzamentos de poderes económicos, políticos, corporativos, mais ou menos visíveis, mais ou menos assumidos” (Lopes,2017:8). Para João Pissara Esteves (2003:56) “os media são hoje indiscutivelmente, um dos fatores mais poderosos de transformações das estruturas do espaço público”, olhando muitas vezes para estes como sendo o 4º poder, opostos aos três poderes tradicionais, nomeadamente o: Legislativo, Executivo e Judicial. Também para Nelson Traquina (2000:175), estes são vistos como um:

“quarto poder devido à importância da relativa autonomia dos jornalistas, da existência de valores e normas profissionais, bem como da pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens crédulos na mitologia jornalística, assim como a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais de participar e às vezes vencer no jogo noticioso”. Esperando-se desta forma que como quarto poder “funcionem numa lógica de controlo de poder” (200:46).

Embora esta questão ainda não esteja verdadeiramente assumida “começa a emergir uma exigência cada vez mais forte de uma espécie de constitucionalização jurídica” (Lopes,2017:27), embora ainda muitos teóricos discordem, dizendo que tal como nas eleições “a intervenção do jornalista no espaço público teria de ser encerrada noutros termos, colocando-se inevitavelmente as questões de representatividade e do mandato” (Mesquita,2003:71), algo reconhecido por Hannah Arendt (1971:229), que nos diz que todas as instituições obtêm legitimidade através do apoio dos cidadãos e do consentimento entre os homens no espaço público.

Mário Mesquita através da sua obra “*O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*” nega totalmente a teoria do jornalismo como quarto poder, vendo-o antes como um contra poder onde “as institucionalizações da imprensa são encaradas como parte integrante do sistema de pessoas e contra pessoas característico dos regimes democráticos” (Mesquita,2003), onde a imprensa pode mesmo assumir “uma função crítica através da opinião e da polémica” (Lopes,2017:30), levando novamente Mesquita (*idem*) a afirmar que nas várias etapas e fases “o jornalismo e os media associados e outras instituições das sociedades democráticas, desempenham papeis que os aproximam da função de contra-poder”.

Seja o jornalismo encarado como poder ou contrapoder, a sua importância na sociedade contemporânea é amplamente reconhecida, desempenhando três funções básicas. Tal como no esquema de Lasswell constatamos que os media apresentam-se dando: informação, correlação, continuidade (Lasswell,1978 apud Cohn,1948:82), ou seja, a informação serve para dar a conhecer o que se passa na sociedade; a correlação passa pela explicação, análise e interpretação desses mesmos acontecimentos; enquanto a continuidade “permite expressar a cultura dominante e permite manter os valores da sociedade” (Martins,2013:17).

Os media conseguiram conquistar um campo próprio, com valores e linguagem próprias, que os caracterizam, levando Pierre Bourdieu a afirmar que vivemos numa sociedade mediática e mediatizada, onde “nunca como agora as pessoas souberam tanto e estiveram tão informadas sobre o resto do mundo. Pela primeira vez na sua história, a humanidade está unida por uma imaginação comum (Martin e Schumann, 1999:21).

É notória a influência que os media poderão ter na formação da opinião pública, conseguindo definir os temas que mais são destacados e discutidos na esfera pública e os que ficam excluídos da mesma, como é o caso da televisão “*um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo o mundo*” (Bourdieu,1997). Mundo esse onde as palavras e as imagens “*fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou simplesmente, representações falsas*” (*idem*), e onde se consegue dar drama aos sons e às imagens de um determinado acontecimento, maioritariamente acontecimento trágicos e de rebeliões.

Estes efeitos cognitivos da comunicação “são o conjunto das consequências que sobre os conhecimentos públicos partilhados por uma comunidade, se deduz da ação mediadora dos media”, o que também na teoria de Sandra Ball, Reo Keach e Melvin de Fleur “os media modelam a imagem que os indivíduos possuem do mundo, uma vez que a noção que estes têm deste é o resultado das imagens que os media transmitem” (Martinho,2009:16).

Para Anthony Giddens (1997:553) “os media moldam as formas através das quais os indivíduos interpretam e reagem ao mundo social, ao ajudar a ordenar as nossas experiências”, sublinhando ainda que o impacto destes “nas nossas vidas é profundo” dado que estes “providenciam e moldam muita da informação que utilizamos na nossa vida quotidiana”. Vendo-se os media como um “instrumento, que como caixa de ressonância de múltiplas instâncias de negociação e de debate, quer ainda como meio de subordinar a política à técnica” (Marcos,1989:106), onde “o uso aperfeiçoado, inteligente e avançado dos meios de comunicação de massas se apresenta como um grande estabilizador, um hábil e quase perfeito governante de massas” (Colombo,1976:23).

3.2) Telejornal: o jornalismo no grande ecrã

De todos os meios, a televisão apresenta-se como o principal veículo de acesso às informações e que funciona como uma espécie de “abertura para o mundo” (Wolton, 1994: 69), transmitindo e refletindo o seu papel cultural através da programação (Fernandes, 2001; Torres, 2011).

Aos media em geral e à televisão em particular, temos de reconhecer uma clara “*responsabilidade social e cultural na sociedade*”, perante o seu “*poder de visibilidade*” e de “*representatividade*”, bem como face à importância que têm para a “*formação de uma opinião pública que se espera que seja, cada vez mais, esclarecida e imbuída dos valores cívicos, culturais e de verdadeira cidadania*” (Brandão, 2008: 31). Esta, desde o início do seu surgimento, tem a capacidade de “*mostrar o mundo em direto e de jogar com a incerteza junto do espetador, através da atração centrípeta*” (Serra, Sá, Filho, 2015:3)

A televisão é para António Fidalgo (1996:5) “*mais apta que a imprensa a satisfazer a curiosidade informativa*”. Esta mantém-nos interligados não só aos acontecimentos ocorridos no nosso país, como também, nos mantém informados sobre o que se passa em cada canto do mundo, constituindo-se como um autêntico “*laço social*”, tal como defende Wolton:

“A televisão é atualmente um dos principais laços sociais da sociedade individual de massa. Aliás, ela é também uma figura desse laço social. Como já disse muitas vezes, a televisão é a única atividade compartilhada por todas as classes sociais e por todas as faixas etárias, estabelecendo, assim, um laço entre todos os meios. Se numerosas práticas sociais contribuem para o laço social, mas sem visibilidade, o interesse da televisão é representá-lo de maneira visível para todos” (WOLTON, 2004: 135 - 137).

A televisão surge como um autêntico “*eletrodoméstico familiar*” (Correira, 2015:40), que conseguiu “*transpor as portas de casa para fazer parte central da atividade do lar*” (idem), onde desde o início “*a simples aquisição de um aparelho de tv tinha uma forte influência simbólica na construção da identidade social*” (idem) e que se assume como um “*meio incomparável de progresso e evolução social, em grande parte responsável pela globalização de valores nas modernas sociedades ocidentais*” (Gradim, 2015:69), e que “*contribuiu para a globalização de valores (...) a partir dos espaços noticiosos, de ficção e do entretenimento*” (Gradim, 2015:73).

Em constante desenvolvimento, este meio “*já não é o que foi, e ainda não é o que será*” (Gradim, 2015:71), tendo que atualmente lidar não só com a concorrência de novos

meios, como também com o peso das tecnologias digitais, levando a que se adaptasse aos mesmos, assim como “aos novos papéis” (Gradim,2015:70).

Através deste meio, que tem um enorme número de adeptos, desde a sua primeira era, e que continua a ganhar seguidores, independentemente de constantes evoluções ao nível dos outros media, surge o jornalismo televisivo, bem como todas as especificidades, que o acompanham e diferenciam o jornalismo televisivo em relação dos outros meios, no que toca a questões como os valores-notícia, os enunciados jornalísticos, as rotinas de produção, assim como, os mecanismos de credibilidade.

O telejornalismo surgiria em 1909, através de uma iniciativa dos conhecidos irmãos Lumière, que apresentariam o primeiro jornal em imagens. Por volta dos anos 20, ter-se-ia também contacto com outro tipo de noticiários que se baseariam em documentários feitos pela URSS e que eram “distintos dos noticiários franceses e norte americanos (...) com uma base estética e informativa diferente” (Saéz,1986).

O jornalismo televisivo é uma forma de conhecimento crítico que tem como objetivo, assim como o jornalismo no geral, interpretar a realidade social, enquanto realidade pública (Gomis,2011; Genro,1987). Assumindo um papel de destaque no que toca à formação, transmissão de valores e de conhecimento na sociedade (Brandão, 2010: 33; Wolton, 1994: 118-120)

Neste tipo de jornalismo, os programas tele jornalísticos são “*considerados como uma variação específica*”, “*enquanto género programa jornalístico televisivo, obedecendo a formatos e regras próprias do campo jornalístico em negociação com o campo televisivo.*” (Gomes, 2007:19), e que se apresenta como uma espécie de menu/leque noticioso que serve para informar os telespectadores, “*O telejornal funciona como uma entrega de notícias que pretendem oferecer um retrato do país e do mundo num determinado período.*” (Gomes, 2012:205). Para além disso, os mesmos apostam na interatividade e investem na incorporação do cidadão comum dentro da

narrativa audiovisual, adoptando linhas informais, que tentam chegar a todos os telespetadores e respetivos perfis.

Através do telejornal, captamos a realidade que nos rodeia por meio de “*uma forma indirecta de experiência do que acontece no mundo*” (Mateos,2013), deparando-nos com os mais variados temas, sejam eles de carácter económico, político, desportivo ou social, que proporcionam “*encontros quotidianos com a actualidade*” (Brandão,2010:134).

Neste produto de televisão, o telejornal, um dos meios mais seguidos pelos portugueses, existe um alinhamento e organização hierárquica das matérias que serão tratadas bem como as categorias temáticas, funcionando como uma espécie de instituição, que “*institui*

aquilo que em cada dia o canal que o emite e os profissionais que o fazem consideram que deve ser notificado, enunciado e divulgado” (Pinto,1995).

Há aliás quem reconheça a este espaço informativo uma mais valia na promoção da cidadania, tal como poderemos constatar na reflexão de Juliana Junqueira (2013:73), que refere que o telejornalismo consegue que *“o telespectador possa desenvolver uma ideia própria sobre determinado assunto e dessa forma inserir-se na esfera pública”* e ainda fomenta a discussão do indivíduo que *“mesmo que não conheça determinados países ou situações, através dos telejornais pode informar-se sobre os factos que acontecem, sendo as notícias portanto, um lugar de referência”*.

A informação televisiva continua a ser uma das formas a que as pessoas têm acesso ao que aconteceu, quer seja a nível nacional quer seja em termos internacionais, tendo o telejornalismo como principal missão, a de:

“detetar o noticiável de entre um conjunto de factos, seleccionar os aspetos fundamentais e eliminar os secundários, captar as imagens e sons mais representativos e ordená-los segundo uma narração jornalística adequada ao meio, que nem sempre coincide com a ordem cronológica da ocorrência dos factos, e tratar de forma harmoniosa esses conteúdos com os recursos audiovisuais mais claros, inteligíveis e imediatamente descodificáveis” (Herrerros,1998:169).

O jornalismo televisivo pode ainda ser visto e caracterizado como *“um método específico de recolha e tratamento de informação, ou por outras palavras, por uma técnica de apreensão e de representação do real” (Jesper,1998:31)*, onde os telejornais assumem uma grande importância e impacto dentro do que é a programação geral das estações de televisão, nas quais a realidade é apresentada em *“fragmentos organizados em notícias que, por sua vez, se articulam umas com as outras, criando um jornal com uma unidade significativa própria” (Cruz,2014:104)*, algo que se configura na junção de possibilidades tecnológicas com certas condições históricas, sociais, económicas, ideológicas e culturais, havendo ainda uma ligação com outros fatores jornalísticos importantes tais como: o serviço público, objetividade, credibilidade, legitimidade, independência, assumindo-se que estas notícias podem ser *“claras, concisas, diretas e objetivas. A narrativa telejornalística requer uma linguagem que a torne mais efetiva e real, provocando um processo dinâmico de compreensão pelo consumidor de notícias” (Villela,2008:165)*, como uma espécie de menu noticioso ao alcance dos telespetadores *“o telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos” (Machado,2000:104)*, criando mais familiaridade com os mesmos, fazendo-os estar mais próximos de situações que na realidade estão mais distantes, dando um retrato do que quer que se passa em qualquer parte do mundo, sobre os mais variados temas, quer sejam políticos, desportivo, económico ou sociais, afirmando-se mesmo que

por isso “a televisão é muito mais que a imprensa a satisfazer a curiosidade informativa” (Fidalgo,1996).

Visto por muitos como “importantes encontros quotidianos com a realidade” (Brandão,2010:134), este tipo de programas de informação começaram a difundir-se a partir da segunda metade o século, como por exemplo em países como a Espanha, destacando-se o primeiro programa de notícias da TVE, intitulado como o *Diario Hablado* de Radio Nacional de Espana, havendo um ponto de viragem assente, segundo Canavilhas (2001) durante a Guerra do Golfo quando “a informação em tempo real permitiu levar a casa a guerra do Golfo em direto, e a partir daí tudo mudou no panorama mundial”.

3.3) Serviço público de televisão

Foi através da British Broadcasting Corporation (BBC) que se o serviço público de televisão ganhou importância. A BBC providenciava um serviço nacional, tendo como principais interesses o de “servir a comunidade nacional” (Scanell,1995:25).

Este tipo de serviço rapidamente proliferou pelos canais nacionais de outros países europeus, apresentando-se o serviço público como a base que assegura “o pluralismo, a defesa dos valores identitários e o funcionamento equilibrado da democracia” (Vasconcelos,2003:43), onde fins como informar, educar e distrair se sobrepõem aos de vender, persuadir e divertir.

O prestar serviço público, num órgão de comunicação, e tal como Dina Vaz(2009) refere “o informar o cidadão da forma mais correta e criar regras úteis e didáticas”, sendo que a informação “deve realizar um trabalho de interesse geral e dar uma resposta eficaz às exigências informativas dos cidadãos” (idem), havendo quem defenda que este é um serviço que deve estar no mesmo patamar de importância que os serviços públicos de educação, saúde e segurança social (Fidalgo,2003).

Através do Tratado de Amesterdão, um ponto sobre o audiovisual, defende que cada Estado-membro da União Europeia deve “definir e organizar aquilo que entende por serviço público (...) compete ao governo de cada país acompanhar a atualidade da tv pública” (Lopes,1999:2). Sendo que também na resolução do Conselho da União Europeia de 1999, se defende que “um amplo acesso do público, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, constitui uma pré-condição necessária ao cumprimento das obrigações específicas do serviço público de televisão”. Algo que para Eduardo Cintra Torres (apud Lima,2005:19) se define como “um serviço prestado por

iniciativa do estado e da sociedade civil, que os privados por si não podem, ou não querem prestar”.

Também no artigo 38º da Constituição da República Portuguesa, está assente que “O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão”, havendo ainda no ponto 6 do mesmo artigo, uma nota que afirma que:

“A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do setor público devem salvaguardar a sua independência perante o governo, a administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”.

Jay Blumler (1992) destaca aliás valores ao serviço público como: o bem-estar dos públicos mais frágeis, identidade cultural, imparcialidade da informação, distanciamento em relação às fontes de financiamento. Apesar de existir uma vasta rede de definições, sendo difícil desenhar um padrão único de serviço público, nas várias definições é notória a utilização constante de conceitos como a liberdade, bem comum, equilíbrio, qualidade e interesse nacional (Estrela,1998:7 e 8), onde as características passam também pela pluralidade e variedade de oferta, universalidade e um ao acesso ao serviço gratuito, com a objetividade presente, bem como a imparcialidade, não se caindo na tentação das leis de mercado, como nas emissoras privadas, pois “a televisão pública deve ser proporcionada como uma maneira diferente de pensar a audiência, o jornalismo e a própria linguagem televisiva” (Resende,2013:17).

Ao serviço público de televisão é reconhecida a missão de promover “uma programação variada e abrangente, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias” (artº50), garantindo “a observância dos princípios de universalidade e de coesão nacional, de diversificação, de qualidade e da indivisibilidade de programação, de pluralismo e do rigor (...)”. Sendo uma autêntica “voz civil (...) uma polifonia de vozes, as vozes de todos os públicos a que o serviço público se destina” (Martins,2015:9), olhando-se para televisão de serviço público como um “lugar de liberdade irrestrita (...) de democracia a vir (...) um princípio de resistência crítica face à mediocridade audiovisual, uma força de dissidência diante de todos as tutelas, políticas ideológicas e mercantis (...)” (idem).

Também Lovis Rolland desenha a sua definição de serviço público, defendendo que valores como a continuidade, igualdade, adaptabilidade e mutabilidade, são pontos fulcrais no mesmo. Descodificando cada um destes valores, é de sublinhar que a continuidade diz respeito à “continuação no tempo de um serviço que responde a uma necessidade coletiva perante” (Santos,2013:10), a igualdade “à obrigação de tratar todos os indivíduos da mesma forma” (idem), a adaptabilidade, que se refere à “capacidade de adaptação tecnológica do serviço, que deverá estar disponível aos utilizadores (...) refletindo os seus

modos de vida” (Santos,2013:11),e por último a mutabilidade, que por sua vez “centra-se não no consumidor mas na entidade que presta ao serviço”, ou seja, “significa que se uma atividade deixar de ser relevante, o serviço pode terminar” (idem).

A teoria do serviço público, que surgiu perante a nova posição do Estado e a própria solidificação do direito público (Chevalier,2010), estender-se-ia a vários países, onde a transição para um serviço público acabaria por fazer parte de “um processo de democratização, após a vigência de sistemas autoritários” (Santos,2013:22), assistindo-se a uma transformação dos canais estatais em serviço público, sendo este “o caso da Alemanha, depois da guerra, de Portugal e da Espanha, nos anos 70, ou dos países de Leste, após o colapso do comunismo em 1989) (idem). E que com o passar do tempo, o serviço público tornar-se-ia então “no próprio cerne da vida democrática, à medida que os media ganhavam espaço no quotidiano e a independência se tornava num valor obrigatoriamente distinto” (Santos,2013:23). Um serviço que para Syvertsen (1999:5), corresponde a um:

“bem público, à imagem de outros fornecidos pelo Estado (...) bem como um instrumento ao serviço da esfera pública, que dá às pessoas os meios para um pleno exercício da sua cidadania, como um meio que responde às necessidades individuais de audiência” (in Santos,2013:99).

3.4) Rádio e Televisão Portuguesa (RTP)

Em Portugal também o serviço público cresceu, quer através da emissora estatal, designada como emissora EN, quer pelo serviço de televisão, através da primeira emissora de televisão que ao país conheceu, a RTP. A primeira emissão de telejornalismo em Portugal, ficaria marcada pela visita da Rainha Isabel II ao país, em 1957, sendo que durante esta época, os portugueses conheceriam programas informativos como o Noticiário, Jornal RTP e ainda o Jornal Actualidade, marcados por uma “busca de uma identidade entre as linguagens de cinema, de teatro e a rádio com reflexos na narrativa e na cenografia do telejornalismo” (Tourinho,2014:97).

É importante realçar que a emissora pública de televisão portuguesa, a RTP, esteve até ao 25 de abril de braços dados com um autêntico controlo governamental, numa dimensão instrumental (Carvalho,2009), algo que Joaquim Fidalgo ainda defende referindo que a RTP foi “sempre mais uma televisão estatal do que uma televisão pública” (Fidalgo,2003). Durante a fase do regime ditatorial de Salazar, o estado dominava a radiotelevisão, cabendo esta função a Marcello Caetano, que esperava “que os dirigentes

do novo serviço público saibam fazer deste instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português” (Sousa e Santos,2003:56). Esta emissora foi em tempos porta voz da política exercida pelo Estado Novo, embora conseguisse “trazer conteúdos e imagens a que de outra forma os portugueses não teriam acesso” (Simões,2013:7), e tenha sido durante muito tempo uma autêntica “agenda interministerial” (Cádima,1996:52), onde os programas se resumiam meramente a conteúdos de política, notícias de governo e algumas peças desportivas.

A utilização deste meio e a apropriação do mesmo como uma ferramenta política foi bastante notória para a subida ao poder de Marcello Caetano em 1968, sucedendo a António Oliveira de Salazar. Marcello Caetano era presença assídua no telejornal e destaque ao longo de todas as notícias que eram transmitidas. Uma ideia reforçada por Felisbela Lopes (1999:31) que relembra que:

“A televisão portuguesa foi alvo de sucessivas manipulações políticas. Na sua génese, a radiotelevisão portuguesa era um assunto de Estado. Ela era a voz da nação, ou melhor, a voz do partido que governa a nação”.

O surgimento deste canal de televisão em Portugal ocorreria mais tarde do que em noutros países. A RTP nascia apenas a 15 de dezembro de 1955, através de um capital de 60 milhões de escudos (Silva e Teves,1971:105), sendo que o primeiro programa noticioso estreou a 18 de outubro de 1959, onde com Mário Pires, na altura jornalista do Diário de Notícias, juntamente com Alberto Lopes, vindo de O Século, se assistia pela primeira vez, em casa dos portugueses, à apresentação de um noticiário, abrindo-se a partir daí a portas não só de Portugal mas também do mundo, através da que ainda hoje é conhecida como a caixa mágica, a televisão.

Com a revolução de abril, em 1974, embora tenham surgido novos formatos e programas na estação, a RTP ainda se mantinha muito como “um instrumento político de primeira ordem” (Torres,2011:51), palco dos vencedores do processo revolucionário. Na época de 1959 a 1975, o telejornalismo em Portugal, ficaria marcado pelo ainda hoje conhecido Telejornal, com emissões ligadas a eventos desportivos, religiosos, ou marcos históricos importantes como a transmissão da Guerra de África ou a chegada do homem à lua. Sendo ainda de realçar que durante este período, alterações importantes seriam aplicadas ao telejornalismo, com a transmissão das emissões a cores e a própria utilização do direto que “contribui para o maior imediatismo do noticiário jornalístico ofertado ao telespectador” (Tourinho,2014:98), sublinhando-se ainda outras alterações como:

“o destaque da banca de apresentação, os computadores, monitores e outras tecnologias, e o pivô como vedeta, foram os novos elementos de uma cenografia que se pautava pela

transmissão de conceitos de transparência noticiosa através do uso de acrílicos” (Saraiva,2001).

Os obstáculos à emissora de televisão seriam retirados na década de 80, introduzindo-se a partir daí “a obrigação do estado assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão, fixando-a nos termos em que vigora atualmente na lei soberana” (Mártires,2016:57).

Só a partir da década de 90 é que a reviravolta se começaria a instalar na televisão portuguesa, com o aparecimento de outras ofertas televisivas, ou seja com o surgimento de canais privados, como o caso da SIC e da TVI, o que faz com que ainda nos dias de hoje a RTP lute “num mercado concorrencial de publicidade, exigindo a si própria um esforço financeiro bastante elevado para conseguir manter-se na competição pela lógica de existência” (Mártires,2016:17).

O mesmo que tem acontecido no serviço público de televisão em Portugal, tem-se também desencadeado noutros países, onde a televisão generalista assiste a uma mudança veloz “que tem causado incertezas inquietantes sobre a sustentabilidade de uma atividade que foi tida, durante décadas, como uma das mais poderosas e influentes da história da comunicação” (Serra, Sá, Filho, 2015:1)

Atualmente a RTP para além de ser a veterana de canais de televisão portugueses, representa um marco fundamental na história da comunicação social, caracterizando-se como sendo a “empresa de media com mais história e tradição em Portugal”, tendo-se alargado ao longo dos anos, numa vasta oferta que se ramificou em canais como a RTP2, RTP3, RTP Memória, RTP Madeira, RTP Açores, RTP Internacional e RTP África. Esta abrange “serviços de programas de acesso não condicionado livre ou, quando razões de natureza tecnológica ou financeira o imponham, de acesso não condicionado com assinatura” (Serrano,2010:7), e que com uma história longa e contruída ao longo de décadas, tem como bandeira “a imparcialidade e independência da informação e do comentário, o divulgar conteúdos audiovisuais inovadores e diversificados” (código de ética da RTP, 5D:6). O serviço público é hoje nos termos de um “contrato de concessão firmado entre o estado português e a RTP (...) numa sociedade anónima de capitais públicos, dedicada à produção e distribuição de conteúdos audiovisuais e multimédia” (Paulino, Guazine, Oliveira,2016:57).

3.5) A Televisión Española (TVE)

No que toca à rede de televisão em Espanha, consegue-se sublinhar que no início da II República (1931-1936) a televisão ganharia destaque em Espanha, para além da imprensa e da rádio, embora não se consiga saber ao certo uma data específica relativamente ao surgimento deste meio neste país.

No início as primeiras emissões em direto eram feitas através da empresa Philips, em estúdios musicais e humorísticos, surgindo mais tarde a primeira emissora de televisão, em 1956 – a TVE. A primeira emissão deste canal abriu com palavras do então ministro da informação e do turismo, Gabriel Arias Salgado, dizendo que “hoje dia 28 de outubro, domingo, dia de Cristo Rei, a quem foi dado tanto poder nos céus e na terra, inauguram-se os novos equipamentos e estúdio de televisão espanhola”. O primeiro contacto que os espanhóis teriam com formatos noticiosos, seria através do cine jornalismo, com divulgações históricas como o casamento do rei Alfonso XIII, o enterro do presidente norte americano William Mckinley ou o acontecimento do terramoto de 1906 na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos da América. Estes ficariam conhecidos como os “noticiários de actualidad” ou “noticieros”, sendo que “cada um destes periódicos cinematográficos eram compostos de fragmentos e reportagens incipientes” (Saéz,1986).

O país também se iria deparar, em 1943 com noticiários que teriam uma duração de sete a dez minutos, mas que no fim da guerra civil espanhola seriam imediatamente substituídos pelos noticiários da UFA, ou seja, da antiga União Federativa da Alemanha. É importante relembrar que a TVE nasceria, portanto, como um organismo que iria depender do ministério de Gabriel Salgado, sem qualquer “personalidade jurídica própria e sujeito ao direito administrativo” (Bustamante,2006:357). Tal como acontecera com a RTP, também a TVE passou o período de um regime ditatorial, o regime franquista, ficando esta emissora marcada pela forte censura, carecendo de autonomia, sem uma definição exata e clara do papel social do meio (Palacio,2001:34), sendo este quadro que marcaria os primeiros dez anos da história do canal.

Toda a programação desta emissora de televisão passava por um meticuloso processo de controlo, evitando-se temas que não seriam favoráveis ao franquismo. “A manipulação das notícias e a confusão entre a opinião e a informação foram uma tônica dos programas periódicos da TVE” (Herms,2012:1) e o primeiro espaço informativo apenas teria lugar em 1956, encabeçado por David Cubado, impondo-se neste um “centralismo autoritário e rígidas conotações políticas e morais” (idem). O programa era marcado por um enorme centralismo informativo, sendo que “apenas emitiam três horas mensais de programação da TVE para a Catalunha” (Herms,2012:7), desempenhando “um papel irrelevante na sua função cultural e educativa (...) em linhas gerais, foi

silenciada toda a forma de expressão e criação crítica para com o franquismo” (Herms,2012:5).

A descentralização informativa apenas aconteceria em 1988, com o surgimento de canais privados televisivos, mas também o aparecimento de canais nas diferentes regiões autónomas, em 1983, através da lei dos terceiros canais. Estes seriam canais estatais que iriam surgir em cada região autónoma, com “fatores de variada índole: linguísticas, políticos, sociológico e económicos” (Vacos,2005), defendendo as características da sua região, sendo a TGV, o canal da região da Galiza, um exemplo disso mesmo, onde se “pretendeu proporcionar à região Galega um meio de defesa e normalização do idioma galego, da sua cultura e procurou ajudar na construção da identidade galega” (Fernandes,2008:27). Criaram-se ainda canais locais, como caso da RTV Cadedeu, que se passaram a designar como “canais alegais” (Moragos e Prado,1991), ou seja, que não estão contemplados na legislação espanhola, embora também não haja nenhuma lei que os proíba.

Com o aparecimento de outros canais, a TVE teve que aprender a lidar com a concorrência, o saber lidar com todas as dificuldades que a partir daí surgiram, levando esta emissora, desde início, a necessitar de apoio financeiro vindo da presença publicitária como uma “maneira e patrocínio comercial, utilizando publicidade ao vivo (...) esta carecia de um pressuposto determinado, e tinha de contar com patrocinadores para desenvolver a sua produção” (Carreras,2012:17 e 18), havendo “uma grande precariedade no que aos meios técnicos se refere” (Carreras,2012:618). A crise alargou-se ao longo dos anos, sendo que “só em 1998, a televisão pública espanhola perdeu, em média, cerca de 490 milhões de pesetas por dia, ou seja, mais de 500 mil contos” (Lopes,1999:2).

Porém, a importância desta emissora não se desvaneceu, pioneira como emissora em Espanha, marcou a história desta país, sendo que atualmente é vista como uma “sociedade estatal com especial autonomia (...) está configurada como sociedade anónima e o seu capital social é de titularidade inteiramente estatal” (site oficial da TVE), com os centros de produção presentes em Canárias, Barcelona e Madrid, chegando aos cinco continentes através da TVE internacional, onde a oferta ainda se divide por outros canais como o Canal 1, Canal 2, Canal 24h, Canal Clan, Teledeporte e Startve.

Capítulo 4 – Metodologia

4.1) Introdução:

Este capítulo, debruça-se sobre as metodologias e técnicas de recolha de dados utilizadas e que irão enquadrar as várias etapas de investigação deste estudo.

Tendo em conta que cada plano de investigação deve conter uma metodologia específica e que se adeque o mais possível àquilo que o trabalho se propõem analisar, neste caso com a missão de fazer o estudo comparativo entre o enquadramento e o tratamento do caso particular e bastante mediatizado da Central Nuclear de Almaraz pelo telejornalismo português e espanhol, focando-nos nas emissoras públicas RTP e TVE - iremos expor de forma detalhada e em várias secções: os princípios metodológicos seguidos, a importância das metodologias e técnicas escolhidas no processo de investigação, passando ainda pela apresentação do desenho da investigação, onde recuperam objetivos e hipóteses em causa, dando-se ênfase ao processo de recolha, tratamento e análise de dados e ao modo como estes contribuem para solucionar as questões apresentadas.

4.1.2) Base Conceptual:

Uma investigação científica, implica necessariamente um planeamento do trabalho a realizar, escolhendo a metodologia que irá suportar o mesmo. Como se de uma casa se tratasse, é necessário começar por desenhar a planta do que pretendemos analisar, assim como as formas como podemos atingir o nosso fim de pesquisa.

O surgimento da investigação científica bem como das metodologias que a acompanham, levou a que grandes mudanças, em termos de pensamento do homem e da forma como este começou a olhar para o mundo, se perpetuassem e se refletissem na institucionalização da ciência em meados do século XIX, dado que “ buscar o conhecimento a partir de método e linguagem próprios, é algo que estimula interrogações, pede reflexão crítica, intervenção e criação” (Avelar e Silva, 2007:41) e que

deve ser feito sem influências externas, ou seja “influências deturpastes decorrentes da nossa subjetividade” (Severino,2007:107).

“A investigação científica e a Ciência são o resultado dessa atitude incessante do homem de querer conhecer e dominar o mundo; através dela, foram-se encontrando soluções para os

problemas que continuamente surgiam e, ao mesmo tempo, foi-se acumulando um corpo de conhecimento que, transmitido de geração em geração, chegou até aos nossos dias” (Latorre et al., 1996, cit. por Coutinho, 2014, p. 4). Ao investigarmos procuramos descodificar os significados de um determinado acontecimento ou até de uma conduta (Quivy e Campenhoudt,2013:19), procurando as questões daquilo que ainda não foi analisado ou devidamente aprofundado.

Para Quivy e Campenhoudt (2005:26) Ciência é mesmo, por definição, “algo que se procura” é “um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica”. Para Kuhn (1970), a visão tradicional de ciência é substituída por uma imagem contemporânea, defendendo que a observação “é antecedida por teorias e, portanto, não neutra (...), acredita que não há justificativa lógica para o método indutivo e reconhece o carácter construtivo, inventivo e não definitivo do conhecimento” (Osterman,1996:185).

São várias as fases que integram uma investigação, as quais terão de ser percorridas pelo cientista, e que se assumem como estando em permanente interação ao longo da sucessão de todo o processo. Para autores como Quivy e Campenhoudt (2005:24), podem considerar-se ao todo sete etapas reagrupadas. Etapas essas que podemos constatar no seguinte esquema, apresentado na obra destes dois autores, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”:

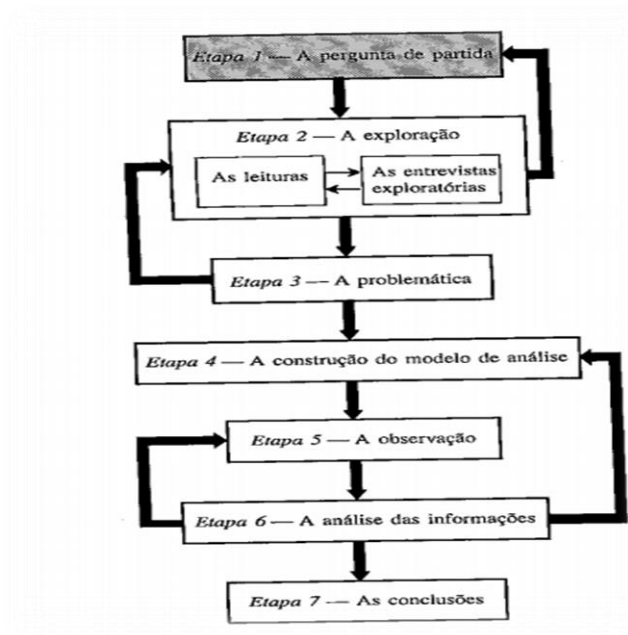


Fig.1) As etapas de Investigação da investigação por Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt

Definir o objeto de estudo, bem como a forma como o mesmo vai ser problematizado, recolha de dados, passando ainda pela escolha e formulação das hipóteses, os elementos teóricos, os recursos instrumentais a utilizar, bem como a interpretação de resultados (Berndtsson et al,2008), são algumas das etapas essenciais para qualquer investigador conseguir alcançar o seu objetivo. Em suma, é uma metodologia definida, que procura dar resposta às questões de pesquisa, que acabará por ser a base da nossa investigação.

Quando falamos em *método*, cuja designação deriva do grego *méthodos* e que significa “caminho para chegar a um fim”, teremos de ter em conta que a escolha deste é um passo importante e crucial que sustentará a pesquisa e que acima de tudo, tal como Markoni e Lakatos afirmam, se apresenta como “um conjunto de atividades sistemáticas (...) que permite alcançar o objetivo – conhecimentos válido verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando decisões do cientista” (2010:65), adquirindo-se objetivamente o conhecimento e concluindo-se com eficácia a investigação realizada. Os métodos de investigação “levam-nos ao conhecimento, valorizando mais o processo do que propriamente os resultados” (Bisquerra, 1989; Coutinho, 2014).

A metodologia de uma pesquisa ainda é definida como:

“Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.” (Minayo, 1993. p.23)

Ou caracterizada como “um procedimento geral, baseada em princípios lógicos, que pode ser comum a várias ciências” (Vera,1989: 8). É através do método que o conhecimento é conseguido, levando a que haja progresso científico e permitindo que “o homem tenha um relacionamento mais eficaz com o seu ambiente, atingindo os seus fins e resolvendo os seus conflitos” (Cohen e Manion, 1980).

A metodologia é ainda caracterizada por Hudson e Ozanne (1988:508), como algo que inclui “não só as técnicas de recolha de dados, como também o desenho de investigação, o enquadramento, os assuntos, a elaboração de relatórios, entre outros”.

Apesar de existir um vasto leque de opções em termos de métodos e técnicas a utilizar, seja no acesso tal como no tratamento da informação em mãos, não se pode afirmar que existam métodos bons ou maus, mas sim, tal como explicam Minayo e Sanches (1993:9), há os que se enquadram e adequam melhor à resolução dos problemas que temos em cima da mesa, bem como à prossecução dos objetivos propostos. A opção por uma metodologia depende pois da natureza do problema.

Por vezes, a utilização de vários métodos, técnicas e fontes diferentes, é um caminho adotado pelos investigadores, defendendo-se que assim se consegue atingir uma maior fiabilidade, complexidade, riqueza e rigor do objeto de estudo (Denzin e Lincoln, 2000). Segundo Denzin (1989), numa triangulação de dados, poderemos diferenciar o que se designa por triangulação intramétodo, utilizando-se o mesmo método em ocasiões diferentes, ou a triangulação intermétodos, onde se utilizam diferentes métodos de recolha e análise de informação no mesmo objeto de estudo, mais especificamente, a combinação de métodos quantitativos e qualitativos.

As vantagens da triangulação podem ser notórias e são esclarecidas pelo mesmo autor, que sublinha que “os pontos mais fracos de um determinado método, podem ser os mais fortes de outro”, conseguindo-se complementar desta forma os pontos fortes de cada um dos métodos, não se sobrepondo os pontos fracos (Johnson & Turner, 2003; Patton, 2002), o que permitirá que se obtenha um retrato mais desenvolvido da situação que está em estudo e, por isso mesmo, uma compreensão mais profunda do fenómeno que está a ser analisado (Denzin & Lincoln, 2005; Flick, 2004; Morse, 2002). A triangulação tem

como objetivo excluir as percepções erradas, impedindo a invalidação das conclusões (Stake, 2009) e melhorando a validade das mesmas (Mathison, 1988).

Uma soma de um paradigma qualitativo e quantitativo que tem como fim trabalhar para agregar perspectivas distintas no fenómeno estudado (complementaridade) (Kelle, 2001; Kelle e Erzberger, 2005; Flick, 2004), pois os resultados obtidos através de uma abordagem serão automaticamente complementados com a recolha de dados feita pela outra abordagem existente, levando a caminhar para uma descoberta de paradoxos e contradições (Kelle e Erzberger, 2005) e para uma melhor compreensão do problema estudado, tendo em conta que cada método procurará responder a diferentes questões da investigação.

4.1.3) As abordagens:

Na investigação em que trabalhamos podemos assim deparar-nos com dois grandes paradigmas¹ já referidos anteriormente. Para Kuhn, a ciência depara-se com diferentes paradigmas, considerados como quantitativa ou qualitativos, na medida em que esta segue um padrão de desenvolvimento, que passa pela fase de ciência normal, onde os investigadores aderem a um desses paradigmas, e de seguida são interrompidos pelas designadas revoluções científicas. Revolução estas onde se vê “a aceitação, pela comunidade científica de um novo paradigma, distinto e mesmo incompatível com o anterior” (Gradim,2014:25). Uma fase marcada por uma mudança profunda onde “mudam os objetos, os conceitos, as questões, os pressupostos, os métodos” (Gradim,2014:25).

Como paradigma entende-se como algo que “define a visão do mundo e o tipo de problemas (“puzzles”) que a comunidade encara como científicos” (Gradim,2014:28), sendo que “uma disciplina se torna uma ciência quando adquire um paradigma” (Gradim,2014:26).

Por um lado, têm-se, o que se designa como paradigma qualitativo, e por outro o paradigma quantitativo, havendo nestes dois campos, pressupostos de natureza

¹ Este conceito, levado para a literatura científica por Kuhn (1994: 13) é caracterizado pelo mesmo como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares a uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Ainda o mesmo autor salienta que o termo paradigma supõe “toda uma constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (Idem: 218). Também Patton (1990:37) reflete sobre esta questão e chega à conclusão de que: “os paradigmas são importantes constructos teóricos para esclarecer as adopções fundamentais sobre a natureza da realidade.” (Patton: 1990:39).

ontológica, epistemológica e metodológica distintos (Guba e Lincoln, 1994), ou seja, ambos seguem um rumo de crenças e objetivos completamente distintos.

No que à abordagem qualitativa diz respeito, vista como uma investigação “desafiadora tarefa de dar sentido ao que se vai aprendendo” (Denzin, 1994: 500), esta caracteriza-se por ter como principal missão, não só a explicação de uma determinada realidade, mas acima de tudo, a compreensão aprofundada da mesma.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), ao adotar uma abordagem qualitativa, tenta-se compreender todas as perspectivas ligadas a uma realidade e até analisar como e com que critérios a mesma é julgada, procurando, portanto, investigar o que está escondido por detrás de cada questão ou comportamento, de forma a compreender o contexto do problema (Malhotra, 2004).

Analisando esta abordagem reparamos que “a palavra escrita ocupa lugar de destaque (...) desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção de dados quanto na disseminação dos resultados” (Godoy, 1995). Já para Serapioni (2000), sublinham-se na abordagem qualitativa, características como a observação naturalista, ou seja, não controlada, subjetiva. Tudo isto numa abordagem que não se traduz em números ou em medidas, mas que descreve os fenómenos por palavras o que acaba por a diferenciar da abordagem quantitativa, e onde os dados, ao longo do tempo coletados, são apresentados, por exemplo, através de anotações de campo, fotografias, vídeos ou até entrevistas, entre outros documentos.

Dividindo-se em três tipos, nomeadamente: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Já para Bogdan e Biklen (2010) as investigações qualitativas contém em si características como: (1) a atenção do investigador focar-se essencialmente no processo e não tanto nos resultados; (2) a natureza descritiva; (3) o ambiente natural apresenta-se como a fonte direta de dados e o investigador como o instrumento fundamental; (4) os dados são analisados maioritariamente com recurso ao método indutivo; (5) a construção do significado atribuído pelos indivíduos aos objetos e à sua vida surge como a principal preocupação do investigador.

É importante notar-se que, tal como é referido no ponto 4 a abordagem qualitativa segue o método indutivo, porque “o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto” (Pacheco, 1993, cit. por Coutinho, 2014, p. 28).

Sendo esta uma abordagem que alberga correntes de pesquisa diferentes, leva muitos autores a defenderem que as ciências humanas se caracterizam pela sua especificidade, ou seja, que o estudo do comportamento humano e social, as torna ciências específicas, com metodologia própria (Chizzoti, 2005), essencialmente qualitativa (Minayo, 1994).

Para além disso, prioriza-se o contacto direto entre o investigador e o ambiente da situação em análise, pois “o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (Godoy, 1995:62). Um tipo de abordagem que irá descrever um problema “explorando em profundidade (...) que leva à descrição de uma experiência ou à atribuição de uma significação a esta mesma experiência” (Brink, 1998, in Fortin: 2009: 290).

Esta é essencialmente uma abordagem descritiva, que após descrever de dentro para fora, da visão das pessoas que participam na pesquisa, e aquilo que está ao seu redor, vai tentar interpretar e tirar conclusões, referindo-se às lições que foram aprendidas e gerando mais perguntas a serem feitas (Wolcott, 1994), embora seja importante frisar que o investigador analisa muitos desses cenários através das lentes pessoais, o que significa que, evitarem-se interpretações pessoais, acaba por ser extremamente difícil na abordagem qualitativa.

Na segunda metade do século XIX e nas últimas três décadas do século XX, as metodologias qualitativas começaram a ser a opção cada vez mais requisitada pelos investigadores. Um bom exemplo de utilização desta abordagem, é o do estudo do sociólogo e economista francês *Frédéric Le Play*, que através da sua obra *Les ouvriers européens*, publicado no ano de 1985, faria uma das primeiras pesquisas usando esta abordagem, observando diretamente a realidade, que neste caso se referia à vida das classes trabalhadoras em França.

Um forte contributo em termos de desenvolvimento para com esta abordagem, foi também por parte da Universidade de Chicago, que dado o seu registo de estudos remetentes para problemas sociais como o desemprego, minorias, entre outros, apostou em métodos importantes e inovadores de pesquisa qualitativa que se resumiriam, por exemplo, na análise científica de diversos documentos, muitos deles pessoais, diários íntimos, entre outras fontes.

Também nas últimas décadas, surge um número significativo de estudos qualitativos no que toca aos conteúdos dos meios de comunicação de massa, embora tenha sido um processo lento “pode ter sido relativamente lento no desenvolvimento das suas contribuições para o campo em questão, na forma de periódicos, conferências, livros-

texto e manuais, pelo menos em comparação com o trabalho quantitativo convencional” (Jensen, 1991:3).

Mesmo assim, o seu desenvolvimento acabaria por atingir mais tarde vários campos, tal como o autor James Carey defende quando realça que esta abordagem se transformou num processo “que faz grandes reivindicações a partir de pequenas questões: estudando rituais particulares, poemas, peças, conversas, canções, danças, teorias específicas, e cuidadosamente alcançando as relações completas dentro de uma cultura ou um modo de vida total” (Carey, 1989:64).

Embora haja muitas vantagens apontadas a esta abordagem, há por outro lado quem lhe lance algumas críticas, acusando-a de falta de objetividade, controle científico ou mesmo de rigor, dado que “não possui testes adequados de validade e fidedignidade, assim como não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano” (Goldenberg, 2004:45).

Reconhecida esta lacuna na abordagem qualitativa, há quem tente ultrapassar estas através de uma integração da pesquisa qualitativa com a quantitativa, referido anteriormente quando falamos na triangulação de dados, e que “permite que o pesquisador faça um cruzamento das conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. O mesmo é defendido por Mathieu e Zajac (1990), ao recomendarem um uso diversificado de metodologias de pesquisa perante o comprometimento. Embora Demo (1995) garanta que, apesar dessas abordagens se completarem, a maior parte das vezes não se consegue medir a importância de cada uma, afirmando assim que as duas a mesma acuidade.

Na abordagem quantitativa procura-se quantificar os dados coletados, através de tabelas, gráficos ou números, havendo uma preocupação notória em se medir as relações existentes entre as variáveis, obtendo-se informações sobre uma determinada população. Tendo ido beber ao positivismo², considera que “a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros” (Silveira, 2009:33).

Abordagem essa que segundo Silva e Menezes, considera que:

² Aceita o conhecimento considerado autêntico, ou seja, que pode ser verificado e quantificado. O positivismo foi uma corrente que dominou toda a Europa durante o século XIX, onde o homem é visto como “um mero coletor de informações e fatos presentes nos documentos” (Moura, 2004:2). O paradigma quantitativo baseia-se nesta corrente, em muito influenciada pelas ideias de Auguste Comte, e defendida como uma realidade objetiva que “o investigador tem de ser capaz de interpretar objetivamente; cada fenómeno deverá ter uma só interpretação objetiva e científica” (Fernandes, 1991:65).”

“Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” (Silva, Menezes, 2000. p. 20)

Em suma, e depois de termos caracterizado de forma sucinta estas duas abordagens, aparentemente conflitantes em pesquisa, podemos constatar que por um lado, tal como aponta Lanigan (apud Sousa E Gomes, 2003), temos a prática de um método de condição de verdade que compara e contrasta escolhas feitas em um contexto previamente determinado de dados e, de outro lado, a prática de um método de condição suficiente que compara e contrasta escolhas feitas em um contexto tomado. Ou seja, de uma forma geral, estas duas abordagens podem ser definidas em métodos quantitativos e métodos qualitativos (Richardson, 1999).

4.2) Problema de Investigação

A delimitação do objeto de estudo, a exposição do contexto de estudo, bem como o esboçar de objetivos e finalidades da investigação, expondo as hipóteses norteadas, é algo que faremos ao longo desta secção.

Embora o delimitar do objeto de estudo, seja o passo crucial de qualquer trabalho, teremos de ter em conta que, por vezes, nem todas as questões podem ser alvo de uma investigação. A maior parte das vezes, porque algumas dessas questões já se encontram respondidas, ou pura e simplesmente porque não é necessário optar-se por analisá-las e investigá-las.

É exatamente por estas e outras e outras razões, que Fortin (2009) nos relembra a importância de todo o investigador confirmar a pertinência da pergunta de partida que tem em mãos, antes de iniciar a sua análise, no que diz respeito ao seu impacto quer para com a sociedade, quer para com os indivíduos, assim como para o corpo de conhecimentos de uma determinada disciplina, bem como o proveito que terá para o nível prático profissional e para o desenvolvimento científico.

No que à nossa investigação toca, esta terá como preocupação base, a análise do enquadramento, também conhecido pelo termo *framing*, feito pelo telejornalismo português e espanhol, a qual se focará nas emissoras públicas, perante o caso da central nuclear de Almaraz, com um recorte temporal que terá início no dia 29 de dezembro de 2016, fase em que a polémica se instala após o governo espanhol declarar que iria construir um armazém de resíduos na central, sem consultar o governo português e deixando a ideia de que o tempo de vida da central seria alargado, até ao dia 29 de maio de 2017, momento em que Portugal retira a queixa, entregue junto à Comissão Europeia contra a decisão da construção do armazém tomada pelo país vizinho – Espanha, desvanecendo a partir daí o confronto diplomático entre os dois países.

O interesse deste estudo, justifica-se facto da questão da permanência da Central Nuclear de Almaraz, um tema já há muito discutido e mediatizado, ter recentemente colocado os dois países vizinhos, Portugal e Espanha, em posições diferentes e num pico de discussão acérrima.

Tendo em conta a importância crescente dos estudos de *framing* e tendo-se conseguido através destes estudar objetos diferentes, tais como grandes acontecimentos políticos ou movimentos sociais, pois o *framing* é “heurísticamente rico e bastante maleável, a noção parece adaptar-se a diferentes problemas de pesquisa, embasando abordagens metodológicas distintas” (Mendonça e Simões, 2012:18), achamos que seria relevante submeter este caso a uma análise quanto ao seu enquadramento, pelos meios de comunicação, revelando-nos, neste caso, como a TVE e a RTP agiram perante o caso da Central Nuclear de Almaraz e as atitudes dos dois países, conseguindo-se ainda encontrar elementos para discutir a questão da objetividade jornalística nas suas coberturas, apesar de cada país ter assumido uma posição diferente perante o problema.

As várias formas como uma notícia pode ser enquadrada tendem normalmente a traduzir os valores predominantes de um contexto social (Meyers,1997), podendo também transparecer “conflitos entre vários relatórios interpretativos, o que nos leva à teoria de que os enquadramentos por vezes, podem ser plurais ou monopolizadores de significados” (Mcquail,2003).

Importa analisar a perceção difundida pelo telejornalismo ibérico dado que “os enquadramentos encorajam determinadas interpretações e perceções sobre os acontecimentos (Serrano, 2006:209), analisando como esta realidade foi tratada pelos mesmos através desta técnica que “analisa os meios de comunicação social, tratando a organização da mensagem a veicular, assim como todos os seus elementos constitutivos” (Fernandes, 2016:49).

• **Objetivos e hipóteses**

Perante toda esta explicação, podemos afirmar que esta investigação tem como objetivo geral, a análise e a compreensão da forma como cada emissora tratou o tema em foco. Sublinhamos que os objetivos num trabalho de investigação, indicam a direção do estudo (Fortin,2009), são uma espécie de desdobramento das questões que formulamos anteriormente, mostrando a quem lê o nosso estudo, qual o propósito do mesmo. Algo confirmado por Locke, Spirduso e Silverman (2000:9) que nos dizem que os objetivos “indicam porque você deseja fazer o estudo e o que você pretende atingir”, sendo esta uma etapa que “estabelece os propósitos, a intenção e a ideia principal de uma proposta ou de um estudo” (Creswell,2007:101).

Por trás destes objetivos, deparamo-nos com duas perguntas de partida, cujo exercício investigativo desta dissertação visará responder, nomeadamente:

- Na cobertura da questão da central nuclear de Almaraz, existem diferenças de enquadramento, ao comparar a cobertura das duas emissoras?
- As possíveis diferenças, podem estar relacionadas com o diferente posicionamento dos governos de cada país, perante a permanência da central nuclear?

Estas perguntas de partida expostas anteriormente, servirão também como uma espécie de fio condutor de toda a nossa investigação, e que segundo Quivy e Campenhoudt (2005:32) devem respeitar critérios como: clareza, exequibilidade e pertinência. A clareza remete para o facto de estas não serem unívocas, a exequibilidade, sendo o mais realista possível e ainda a pertinência que tal como os autores referem “deve ser uma verdadeira pergunta, tendo a intenção de compreensão dos fenómenos estudados” (Quivy e Campenhoudt, 2005:44).

Tudo isto é necessário para termos uma investigação bem desenhada, dado que através das perguntas de partida “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que se procura saber, elucidar, compreender melhor”. As mesmas podem ainda ser caracterizadas como “um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (Fortin,2009).

Relativamente às hipóteses formuladas:

- H1 – A emissora pública portuguesa (RTP) deu mais visibilidade à questão do que a emissora pública espanhola (TVE);
- H2 – A cobertura feita pelos órgãos de comunicação dos dois países, em análise, refletiu maioritariamente a posição oficial e as decisões dos governos;

Após expormos as nossas hipóteses, sublinhamos que estas são encaradas como proposições, que surgem de forma a explicar um fenómeno, de forma antecipada ou provisória, e que constroem linhas de orientação que apontam em diferentes direções daquilo que se pretende demonstrar (Pardal e Lopes, 2011).

Já Quivy e Campenhoudt (2005:119) reconhecem que estas conseguem levar-nos à ordem e ao rigor, sendo que “um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses”. Estas:

“fornecem à investigação um fio condutor, particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa (...) fornece o critério para seleccionar, de entre a infinidade de dados que um investigador pode, em princípio, recolher dados sobre um determinado assunto, os dados «pertinentes»”.

4.2.1) Opção metodológica

Quando chega o momento em que temos de fazer a opção metodológica para uma determinada investigação, teremos, tal como foi frisado em pontos anteriores, de ver se a mesma se adequa ao problema que temos em cima da mesa, assim como às questões que vão erguer-se e ao objeto que nos vamos debruçar.

Por detrás das escolhas metodológicas, Easton (1995) diz que encontramos fatores terminantes para essa decisão, como a axiologia e ontologia³, o contexto e o conteúdo do estudo, bem como os constrangimentos.

Posto isto, e tendo em conta os nossos objetivos, poderemos caracterizar a nossa investigação como um estudo descritivo e explicativo, e que, portanto, busca o entendimento de um fenómeno como um todo, em volta de toda a sua complexidade,

³ Estes dois fatores (axiologia e ontologia) estão implícitos nas escolhas efetuadas, raramente sendo explícitos. A axiologia traduz os valores do investigador e seus objetivos no que toca àquela investigação em particular e a ontologia diz respeito às assunções que são tomadas como certas no decorrer da investigação. ⁶⁸ Estes determinantes são explícitos na metodologia adotada.

com uma natureza de pesquisa pura, ou seja, à base da teoria, e que se caracteriza por ser um estudo sistemático, tendo como bandeira principal a curiosidade intelectual e a compreensão (Mattar,1990), e que seguirá uma abordagem qualitativa a partir de um corpus empírico rigorosamente selecionado.

Segundo Gil (1999), uma pesquisa descritiva “tem como principal missão a descrição das características de um determinado fenómeno”, descrição essa que significa “identificar relatar, comparar, entre outros aspetos (...)” (Raupp e Beuren, 2006:81). Algo frisado por Andrade (2002), que nos relembra da importância de observar as situações, registando-as, classificando, analisando e interpretando-as. Tenhamos em conta que este tipo de pesquisa vai para além da compreensão da relação das variáveis, tendo também como objetivo, a descoberta da natureza dessa mesma relação – onde nela se tenta descodificar a frequência de um determinado fenómeno, trabalhando com dados ou factos colhidos da própria realidade.

Quanto à pesquisa explicativa esta é “mais complexa, pois, além de registar, analisar, classificar e interpretar os fenómenos estudados, procura ainda identificar os seus fatores determinantes”, tendo como objetivo “aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê de algo” (Andrade,2002:20). Havendo quem defenda que esta é uma continuação da pesquisa descritiva, tal como Gil (2007:43), dado que para conseguirmos identificar as características obriga depois a que as mesmas sejam explicadas detalhadamente.

Quanto à abordagem qualitativa, por nós adoptada para a presente pesquisa, define-se segundo Bagden e Biklen (1982) como algo que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contacto direto do pesquisador com a situação estudada” e que “ênfatisa mais o processo do que o produto”. Um tipo de abordagem cada vez mais utilizada nas Ciências Sociais e Humanas, tal como refere Chizzotti (2003:21), quando sublinha que:

“A abordagem qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as Ciências Sociais e Humanas, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivados do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multi métodos de investigação para o estudo de um fenómeno situado no local em que ocorre, procurando tanto encontrar o sentido desse fenómeno quando interpreta os significados que as pessoas lhe dão”.

Descobrimos aquilo que está por detrás dos fenómenos, conhecendo e descodificando os pormenores dos mesmos, tendo como base a descrição, sendo que os dados, segundo Bogdan e Biklen (1994:48), são recolhidos “em forma de palavras ou imagens e não de

números”, onde se investiga as ideias, os significados das ações sociais e individuais (Coutinho,2011:26). Já para Denzin e Lincoln (2006), esta abordagem assemelha-se à atividade de bricolage, na qual o pesquisador, assumindo o papel de *bricoleur*, opta pelos métodos, bem como os vários materiais empíricos, para articular uma resposta ao problema que nos alvitramos a resolver.

Consideramos que esta abordagem é a que melhor se adequa ao que nos propomos atingir na nossa investigação, onde pretendemos reunir toda a informação que não será expressa em números, compreendendo a realidade por detrás de cada enquadramento feito pela RTP e pela TVE, perante a questão da central nuclear de Almaraz, analisando a sua complexidade, os valores e atitudes por detrás de cada um dos enquadramentos feitos, descrevendo-os de forma rigorosa. Um tipo de análise formativa e interpretativa.

Relativamente às técnicas da recolha dos dados, é importante acentuar, que estas são autênticos instrumentos e estratégias que nos dão a possibilidade de caminharmos para uma investigação.

As técnicas, são por norma bem definidas e destinam-se a produzir certos resultados no que à recolha e tratamento de informação diz respeito.

Perante os nossos fins, a pesquisa documental afigurou-se como um meio valioso que nos ajudará a desvendar os enquadramentos “confeccionados” ao longo de toda a mediatização da central nuclear de almaraz – recorrendo-se, portanto, à análise documental de todas as emissões de telejornal que retrataram esta questão, de dezembro de 2016 a abril de 2017, nos canais já referidos anteriormente. Os sites das duas emissoras em análise disponibilizam as emissões de telejornal diárias, referentes a vários anos, na pasta de arquivos, sendo desta forma que foram vistas e recolhidas as emissões em análise nesta investigação.

No caso da RTP, com a aplicação *RTP Play* podem-se acompanhar as emissões do telejornal, entre outros espaços de informação deste canal em direto, como também rever as emissões mais antigas na íntegra. No caso do telejornal da RTP, as emissões estão disponíveis desde o ano de 2016. No caso da TVE, os mesmos disponibilizam também no site um parâmetro onde é possível ter acesso e rever as emissões do telediário desde o ano de 2008, procurando pelo título, ano, mês e o formato da notícia (entrevista, reportagem, completo, fragmentado), tendo sido desta forma que analisamos e recolhemos todas as emissões dentro do recorte temporal que fizemos.

Esta análise documental, como técnica de recolha de dados, qualifica-se por se basear na recolha de informação, utilizando documentos, sendo que estes podem compor o início de uma investigação, dado que os documentos podem compor os princípios, objetivos e metas da mesma (Sousa e Baptista, 2011). Segundo Lüdke e André (1986), os documentos podem ser realizados por pessoas, instituições ou organizações, expressando a sua cultura, ideias, valores e objetivos, patenteando-se como fontes cruciais quando se deseja investigar um fenómeno.

Estes documentos não precisam de ser necessariamente apenas e só documentos escritos, podendo também assumir a forma de “de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica (...)” (Cellard, 2008:296), algo certificado também pelo autor Appolinário (2009:7), que salienta que os documentos podem ser “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova”, incluindo nestes, segundo o mesmo “os impressos, os manuscritos, os registos audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

A mesmo frisa Gil (2010), quando refere que os dados podem ser obtidos “por meio de livros, jornais, papéis oficiais (...) filmes e vídeos”. O que no nosso caso, recairá em registos audiovisuais, com os trechos das emissões televisivas retiradas.

Ao elegermos os documentos que serão analisados, segundo Flick (2009) “o pesquisador não pode manter o foco apenas no conteúdo, mas deve considerar o contexto, a utilização e a função dos documentos, dado que são meios para compreender e decifrar um caso específico (...)”.

• Desenho da Investigação

Para a presente pesquisa, faremos uma análise comparativa das emissões telejornalistas dos dois meios de comunicação português e espanhol, nomeadamente do telejornal das 20h da RTP, tendo-se também analisado alguns trechos de notícias da RTP Informação, e do outro lado, o *telediario* da TVE, transmitido de segunda à sexta, duas vezes por dia, às 14h e às 16h. Neste último optamos pelo espaço “Notícias da Estremadura”, um espaço de informação diário num canal regional pertencente à emissora TVE, que apenas tem como foco notícias que ocorrem nesta região autónoma, região essa onde se localiza a central de Almaraz. Vale a pena referir que no espaço de informação geral da TVE, onde é feita a cobertura de todas as notícias nacionais e

internacionais, no período que analisamos, não foi feita qualquer menção ao caso de Almaraz.

Relativamente ao recorte temporal, a nossa análise teve início nas emissões do dia 29 de dezembro de 2016, altura em que despoletou toda a polémica, quando o governo Espanhol afirmou que iria dar início à construção de um armazém de resíduos nucleares, sem consultar o governo português dessa decisão, dada proximidade geográfica e os impactos que um acidente nuclear poderá ter no país. Estendendo-se esse período até ao dia 29 de maio de 2017, momento em que Portugal decide retirar a queixa, anteriormente enviada para Bruxelas, contra o governo espanhol, aprovando assim a construção do armazém, e que acabou por levar que os ânimos entre os dois países serenassem, mas que marcou também o tempo de algumas manifestações sociais, políticas e ambientais sobre a questão.

Apesar da Central Nuclear de Almaraz, ser uma questão discutida há muito tempo, encontrando-se notícias e debates desde 2009, achamos que o período temporal definido para esta investigação é um período decisivo, onde o tema foi mais mediatizado e debatido, mais presente na opinião pública.

Ao longo deste período, foram analisadas todas as emissões diárias, na íntegra, do telegjornal e do «Notícias da Extremadura», o que leva a afirmar que se está perante uma amostra exaustiva, tendo sido retiradas 28 emissões na RTP, em que se falou sobre a questão da Central Nuclear de Almaraz e 8 emissões do *telediario* “notícias de Extremadura” da TVE.

Para analisar de que forma as duas emissoras noticiaram este caso, seguiremos um conjunto de etapas/critérios que Soares (2006), refere como sendo necessários para um maior rendimento analítico, enfocando pontos que suscitem mais contrastes nos enquadramentos e inclinações da notícia. Esses critérios serão os seguintes:

- a) Framing ambiental → A notícia é desenvolvida com explicações e preocupações ambientais sobre a permanência da central e a própria construção de um armazém de resíduos;
- b) Framing político → A notícia relaciona-se apenas com aspetos políticos, dando mais ênfase à posição de cada governo, assim como na explicação de leis;
- c) Framing judicial → Abordam-se os processos judiciais lançados por causa da decisão, assim como se dá mais destaque às contestações e manifestações contra a central de Almaraz;

- d) Framing social → É dada voz ao cidadão, que se expressa sobre a permanência da Central Nuclear de Almaraz, havendo um enfoque notório em manifestações sociais;
- e) Framing económico → O impacto em fechar-se as instalações da Central Nuclear de Almaraz é exposto ao longo das emissões, bem como o lucro que a mesma garante. Todas as emissões recaem no ponto económico, a questão é vista através de números e percentagens;

Para além dos *frames*, acima mencionados, a análise recaiu também em critérios que nos ajudaram a perceber a forma como as duas emissoras enquadraram a questão da Central Nuclear de Almaraz, tais como: A temporalidade de cada peça, formato, posição, título, fontes e linguagem visual, pretendendo-se desta forma comparar as semelhanças e diferenças entre a RTP e a TVE perante este tema mediático que marcou a atualidade de muitas emissões de telejornal em ambos os países.

Capítulo 5 – Análise de dados

Neste ponto da investigação, procederemos à análise do material recolhido, nomeadamente das peças jornalísticas retiradas do site da emissora pública portuguesa, a RTP, bem como da TVE, emissora pública espanhola.

As unidades de análise, sobre a central nuclear de Almaraz, em foco neste estudo, correspondem numericamente a 36 peças, mais especificamente, 28 emitidas pela RTP e 8 pela TVE.

O período temporal estipulado corresponde ao dia 29 de dezembro de 2016 até ao dia 29 de maio de 2017. Foram cerca de seis meses em análise, onde a questão esteve sob um maior escrutínio mediático e um intenso debate público, fazendo a central nuclear de Almaraz, ao longo destes meses, parte dos assuntos principais da agenda dos dois canais de informação ibéricos.

Para facilitar e tornar a análise mais clara e objetiva, optou-se por se analisar cada mês, avaliando cada detalhe em termos de critérios/variáveis de análise, bem como o *framing* que sobressaiu ao longo das mesmas. Todos os critérios estarão estipulados, em cada emissora, em tabelas, o que tornará a informação mais legível e organizada, estando estas acompanhadas de uma breve descrição sobre o conteúdo que foi transmitido em cada peça. Os critérios definidos e explorados passam pela temporalidade, formato, fontes, títulos e posição de cada peça jornalística. Relativamente aos *frames* criados, falamos do *framing ambiental*, *framing político*, *framing judicial*, *framing social*, *framing económico*, *framing histórico/descritivo*. Desta forma pretende-se conseguir comparar e analisar como a questão da central de Almaraz foi abordada no alinhamento do noticiário português e espanhol, de forma a descobrir e entender as diferenças e semelhanças do tratamento da questão e o enquadramento da mesma.

5.1) Descrição dos frames

Foram definidos e criados enquadramentos relativos a cada peça jornalística através da observação minuciosa de cada emissão onde o tema foi retratado, atendendo aos detalhes que tiveram mais ênfase e se seguiram um enquadramento mais ambiental, político, judicial, social ou mesmo histórico descritivo.

Sabemos desde já que apesar do tema ser o mesmo, os contornos e a forma como pode ser apresentado ao público podem ser completamente diferentes. Como se de um bocado de tecido se tratasse, feito com os mesmos componentes e fibras, tendo sido entregue a diferentes estilistas podemos-nos deparar com uma peça de vestuário diferente, no formato, recorte e até mesmo na finalidade.

Todos os *frames* estipulados foram observados, identificados, descritos e interpretados, com o objetivo de se perceber as questões que influenciaram esse mesmo enquadramento, como por exemplo, os valores sociais, a própria pressão organizacional ou de grupos de interesse, questões ideológicas ou até mesmo as orientações políticas.

Um enquadramento que “analisa, mapeia e enquadra a realidade numa determinada perspetiva, enquadra-a numa determinada moldura enfatizando umas características em detrimento a outras” (Fernandes, 2016:49). Assim, “Uma das razões porque as notícias não são apenas o seu conteúdo, espelho mimético das coisas, é que o seu enquadramento, o modo como são apresentadas e contextualizadas, e como certos termos, certas pregnâncias do real, são preferidos em detrimento de outros para descrever algo, tem um impacto decisivo na construção do seu significado” sendo que esses aspetos são “essenciais para compreender que o ‘equilíbrio’ jornalístico não se esgota na audição das partes interessadas, e que grande parte do trabalho de assessores, spin doctors e relações públicas na sua relação com os jornalistas consiste precisamente em ditar o enquadramento dos factos, em nomeá-los, e fixar como serão referidos no espaço público.” (Gradim, 2016, p. 18).

- *Framing ambiental* – A notícia é desenvolvida e exposta em volta de explicações e preocupações ambientais, que se levantaram após ter sido conhecida a intenção do governo espanhol em manter a central aberta e objetivo do mesmo, juntamente com os responsáveis das instalações, em construir um armazém de resíduos.

Ao longo do *framing* ambiental, vemos testemunhos de quem teme os impactos nucleares no meio ambiente, relatos estes que passam por entidades organizacionais, políticas ou até de cidadãos comuns.

Adotando um enquadramento mais inclinado para o foro ambiental, é notória também a tentativa de cada notícia alertar e consciencializar a população para as consequências desastrosas de uma catástrofe nuclear, utilizando-se expressões e encaminhando a peça jornalística para um formato de medo, preocupação e alerta, onde se enfatizam as consequências negativas para a vida humana e

animal, onde as imagens da peça se centram nas paisagens, presenças e as águas do rio Tejo. A proximidade entre a central de Almaraz e Portugal é também sucessivamente lembrada para captar a atenção do telespectador e onde a audiência é desperta para a urgência e o risco que ambos os países correm com a continuação do funcionamento das instalações.

Havendo cada vez mais uma consciencialização e sensibilização ambiental, fomentada pelas ONG, pelas próprias políticas dos países e pela reafirmação da educação neste capó, que visa um desenvolvimento sustentável, leva também a que a notícia seja construída no seio ambiental, para que se consiga responder às novas realidades e urgências do meio ambiente. Isto leva-nos ao aspeto da interatividade entre o jornalismo e o telespectador, dado que se o primeiro percebe que o público consome e tem, atualmente, uma maior abertura para as questões ambientais, as peças são naturalmente produzidas nesse sentido, com o intuito de ir ao encontro dos interesses da maior parte da população;

- *Framing Político* – A notícia relaciona-se mais com aspetos políticos, destacando-se maioritariamente a posição dos dois países, a opinião das figuras políticas bem como as posições partidárias face à questão da central nuclear, sejam elas ou não favoráveis à permanência do funcionamento das instalações. Através de comentários políticos, tensões políticas entre diferentes organizações partidárias fazem com que a central de Almaraz e a construção do armazém de resíduos sejam duas questões colocadas na agenda dos diferentes representantes políticos que surgiram ao longo das peças emitidas pela RTP e pela TVE, onde se apresentam soluções e se identifiquem estratégias políticas para a melhor resolução da questão.

As peças jornalísticas seguiram e deram destaque ao poder destes atores políticos em influenciar e captar a atenção dos que seguem o telejornal, moldando a questão e transmitindo-a com uma maior visibilidade político partidária.

O tema organiza-se e ganha sentido nos media através de um enquadramento baseado nas atitudes e opiniões dos atores políticos, tendo em conta que qualquer produção jornalística “precisa recorrer a recursos externos para completar o seu quadro e posteriormente publicá-lo” (Hangai,2012: 5), os políticos são fontes regularmente utilizadas na construção das peças jornalísticas, onde “consequentemente, os *frames* de tais entidades são absorvidos pelos noticiários e rerepresentados ao público” (*idem*).

A maior parte das vezes dar visibilidade a estas figuras políticas, faz com que se consiga levar o público a ter uma participação ativa nos próprios processos

deliberativos que envolvem uma questão, onde “através do seu poder legítimo e do seu poder de conhecimento (...) os decisores políticos podem influenciar consideravelmente a tomada de decisão, com as avaliações e considerações comunicadas, validando atitudes, comportamentos e opiniões sobre uma determinada questão” (Oliveira, Carvalho, 2012: 95). Ou tal como dizia Durham (Durham *apud* em Carvalho, 2002:12), quando realçava que os *frames* nunca se apresentam como imparciais, surgindo sempre apetrechados de posições e ideias;

- *Framing judicial* – As peças onde se refere a questão da central de Almaraz, seguem uma abordagem mais inclinada para a aplicação das leis e a violação das mesmas, bem como dos códigos e normas, quando o governo espanhol decide construir o ATI sem consultar o país vizinho.

A batalha judicial entre os dois países é exposta nas peças, desde o início da apresentação da queixa de Portugal contra Espanha junto da Comissão Europeia, até à retirada da mesma. Este *frame* inclui ainda a voz dada às instâncias judiciais competentes e aos representantes das mesmas.

As possíveis consequências judiciais dos principais envolvidos, neste caso o governo espanhol, são também expostas, dado que no projeto da construção do armazém de resíduos devia ter havido uma avaliação de impactos transfronteiriços, obrigada pelas leis comunitárias e pela lei europeia, e que mesmo assim não foi levada em conta pelo governo espanhol que desenhou e planeou o projeto sem consulta prévia a Portugal;

- *Framing Social* – É dada voz ao cidadão comum, às contestação e manifestações sociais. O cidadão comum surge nas peças jornalísticas patenteando as suas dúvidas, receios, ou por outro lado defendendo a permanência e destacando as vantagens da central nuclear. Chegando-se mesmo a abordar os que vivem próximos ou mesmo lado a lado de uma central, que é vista por uns como uma bomba relógio, ou por outros um meio indispensável ao desenvolvimento económico, regional e pessoal dos que nela trabalham e vivem dos serviços da mesma.

As peças mergulham num contexto social, da contextualização da voz solta do cidadão, procurando saber a posição do mesmo perante a questão em foco;

- *Framing económico* – O impacto económico e o lucro da central de Almaraz são postos em debate ao longo das peças em análise. Números e percentagens são lançados, tentando-se mostrar o impacto económico que o encerramento da central pode ter, quer seja para a região, para as pessoas que nela trabalham e para a economia ibérica. O *framing* económico serve como mediador entre a economia e a existência da central de Almaraz;

5.1.2) As categorias

- *Temporalidade* – Realiza-se a minutagem das partes, das peças jornalísticas, em que se aborda a questão da Central de Almaraz, procurando-se saber o tempo que foi dedicado pelos dois telejornais a explorarem a questão. A extensão de cada reportagem, em termos de minutos, mostrará desta forma a maior ou menor ênfase dada ao tema;
- *Formato* – Procura saber se as peças transmitidas surgiram em tempo real, ou seja, em direto, ou se foram maioritariamente peças editadas, que designamos como reportagem diferida, onde surge a intervenção do pivôt ou do jornalista responsável pela peça;
- *Posição* – Diz respeito à localização da peça no que toca ao alinhamento do bloco informativo, transmitido pelas duas emissoras;
- *Título* – Os títulos são outra das categorias a identificar em cada peça analisada. Estes são acompanhados de uma pequena descrição que desenvolve e vai acrescentando pequenas informações e detalhes ao que está a ser divulgado, aquilo que podemos designar como destaque de separador.

Cada título retirado das peças é exposto e caracterizado na análise de dados, seguindo-se a tipologia de Estrela Serrano, que cria uma tipologia que passa pelos títulos que denomina como informativos, apelativos, lúdicos e interrogativos, sendo que estes “informam sobre um assunto (...) é no título que os

acontecimentos se expõem primeiro à compreensão dos leitores” (Serrano,2001), ou neste caso dos telespectadores.

Num título informativo, o acontecimento é identificado, assim como os factos e os dados, respondendo às quatro questões fundamentais no campo do jornalismo (Quem? O quê? Onde? Quando?).

Relativamente aos títulos interrogativos, joga-se com uma pergunta sem esperar por uma resposta imediata, fazendo com que desta forma o telespectador reflita sobre a questão.

Já os apelativos, tal como a própria palavra indica, buscam apelar e captar a atenção de quem está do outro lado a acompanhar, utilizando-se muitas vezes uma veia de escrita dramatização e quase que exagero dos factos.

Por fim, nos títulos lúdicos, vemos uma apresentação dos mesmos num estilo poético, sendo criados à maneira de trocadilhos como “os títulos de filmes, livros e canções” (Santos,2017).

- **Fontes** – A identificação das fontes será outro ponto essencial para que se consiga perceber a quem as emissoras recorreram para dar o testemunho, debater o tema e expor a questão.

De cidadãos, a ativistas, figuras políticas, organizações ambientais ou até figuras judiciais, tentaremos perceber desta forma se as peças foram construídas e transmitidas com a base de fontes oficiais, ou seja, entidades do estado e que o representam, ou fontes não oficiais que teriam uma voz independente das instâncias oficiais.

“Enquanto as fontes disponibilizam a informação no formato que pretendem que seja divulgada, os jornalistas só acedem às fontes para retirar determinadas informações que lhe sejam convenientes” (Correia,2011:16).

- **Linguagem visual** – A atenção na análise de cada peça recai também no tipo de imagens que iam acompanhando o trabalho, verificando se as mesmas assentam num carácter ambiental, político ou se estão mais focadas nos próprios cidadãos bem como os protestos dos mesmos. Sublinhando-se aqui a importância e o poder da linguagem verbal que consegue “apelar ao sentido emotivo e à sensibilidade do telespectador” (Sena,2013:46), num meio de comunicação onde para além das palavras, a imagem assume também um papel crucial. A imagem é uma das ferramentas primordiais no que toca ao campo do telejornalismo, sendo através desta que muitas vezes se consegue transmitir a mensagem, e onde maioritariamente “a necessidade de fornecer imagens é superior à objetividade

das palavras” (Fidalgo,1996:5), com o objetivo de prender quem está do outro lado do ecrã “a imagem espetacular sempre interessa à televisão” (Vizeu,2002:101).

5.2) Apresentação das peças

Dezembro de 2016 – 4 peças

- **TVE (28 de dezembro)** → “*Ministério da indústria Espanhola autoriza construção de armazém de resíduos nucleares*”

Posição – Peça de abertura;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 01:48s;

Fontes – documentais;

Título - informativo;

Imagens – Instalações da central;

FRAMING ECONÓMICO

A luz verde dada pelo ministério da indústria espanhol para a construção de um armazém de resíduos nucleares, é exposta ao longo da reportagem, acompanhada de inúmeras imagens das instalações quer externas, quer internas, que mostram o funcionamento da mesma, bem como trechos documentais da autorização que captam a atenção do telespectador para a decisão espanhola.

No entanto, opiniões de desagrado por parte de ambientalistas, não são esquecidas, como o caso dos conselhos de entidade de segurança nuclear, numa situação que é apelidada pela pivôt Eulália Gonzáles, como “polémica”, mas sem em momento algum referir o descontentamento do país vizinho, Portugal, que não foi consultado previamente pelo governo espanhol.

Ao longo da peça é também de destacar as referências às questões financeiras, nomeadamente aos 24 milhões de euros que serão gastos com a construção do armazém de resíduos (ATI), o que nos deixa uma ideia de um claro *framing* económico, pois embora haja vestígios de um balanço para o lado ambiental da questão da central de Almaraz, mesmo pelas opiniões dadas por parte das entidades ecologistas, a ideia de que a despesa atinge um número de milhões de euros é deixada no ar, várias vezes, para quem acompanha a emissão.

- **TVE (28 de dezembro – 2º notícia do dia)**

Posição – Peça de abertura;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 01:36s;

Fontes – políticas e ambientais

Título – Não apresenta;

Imagens – Instalações da Central/figuras políticas e ambientais;

FRAMING AMBIENTAL

A mesma notícia surge novamente, duas horas depois, como peça de abertura numa nova emissão do *telediario*. Se anteriormente, a reportagem recorreu apenas à exibição de imagens da Central Nuclear de Almaraz, expondo-se as instalações internas e toda a estrutura externa, nesta segunda vez em que o tema é exibido, opta-se por se mostrar contra a construção do armazém de resíduos nucleares, bem como a permanência da central.

Francisca Blanco, ativista ecologista e participante no foro extremenho anti nuclear, dos ecologistas em ação e ainda membro do movimento ibérico anti-nuclear, afirma que a central terá de ser encerrada, pois segundo a mesma “já não é necessária e não sei se alguma vez o foi (...)” referindo-se a esta permanência e prolongamento da vida útil da central como “uma herança maldita”. Todas estas afirmações são feitas pela ativista, que carregando o microfone da emissora espanhola TVE, pronuncia a sua contestação e firmeza nas palavras que profere. Declarações que são ainda adornadas, ao longo da reportagem, com uma imagem de uma citação, retirada no comunicado de ecologistas

em ação, onde escreveram a central como “um autêntico cemitério nuclear ao ar livre”. Palavras e expressões fortes de quem pretende captar a atenção do telespetador.

Já na parte final, Isabel Gil Rosiña, porta voz da junta da Extremadura, surge numa parte editada de uma conferência de imprensa, realçando a incapacidade da região autónoma em tomar qualquer decisão face à decisão do ministério da indústria.

Mais uma vez, a questão da despesa dos 24 milhões de euros é sublinhada, mostrando-se desta forma uma clara preocupação e ênfase da parte económica e financeira, tal como teríamos visto na notícia anterior.

No entanto, e embora haja também essa referência à questão financeira, a segunda notícia deste dia é marcada por *framing* ambiental, ao contrário da anterior. Persistindo um vocabulário mais preocupado com a questão do meio ambiente e dos efeitos e impactos que o mesmo pode sofrer através de um eventual acidente nuclear. Porém, mais uma vez, nenhuma menção à posição de Portugal face à questão é tida em conta. Sem qualquer referência à opinião do país vizinho, a reportagem desenvolveu-se em torno de preocupações nacionais.

- **RTP (29 de dezembro)** → “Espanha autorizou construção de armazém de resíduos a 100 km de Portugal”

Posição – 2^o notícia;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 02:16s;

Fontes – políticas e ambientais

Título – informativo;

Imagens – Instalações da Central/manifestações sociais;

FRAMING AMBIENTAL

O alerta para o perigo da central nuclear de Almaraz é anunciado logo na apresentação da notícia pelo pivot José Rodrigues dos Santos, realçando-se logo a proximidade com Portugal, no próprio título, e sublinhando-se que a decisão foi tomada sem qualquer consulta prévia ao governo português.

A palavra ilegalidade surge em destaque nesta apresentação, frisando-se inclusivamente a vontade de Portugal recorrer com uma queixa contra o governo Espanhol, junto da Comissão Europeia.

Ao longo da reportagem, e com voz off do jornalista, a palavra *alerta*, soa também para que a questão da proximidade entre os dois países não passe despercebida. Mais especificamente, distritos como Castelo Branco e Portalegre são apontados como principais pontos, que em termos geográficos se encontram numa linha vermelha em termos de proximidade com a central.

De “*surpresa*” a “*ilegal*”, João Matos Fernandes, ministro do ambiente, expressa-se ainda com uma atitude que considera “pouco leal” do lado espanhol, tendo em conta, que segundo o mesmo estamos perante “dois países vizinhos que tem esta relação histórica”.

Já para Nuno Sequeira, representante da Quercus, que surge também em entrevista para a reportagem, a *preocupação e falta de segurança* são duas realidades que para o mesmo surge quando se fala de “instalações onde já se ocorreram alguns incidentes”.

Uma reportagem que garantidamente, seja pelas declarações, seja até pelas próprias imagens de algumas contestações sociais acompanhadas de cartazes com letras garrafais, onde pede para “Fechar Almaraz!”, mostram um enquadramento ambiental, com uma base que assenta e onde se expõem a enorme proximidade entre os dois países e os consequentes impactos.

RTP (30 de dezembro) → “*Primeiro ministro chama representantes espanhóis a Lisboa para esclarecer decisão de Almaraz*”

Posição – 9^o notícia;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 02:38s;

Fontes – políticas e ambientais

Título – informativo;

Imagens – Instalações da Central/representantes políticos e ambientais;

FRAMING JUDICIAL

O facto de Espanha ter tomado uma decisão sozinha, sem consulta prévia ao governo português, é referido por José Rodrigues dos Santos, logo no início da apresentação da notícia, numa decisão foi tomada de forma “*unilateral*” e indo contra uma promessa feita pelo primeiro ministro Mariano Rajoy, em novembro, quando garantiu ao lado de António Costa que nenhuma tomada de posição seria levada avante sem consultar Portugal. Declarações do representante espanhol aparecem em formato editado, declarando em tempos, que “farei tudo o que estiver ao meu alcance (...) nós queremos transparência total”.

A transparência total que era prometida há um mês atrás é agora substituída por uma decisão do governo espanhol que apanhou todos desprevenidos, face a uma preocupação de “um perigo que pode durar centenas de anos”, “*mal-estar*” e até mesmo “*incidente diplomático*” e “*tensão*”, que marcam assim uma fase de desentendimento entre os dois países e que a emissora pública portuguesa não deixa de referenciar.

Debruçando-se de forma mais detalhada sobre a questão da segurança, a reportagem da RTP apresentada no telejornal reflete também claras preocupações com a debilidade do sistema de refrigeração, através de declarações feitas após uma inspeção à central há menos de um ano, num ato de prolongamento de vida de uma estrutura que “pode ser perigoso para gerações inteiras”.

O “*risco*” é ainda recapitulado pela ambientalista da Associação Zero, Carla Graça dizendo que “a perigosidade dos resíduos se vai prolongar por centenas ou milhares de anos”.

Se ao longo da reportagem, vemos mais uma vez a preocupação ambiental e o respetivo *framing* no mesmo sentido, há que dar um maior destaque aos contornos judiciais que a notícia deste 30 de dezembro foi apresentada na emissora pública portuguesa. Neste *framing* judicial que se destaca, ao longo de toda a reportagem, o lado de ilegalidade do ato de Espanha é constantemente referido e fica ainda mais completo quando o Eurodeputado Carlos Zorrinho questiona mais uma vez essa “ilegalidade” tomada por Espanha, garantindo que há uma intenção clara de Portugal de apresentar queixa perante a comissão europeia.

Janeiro de 2017 – 14 peças

RTP (02 de janeiro) → “*Ministro do ambiente admite não comparecer à reunião agendada com homóloga espanhola*”

Posição – 9º notícia;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 01:02s;

Fontes – políticas

Título – informativo;

Imagens – Instalações da Central/representante políticos;

FRAMING POLÍTICO

“*Mal-estar*” é a palavra de ordem que surge nesta peça de 2 de janeiro, transmitida pela RTP, pelo pivô João Adelino Faria, que descreve o conflito ibérico entre o governo espanhol e o governo português.

Através da recusa do ministro do ambiente em comparecer à reunião marcada para o dia 12 deste mês de janeiro, com a homóloga espanhola, vemos uma clara forma de “*protesto*” do país Lusitano, face à decisão de Espanha, após a mesma ter dado luz verde à construção de um armazém de resíduos nucleares (ATI), sem qualquer consulta prévia a Portugal. Uma decisão “*polémica*” como é descrita ao longo da reportagem.

Matos Fernandes é novamente o rosto que surge, respondendo às questões colocadas pelo jornalista, nomeadamente a razão por não querer comparecer à reunião com a homóloga espanhola, uma reunião que considera “não fazer qualquer sentido discutir quando a decisão já está tomada”.

Todo o conflito e tensão existente entre os governos dos dois países é descrita e referida ao longo da reportagem, que transmite do início ao fim o seu recorte e *framing* político, enquanto imagens da central são exibidas.

TVE (04 de janeiro)

Posição – 5^o notícia;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 01:33s;

Fontes – políticas

Título – não apresenta;

Imagens – Instalações da Central/representantes políticos;

FRAMING POLÍTICO

A notícia é maioritariamente dedicada à posição da Junta da região Espanhola da Extremadura, órgão que exerce as funções do governo da comunidade autónoma desta região do país. Em declaração à comunicação social, José Luís Navarro, representante deste órgão político, assegura que nada conseguiram fazer para impedir o projeto da construção do ATI, naquilo que parece ser um descartar de culpas e críticas por parte do governo português, que em várias peças jornalísticas, aponta ao dedo à ilegalidade espanhola pela decisão unilateral.

O mal-estar de Portugal referenciado nas peças emitidas pela RTP, como vimos já anteriormente, é referido de forma breve e subtil pela comunicação Espanhola, mais especificamente neste espaço informativo da TVE, onde apenas em voz, a pivôt relata que as coisas poderiam ter sido feitas de outra forma, numa decisão que o próprio conselheiro da Junta considera que podia ter sido feita e outra maneira “escutando pelo menos os nossos vizinhos lusos”. Declarações que vem a ser acompanhadas, mais uma vez, com imagens da central e as instalações da mesma, a maior parte repetidas e retiradas de peças anteriores.

RTP (05 de janeiro) → *“Ambientalistas dizem que o governo acordou tarde para o problema”*

Posição – 5^o notícia;

Formato – Reportagem apenas diferido;

Temporalidade – 02:54s;

Fontes – políticas e ambientais

Título – Apelativo;

Imagens – Instalações da Central/representante políticos;

FRAMING POLÍTICO E JUDICIAL

O lado ambiental da tomada de decisão pela Espanha, abre espaço para mais críticas por parte dos ambientalistas, que acusam não só Espanha, mas também Portugal de um ato irresponsável naquilo que acham que foi um “acordar tarde demais para o problema de Almaraz”.

A “*discórdia*” entre Portugal e Espanha tem de seu nome Almaraz, e é discutida em Parlamento português, como a reportagem da RTP mostra, através da intervenção da deputada Heloísa Apolónia que acusa o governo de “não ter feito rigorosamente nada, foi absolutamente passivo (...) já há muito que se deveria ter chegado ao pé do governo espanhol e ter dito aquilo que era preciso dizer em nome dos portugueses sobre o encerramento da central”. É exatamente perante estas afirmações que se constata que para além de um contorno ambiental a questão é também agora desenhada com vários enquadramentos políticos. Uma questão discutida pelos que representam cada partido político, passando a ser um tema bastante presente na agenda dos mesmos, onde se por um lado vemos um conflito ibérico, por outro vemos também um desentendimento interno, dos partidos para com o governo, a quem exige que atue o mais rapidamente possível.

A passividade do governo português é também reconhecida por Nuno Sequeira, representante da Quercus que julga o comportamento de Matos Fernandes em não comparecer à reunião com a homóloga espanhola, sublinhando que este seria “o momento certo para dar conta da insatisfação de Portugal em não ter participado neste processo de decisão”.

Rapidamente dos contornos políticos, passamos também para um *framing* judicial, quando ao longo da notícia é referenciada a intenção do partido dos Verdes em apresentar um processo judicial, apresentando desta forma um voto de condenação “em defesa dos direitos dos portugueses”.

RTP (05 de janeiro) → *“A direção da Central não fala sobre o assunto, mas insinua que é apenas uma questão política”*

Posição – 6º notícia;

Formato – Direto;

Temporalidade – 02:00;

Fontes – jornalísticas

Título – informativo;

Imagens – Instalações da Central/representante políticos;

FRAMING POLÍTICO

Nesta emissão de 5 de janeiro da RTP, a questão da central nuclear de Almaraz é exposta duas vezes, desta vez através de um direto, levado a cabo pela correspondente em Espanha, Daniela Santiago. A jornalista refere que toda a questão que caracteriza como sendo “polémica” não está, de todo, a ter o mesmo eco em Espanha como em Portugal – uma afirmação que vem demonstrar aquilo que se pretende comprovar com esta investigação.

Uma exceção, ao desinteresse demonstrado pelo governo, mas também pela comunicação social de Espanha, é apontada à junta da Extremadura, tendo sido o único órgão a demonstrar o seu apoio e concordância com o governo português.

Ao longo do direto, Daniela Santiago afirma ter tentado obter mais informações, o que nos leva a entender que existe um interesse notório por parte da emissora pública portuguesa em aprofundar e investigar a questão. Uma das tentativas de contacto pela jornalista, passou pela direção da Central Nuclear de Almaraz, embora sem sucesso, pois os mesmos recusaram-se a prestar qualquer declaração sobre o assunto.

Expondo e explicando todo o desenvolvimento dos últimos acontecimentos, Daniela Santiago aponta o ministério do ambiente e da energia espanhol como um dos responsáveis pela luz verde dada à construção do ATI, bem como o município de Almaraz que concedeu a licença de obras.

“Cemitério nuclear” é mais uma vez a expressão escolhida para se caracterizar as instalações da central de Almaraz, que fica a 100 km da fronteira portuguesa, e que

deixaram uma clara divisão de opiniões e posição entre dois governos, num assunto que para de ambiental se tornou essencialmente num assunto político.

RTP (11 de janeiro) → “*Reunião em Madrid: Reaberto diálogo entre Portugal e Espanha sobre construção de aterro de resíduos*”

Posição – 3^o notícia;

Formato – Reportagem e direto;

Temporalidade – 04:08s;

Fontes – jornalísticas

Título – informativo;

Imagens – Instalações da Central/representante políticos/parlamento espanhol;

FRAMING POLÍTICO E JUDICIAL

Um encontro entre o Presidente da República português, Marcelo Rebelo de Sousa e o Rei de Espanha, Filipe VI e que é apontado pela RTP como um momento que foi crucial para que o ministro do ambiente português mudasse de ideias e comparecesse à reunião com a sua homóloga espanhola. É importante referir-se que esse encontro formal, entre os dois representantes não passou no *telediario* da TVE. Um encontro, que segundo a jornalista portuguesa, que apresenta a reportagem, conseguiu “atenuar o mal-estar entre os dois países”, naquilo que se mostra ser uma clara preocupação de Portugal em resolver a questão e na própria emissora pública portuguesa em não deixar o tema cair em esquecimento.

Mais uma vez, *o framing* judicial é dado à peça através de declarações do ministro dos negócios estrangeiro, Augusto Santos Silva, que frisa de forma direta, que se for necessário ativar-se-á um processo junto a Bruxelas.

Logo de seguida, Daniela Santiago entra em direto de Madrid, esclarecendo toda a questão que considera “*polémica*” – vindo ao de cima, uma vez mais, o foco e a aproximação da emissora pública portuguesa, que não se baseia apenas em peças

editadas, mas também no colocar de correspondentes no terreno, a acompanhar todo o ponto de situação.

Daniela Santiago, deixa claro que a questão da central nuclear de Almaraz “está a ser ignorada pela imprensa espanhola”, embora afirme que “há decerto uma grande expectativa em Portugal quanto ao desfecho da reunião”.

Posicionando-se mesmo em frente ao Parlamento Espanhol, a correspondente da RTP diz que uma fonte oficial deste órgão falou com a mesma e confirmou essa realização da reunião, não deixando de sublinhar ao longo da sua intervenção em direto, que a ministra do ambiente espanhol, 18 dias após ter tomado posse, deu luz verde, de forma unilateral, à construção do ATI.

Aprofundando e querendo mais esclarecimentos sobre esta questão, Daniela Santiago deixa também claro que recorreu a uma fonte ligada à central de Almaraz que lhe garantiu que “o processo poderá começar do início”.

TVE (12 de janeiro)

Posição – 4^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 01:39s;

Fontes – políticas

Título – não apresenta;

Imagens –Parlamento espanhol/ manifestação social

FRAMING POLÍTICO

A reunião entre Matos Fernandes e a homóloga espanhola, em Madrid, é referida, acompanhando-se de imagens desse mesmo encontro, onde surgem os dois representantes lado a lado, deixando aqui transparecer pelo meio de comunicação espanhola, uma reaproximação e entendimento entre os dois países.

Junto ao parlamento, é também exibido nesta reportagem da TVE, um grupo de pessoas, que em forma de protesto, carregam consigo uma faixa onde se lê “Cerrar Almaraz, descansa en paz!”. Um descontentamento social que mostra a ambiguidade de opiniões face à questão.

Em declarações, o ministro português surge dizendo que “a consulta entre dois países vizinhos e amigos deve ser feita”, onde ao mesmo tempo o foco vai para uma imagem da bandeira do país luso bem como do parlamento português, sendo esta uma das reportagens espanholas onde mais referência se faz, nestes últimos meses, a Portugal e à sua opinião, nesta reportagem que teve um notório enquadramento político da questão.

Uma opinião do país luso que traz também consigo uma desconfiança que por detrás da intenção da construção de um armazém de resíduos, vem também o intuito espanhol em prolongar a vida da central nuclear Almaraz até 2030.

RTP (12 de janeiro) → *“Governos de Lisboa e Madrid reúnem-se para debater aterro de resíduos nucleares”*

Posição – Notícia de abertura;

Formato – Direto;

Temporalidade – 05:00;

Fontes – Sociais

Título – informativo;

Imagens –Parlamento espanhol/ manifestação social

FRAMING SOCIAL

É mais uma vez junto ao parlamento espanhol, que Daniela Santiago inicia mais um direto, enquanto decorre a reunião entre o ministro do ambiente português e a sua homóloga espanhola.

Se na transmissão da TVE, que vimos anteriormente, apenas passaram imagens das manifestações, a RTP dá voz ao grupo de cerca de 20 pessoas que se manifestam, junto do edifício, contra a permanência e funcionamento da Central de Almaraz. Uma opinião e uma voz mais silenciada pelos meios de comunicação espanhóis.

Em forma de aproximação e destaque as imagens do direto focam-se na cara dos manifestantes que proferem palavras de ordem, mas também nos cartazes alusivos à

questão, que carregam em punho, como a que também a TVE passou, do cartaz que dizia “Cerrar Almaraz, descansa en paz!”.

Daniela Santiago dirige-se junto de uma manifestante e também ela ativista, questionando o motivo da sua presença bem como o seu posicionamento sobre a questão da central de Almaraz. A ativista reconhece desde então que o encerramento da central que considera “*obsoleta*” é necessário, dado que segundo a mesma, a central “trouxe vários problemas durante estes anos que está a funcionar”, frisando os 40 anos que as instalações vão celebrar já em 2020. A palavra “*encerramento*” é a palavra usada várias vezes ao longo de todo o direto.

A correspondente em Espanha, vai ainda mais longe e procura saber a opinião dos habitantes da Extremadura acerca do funcionamento da central, sendo que a manifestante e ativista não oculta que há uma grande percentagem que ainda defende a permanência da mesma “há muitos extremenhos que a veem como se de um Deus se tratasse (...) um Deus que lhe dá trabalho (...) como um bem necessário”, dado que ao redor da central quem vive “são das pessoas mais pobres da Extremadura”, daí a defesa daquilo que veem como uma autêntica fonte de rendimento.

Também Paco Castejón, porta voz do movimento ibérico antinuclear, se pronuncia, mostrando-se confiante de que conseguirão atingir o objetivo de que a central de Almaraz seja encerrada, num discurso otimista refere que “por ser o mais sensato, queremos acreditar que a sensatez no final é o que impera”, perante uma central que considera estar “num estado lamentável, com uma falta de segurança e cultura dos proprietários da central”.

O direto, com um *framing* social, termina com um acontecimento fulcral, quando os manifestantes são abordados pelas autoridades espanholas que lhes pedem que se retirassem.

RTP (12 de janeiro) → “Reunião sem resultados”

Posição 2^o notícia;

Formato – Direto;

Temporalidade – 03:18s;

Fontes – jornalísticas e ambientais

Título – Apelativo;

Imagens – Central de almaraz/ representante ambiental/meio ambiente

FRAMING AMBIENTAL E JUDICIAL

Mais um direto é protagonizado neste dia de 12 de janeiro, desta vez pelo jornalista Jorge Esteves, que faz toda a sua intervenção junto da central de almaraz, que se pode ver durante todo o direto, bem como todo o meio ambiente que a rodeia. À medida que a câmara vai aproximando as instalações, Jorge Esteves explica que a água utilizada para a refrigeração dos reatores é a água do rio tejo, sublinhando-se de forma indireta, o perigo que um eventual acidente nuclear pode ter em termos de poluição ambiental para ambos os países. Uma proximidade que é também mostrada pelo jornalista, quando o mesmo aponta para a serra espanhola de Gredos, que se encontra a escassos 100 km da Serra da Estrela.

O direto é feito, logo após a reunião acabar, sem se ter chegado a qualquer consenso e acordo entre os dois países, e onde um dos membros do movimento ibérico antinuclear, Chema Mazón que não poupa nas críticas ao governo espanhol, acusando-se de ser líder “de uma autêntica farsa dirigida ao governo português, continuando o governo espanhol a seguir um caminho de ilegalidade”, ao que se refere ao “incumprimento dos tratados internacionais e das diretivas europeias”, lembrando que sempre que haja alguma decisão que possa ter impactos transfronteiriços, os estados membros tem de comunicar essa decisão previamente e não de forma unilateral.

RTP (12 de janeiro) → *“Polémica Almaraz – Jerónimo de Sousa quer envolvimento e intervenção do Estado em toda a questão”*

Posição 3^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 00:30s;

Fontes – políticas

Título – Apelativo;

Imagens –representante político;

FRAMING POLÍTICO

Um terceiro momento de discussão sobre a questão da central de Almaraz, é protagonizado pelo secretário geral do partido comunista português, Jerónimo de Sousa que defende “um envolvimento e intervenção do Estado em toda a questão (...) o governo português não pode ficar à margem de um processo de grande sensibilidade com consequências no plano transfronteiriço”, num período de vida que considera “não pode ser mais alargado para além dos 40 anos da central”.

RTP (12 de janeiro) → *“Polémica Almaraz – Bruxelas admite pedir esclarecimentos a Espanha sobre aterro nuclear”*

Posição 4^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 00:32s;

Fontes – jornalísticas;

Título – Apelativo;

Imagens –central de Almaraz;

FRAMING JUDICIAL

A questão é de novo abordada, sendo que Bruxelas admite pedir explicações a Espanha pela tomada de decisão unilateral, para que se clarifique o objetivo do governo espanhol. Desta forma a RTP procura mais uma vez colocar em cima da mesa o fator da ilegalidade que houve no projeto da construção do ATI.

RTP (16 de janeiro) → “Portugal já apresentou queixa na União Europeia contra o aterro nuclear em Almaraz”

Posição 22^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:06s;

Fontes – políticas e judiciais;

Título – informativo;

Imagens – imagem gráfica/meio ambiente/figuras políticas;

FRAMING JUDICIAL

A polémica passa para a apresentação de uma queixa formal na União Europeia contra o aterro nuclear em Almaraz, algo que não foi referido no espaço de informação espanhol.

Portugal recorreu desta forma a um instrumento da União Europeia, decisão essa, segundo a secretária de Estado dos Negócios estrangeiros, Teresa Ribeiro, mostrou ser “um diálogo institucional entre os dois países”. O *framing* judicial é assim de novo utilizado no telejornal da RTP e aplicado a esta notícia sobre a Central nuclear de Almaraz, onde um equilíbrio em termos de diálogo não foi encontrado, num processo judicial que é caracterizado como “*moroso*”.

RTP (16 de janeiro) → “*Polémica - resíduos nucleares*”

Posição 23^o notícia;

Formato –Direto;

Temporalidade – 01:09s;

Fontes – jornalísticas;

Título – apelativo;

Imagens –em estúdio;

FRAMING AMBIENTAL

A questão passa para debate televisivo no prós e contras, programa televisivo de debate onde se discutem os temas mais importantes da atualidade.

A referência e escolha deste tema para o prós e contras mostra o quão o mesmo foi dado como importante na agenda política, social, ambiental e judicial de Portugal.

Em direto da Fundação Champalimaud, em Belém, Fátima Campos Ferreira, informa durante a emissão deste telejornal, que terá em palco de discussão diferentes convidados como o presidente da agência do ambiente, autarcas, ambientalistas e outros especialistas nesta matéria, dando abertura a diferentes opiniões e posicionamentos.

RTP (17 de janeiro) → “*Portugal já apresentou queixa na União Europeia contra o aterro nuclear em Almaraz*”

Posição 6^o notícia;

Formato –Reportagem;

Temporalidade – 02:12s;

Fontes – ambientais;

Título – informativo;

Imagens –debate/central de Almaraz;

FRAMING AMBIENTAL

A reportagem começa por fazer referência aos acidentes nucleares de Chernobyl e Fukushima, de forma a prender a atenção dos telespetadores para o perigo que a central nuclear de Almaraz representa, caso aconteça também um desastre nuclear como os anteriores. A proximidade das instalações da central com Portugal é destacada.

Pequenos trechos do debate, da noite anterior, do prós e contras são exibidos, onde surgem diversos avisos sobre o impacto ambiental, referenciados por todos os presentes no debate televisivo. Francisco Ferreira, membro da Associação zero, alerta para o facto de “no fim de 2015 e 2016 houve 4 problemas sérios em Almaraz”. Uma questão reafirmada pelo convidado espanhol, Francisco Castejón, do Movimento Ibérico antinuclear que afirma haver uma cultura nula em termos de segurança por parte dos proprietários da central, confessando que se “encontraram beatas, cigarros apagados dentro da central”. Uma confissão que alertou ainda mais para o perigo e a falta de segurança da central de Almaraz.

Uma reportagem que reflete maioritariamente o lado ambiental da questão, pedindo-se mais pressão ao governo português face ao governo espanhol.

TVE (30 de janeiro) → *“Reunião Vara Nadal – Abordam a situação das renováveis na Extremadura e do ATI”*

Posição – Peça de abertura;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:20s;

Fontes – políticas/ambientais;

Título – informativo;

Imagens – debate/central de Almaraz;

FRAMING AMBIENTAL

Um encontro entre os ministros do desenvolvimento de energia para a região da Extremadura teve como bandeira principal de discussão a questão mediática de Almaraz, bem como a construção do ATI, onde uma solução apontada é a das energias renováveis para substituir a energia nuclear. Soluções apontadas por Guilherme Vara, presidente da Junta da Extremadura e

Vicente Sánchez, presidente extremenho da energia. A notícia interliga-se com a questão da Central de Almaraz, por ser um caminho substituto à energia nuclear.

Fevereiro de 2017 – 13 peças

RTP (01 de fevereiro) → *“Partido ecologista Os Verdes exige posição clara e firme ao governo sobre encerramento”*

Posição – 9º notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 01:12s;

Fontes – ambientais;

Título – apelativo;

Imagens – central de almaraz/ figura política;

FRAMING AMBIENTAL E POLÍTICO

O lado ambiental é um dos pontos que mais preocupa Portugal, desde que a questão da Central Nuclear de Almaraz começou a ser discutida. Sendo este também um ponto novamente abordado por mais notícia da RTP. O partido português com assento parlamentar, os verdes, exigem que o governo português “tome as rédeas” numa posição que querem que seja “clara e firme” quanto ao encerramento da central, que consideram

“uma bomba relógio”. Este foi um ponto abordado nas jornadas parlamentares o partido, onde Heloísa Apolónia referiu que o encerramento destas instalações são “um claro desejo da população portuguesa”, referindo ainda que o governo deve ser o principal porta voz desta vontade dos portugueses.

RTP (04 de fevereiro) → *“Debate sobre energia nuclear com os olhos postos na central espanhola sob o lema Fechar Almaraz”*

Posição – 12^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:06s;

Fontes – ambientais e políticas;

Título – informativo;

Imagens – central de almaraz/ ambientalistas;

FRAMING AMBIENTAL

Uma conferência internacional, em Lisboa, sobre a energia nuclear é levada a cabo e mostra, como em fases anteriores, que o tema foi mais do que discutido e refletido em território português. Neste encontro de ativistas e políticos, portugueses e espanhóis, a exigência do encerramento da central de almaraz voltou a vir ao de cima, numa conferência que se intitulou de “Fechar Almaraz” e onde nenhum dos perigos eminentes num eventual desastre nuclear foram esquecidos.

António Eloy, membro do movimento ibérico antinuclear, recorre inclusive a uma analogia, realçando que a central lhe recorda “a situação de quando se tem uma viatura de 8 ou 10 anos e mesmo com as revisões, o carro não tem condições de circular e quanto mais tempo passa mais problemas vai tendo”, comparação com uma central que reconhece estar “envelhecida”. O mesmo representante assume que será entregue na Assembleia, um relatório onde se encontram 95 falhas em termos de segurança na central de almaraz, onde cinco dessas foram registadas como incidentes na escala internacional de acidentes nucleares. Refere-se novamente distritos portugueses como Castelo Branco, Portalegre, Évora e Guarda, como os mais expostos, caso um desastre nuclear venha a acontecer.

RTP (08 de fevereiro) → *“Central nuclear Espanhola tem luz verde para funcionar até aos 60 anos de vida”*

Posição – 13^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:18s;

Fontes – sociais e jornalísticas;

Título – informativo;

Imagens – central de Garonha/ cidadãos/ conselho de segurança nuclear;

FRAMING JUDICIAL

A notícia embora não se refira diretamente à situação de Almaraz, acaba por refletir outra decisão de Espanha em dar luz verde a mais uma central nuclear em prolongar-se a vida da mesma, em termos de funcionamento. Trata-se da central de Garonha, situada em Burgos, a mais antiga de Espanha. Esta decisão serviu como ponto de reflexão sobre a situação da central de Almaraz, levando Daniela Santiago a recorrer à opinião dos populares, onde constatou que as tomadas de posição desta questão divergem. De um lado, os que defendem um encerramento e um desmantelamento. Por outro lado, os que defendem a ferro e fogo, a permanência da central com a justificação económica de que “são postos de trabalho aqui na zona”, ou afirmando mesmo “o sustento da minha família depende disso”.

Santa Maria de Goronha funcionou cerca de 43 anos, tendo encerrado após o incidente de Fukushima, e deparou-se com uma reabertura 4 depois, por decisão dos proprietários Endesa e Iberdrola, que através de uma licença até 2031, faz com que a central atinja os 60 anos de vida – período de vida visto como objetivo também por Almaraz.

TVE (09 de fevereiro) → *“Maior vida útil para Almaraz – a central ampliar-se-á para além de 2020”*

Posição – Peça de abertura;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:04s;

Fontes – ambientais e políticas;

Título – informativo;

Imagens – conselho de segurança nuclear/representantes políticos/instalações interiores de Almaraz;

FRAMING AMBIENTAL

Se no campo jornalístico português a possibilidade de se alargar o tempo de vida útil da central de Almaraz, foi exposta ao longo das notícias, desde o início, no lado espanhol essa mesma intenção do governo espanhol, apenas foi exposta de forma direta e objetiva quase dos meses depois do despoletar desta questão, pelo canal da TVE, sendo agora referida até numericamente.

Os principais apontados, nesta notícia, por detrás da intenção de aumentar o tempo da central, são os proprietários de Almaraz e o próprio conselho de segurança nuclear espanhol. Jara Romero, representante do partido Podemos de Extremadura, surge na reportagem, com uma posição contra esta tomada de decisão, lembrando que “a central apenas terá sido concebida para durar 40 anos”, alertando para o risco e perigo ambiental que esta questão levanta. Não se deixando de referir o número de pessoas que emprega.

RTP (09 de fevereiro) → *“Explosão central nuclear – Central de Flamanville, em França, ficou em alerta depois de incêndio na sala de máquinas”*

Posição – Peça de abertura
(2^o parte);

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 01:49s;

Fontes – jornalísticas e ambientalistas;

Título – apelativo;

Imagens – central de Flamanville/Diretor da Central/ambientalistas;

FRAMING AMBIENTAL

A emissora pública portuguesa, consegue ao longo das suas emissões, e mesmo recorrendo a outros exemplos, alertar para o perigo que emana da central nuclear de Almaraz. É o caso desta emissão, que mostra uma pequena explosão numa central em França, que resultou em 5 feridos ligeiros.

A notícia podia até passar despercebida, não fosse escolhida estrategicamente para a agenda deste telejornal, levando o telespectador a refletir sobre os perigos daquela que se situa a apenas 100 km da fronteira portuguesa, Almaraz.

A situação foi abordada pela Greenpeace lembrando que esta central em França “já tem uma idade avançada”, caracterizando este caso como “muito preocupante”. Cyrille Cormier, representante desta organização em França, refere que no país “há muitos reatores afetados por uma série de anomalias (...) que têm defeitos de segurança, que podem causar acidentes nucleares”.

RTP (14 de fevereiro) → *“Engenheiros portugueses foram impedidos de entrar na central nuclear de Almaraz para uma visita agendada”*

Posição - 6º notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:30s;

Fontes – políticas/jurídicas/ambientalistas;

Título – apelativo;

Imagens – engenheiros e bastonário da ordem dos mesmos/instalações da central/ Guardia Civil;

FRAMING AMBIENTAL

Uma visita agendada há cerca de um mês de um grupo de engenheiros portugueses à central foi “*impedida*” de se realizar, sendo esta a expressão que marca o início da reportagem. O grupo de engenheiros que surge na imagem junto à placa que indica a direção da central, “ficaram à porta”, vendo-se impedidos de fazer a visita que estava já agendada com os responsáveis da central. A visita conta com figuras como Carlos Mineiro Aires, bastonário da ordem dos engenheiros, que mostra o seu desagrado com

esta atitude por parte de Espanha “não se trata assim uma ordem do país vizinho”, realçando ainda que há claramente um “receio dos responsáveis da central em serem confrontados com perguntas incómodas ou com outra questão que não estejam interessados em responder”.

É importante referir que em qualquer momento, a emissora pública espanhola TVE deu a conhecer a presença destas figuras portuguesas junto à central, muito menos, referiu a existência desta visita bem como o cancelamento da mesma.

Esta situação contribuiu para acentuar a “*desconfiança*”, palavra usada na reportagem, entre os dois países, fazendo com que Carlos Aires refira que “temos razões para ter dúvidas em tudo”. Os engenheiros foram ainda identificados pela Guardia Civil, como mostra as imagens.

RTP (17 de fevereiro) → “*Trabalhadores e ex trabalhadores falam do funcionamento da central e da segurança*”

Posição - 5^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:18s;

Fontes – cidadãos;

Título – informativo;

Imagens – engenheiros e bastonário da ordem dos mesmos/instalações da central/ Guardia Civil;

FRAMING SOCIAL

É no programa Linha da Frente, que retrata os problemas atuais desde 2011, que a questão da central de Almaraz é refletida em formato de reportagem. Uma reportagem que procurou ir ao encontro da população de Idanha a Nova, um dos concelhos mais próximos da central e “a primeira população portuguesa a sofrer os efeitos da radioatividade”.

As imagens de uma população maioritariamente envelhecida são completadas com um depoimento de um ex funcionário da central, agora reformado, e que não esconde que

opinião de que a central já deveria ter sido fechada há muitos anos, expondo que “tive conhecimento de falhas enquanto lá trabalhava”.

Os depoimentos não ficam só pela população deste concelho português, mas também pela própria população de Almaraz, que reconhecem que a Central é a maior fonte de rendimento da zona e de receitas da autarquia espanhola, levando a que muitos não se queiram pronunciar sobre o tema, quer seja de eventuais acidentes, muito menos do encerramento das instalações. Um civil espanhol garante “a central é muito importante porque gera imensos postos de trabalho, vivemos dela e não temos problemas até agora (...) é segura, muito segura”, uma opinião que contradiz outra certeza de um ex funcionário espanhol que garante “todos sabemos que aquilo é uma bomba”.

Opiniões díspares que dividem dois países e envolvem os mesmos em polémica sobre os impactos da central.

RTP (21 de fevereiro) → *“Portugal e Espanha chegam a acordo, mediado pela Comissão Europeia para suspensão”*

Posição - 2^o notícia;

Formato – Reportagem;

Temporalidade – 02:43s;

Fontes políticas e ambientais;

Título – informativo;

Imagens – instalações da central;

FRAMING POÍTICO

Após meses de debate e desentendimentos entre os dois países vizinhos, Portugal decide atirar água para a fogueira, amenizando o ânimo entre os dois países, através da retirada de queixa a Espanha, que tinha apresentado em Bruxelas, sendo que Espanha se comprometeu que todos os documentos fossem analisados e não tomar qualquer decisão sem antes consultar Portugal.

No entanto, para os ambientalistas quem sai vencedor são os espanhóis, dado que os mesmos aprovaram a construção do armazém e ainda conseguiram que Portugal retirasse a queixa “sem dar nada em troca”, segundo João Branco, representante da Quercus.

RTP (22 de fevereiro) → *“Ministro dos negócios estrangeiros garante que a queixa contra Espanha pode ser reativada dentro de 2 meses”*

Posição - 1º notícia;

Formato –Reportagem;

Temporalidade – 01:20s;

Fontes políticas;

Título – apelativo;

Imagens –representante político;

FRAMING JUDICIAL

Augusto Santos Silva, ministro dos negócios estrangeiros, garante que Portugal poderá reapresentar a queixa em dois meses, garantido que se o ambiente de diálogo não resultar que Portugal voltará atrás com a retirada que queixa.

RTP (27 de fevereiro) → *“Técnicos portugueses e espanhóis estiveram reunidos cerca de 8 horas na central nuclear”*

Posição - 9º notícia;

Formato –Reportagem;

Temporalidade – 00:36s;

Fontes - jornalísticas;

Título – informativo;

Imagens –instalações da central/ técnicos;

FRAMING AMBIENTAL

A reunião dos técnicos portugueses é transmitida numa peça resumida de cerca de 36 segundos, onde surgem as imagens dos mesmos nas instalações da central. A reunião foi feita com o intuito dos técnicos consultarem o estudo do impacto ambiental do armazém de resíduos.

RTP (27 de fevereiro)

Posição - 1º notícia;

Formato –Comentário;

Temporalidade – 03:58s;

Fontes - ambientalistas;

Título – não apresenta;

Imagens –ambientalista/central;

FRAMING AMBIENTAL

Num espaço de comentário, é dada voz a Carla Graça da Cunha, da associação ambientalista zero, que em direto analisa a decisão de Espanha em “abrir diálogo com Portugal”.

Apesar do passo espanhol parecer ter sido favorável, a ambientalista deixa clara a opinião de que a construção do armazém continua naquilo que é apelidado de forma irónica pelo pivôt como “boa vontade de Espanha”. O facto de Portugal ter retirado a queixa é criticado por Carla Cunha, destacando-se sempre a parte ambientalista e a falta de segurança para este campo, que a central representa, em impactos que considera “irreversíveis” numa “central obsoleta”.

TVE (27 de fevereiro) → “Portugal visita a central para comprovar a tecnologia e segurança do projeto”

Posição - 1º notícia;

Formato –direto;

Temporalidade – 02:12s;

Fontes - jornalísticas;

Título – informativo;

Imagens – entrada da central/representantes políticos;

FRAMING POLÍTICO

A visita da delegação portuguesa é apresentada em direto pela repórter da TVE. Num breve resumo explica a intenção de Portugal em ter visitado a central, numa apresentação direta e sem grandes desenvolvimentos dizendo apenas que “Portugal queixava-se de não ter sido consultado por Espanha”.

Há também declarações políticas sobre a questão. Na primeira declaração deparamo-nos com Fernando Pizarro, porta voz do PP de Extremadura, que refere que “o bom entendimento entre os dois países é importante”. E num segundo momento, Miguel Àngel Morales, porta voz do PSOE, que caracteriza a atitude de Espanha como uma “falta de cortesia” apoiando a contestação dos portugueses. Uma opinião contra esta decisão, que raras vezes foi exposta pela comunicação social espanhol, nomeadamente a emissora pública TVE.

RTP (28 de fevereiro)

Posição - 3^o notícia;

Formato – reportagem;

Temporalidade – 01:47s;

Fontes - políticas;

Título – não apresenta;

Imagens – central de Almaraz/representante política;

FRAMING POLÍTICO

É nas declarações da ministra do ambiente espanhol, Elena Espinosa, que recai toda a atenção da reportagem. O discurso da mesma baseia-se numa clara defesa da atuação do país que representa, dizendo que “todas as ações requerem uma avaliação ambiental que dê garantias e que não tenham um impacto significativo no meio ambiente”, afirmando

que Espanha nunca deixará de lado as garantias de segurança nuclear, tornando como palavra de ordem no seu discurso, a transparência entre os dois países.

Elena Espinosa pronuncia-se também sobre a construção do ATI, garantindo que o mesmo “não tem um impacto ambiental” e que “o conselho de segurança nuclear espanhol avaliou e garantiu que há segurança (...) para Espanha é sempre uma prioridade trabalhar com Portugal”. Declarações que vem marcar ainda mais a clara divergência de opinião e posição entre fronteiras, bem como aquilo que é passado na emissora pública portuguesa e na emissora pública espanhola.

Março de 2017 – 2 peças

RTP (3 de março) → *“Dúvidas sobre Almaraz”*

Posição - 6º notícia;

Formato – reportagem;

Temporalidade – 01:31s;

Fontes - políticas;

Título – apelativo;

Imagens – a visita à central/representante político;

FRAMING AMBIENTAL

Após a visita, as dúvidas levantam-se com a análise dos inspetores ambientais, levando Portugal a pedir informações mais detalhadas e complementares, tal como é referido pelo ministro do ambiente João Matos Fernandes. Toda a peça desenrola-se focada num *framing* ambiental que estamos já habituados a assistir sobre a questão da central nuclear de Almaraz, transmitida pela emissora pública, RTP.

RTP (20 de março) → *“Documentos enviados por Espanha vão estar disponíveis para consulta pública durante 20 dias”*

Posição - 5º notícia;

Formato – reportagem;

Temporalidade – 02:00;

Fontes - políticas;

Título – informativo;

Imagens – site da consulta/representante político/central de Almaraz;

FRAMING JUDICIAL E AMBIENTAL

Numa forma de transparência, Portugal disponibiliza os documentos que foram enviados por Espanha para que todos possam consultar e analisar, no portal online PARTICIPA. João Matos Fernandes garante que este tema não é confidencial e daí a vontade que todos possam ter acesso a estes documentos, “sem nenhum filtro”, onde se pretende retirar dúvidas e esclarecer questões, seja ao comum dos cidadãos seja aos que tem formação na área.

Abril de 2017 – 2 peças

RTP (27 de abril) → *“Conhecido o resultado do estudo técnico aos documentos que Espanha enviou a Portugal”*

Posição - 4^o notícia;

Formato – reportagem;

Temporalidade – 01:13s;

Fontes - ambientais;

Título – informativo;

Imagens – central de almaraz/representante ambiental;

FRAMING JUDICIAL

Esta é a fase em que Portugal concorda com a construção do ATI, havendo uma mudança radical do discurso e da posição de Portugal perante a questão da central de Almaraz.

Na apresentação da peça o pivô realça o aspeto ambiental, dado que os reatores são arrefecidos pela água do Tejo, demonstrando desta forma o impacto que pode haver em termos transfronteiriços.

No entanto, vê-se também, por outro lado, um discurso diferente e de certa forma despreocupado por parte de Nuno Lacasta, Presidente da agência portuguesa do ambiente, que num tom diferente, do que estávamos habituados anteriormente a ouvir quando o assunto era debatido na comunicação social, fala de “uma construção adequada em termos de segurança no armazenamento temporário dos resíduos nucleares”, deixando-se de lado o discurso de alerta, medo e desconfiança.

TVE (28 de abril) → *“Um relatório português aceita a construção por considerá-la “segura” e “adequada”*

Posição - 4^o notícia;

Formato – reportagem;

Temporalidade – 01:50s;

Fontes - jornalísticas;

Título – apelativo;

Imagens – central de almaraz/ambientalistas;

FRAMING POLÍTICO

As palavras seguras e adequadas são destacadas, ao longo desta peça jornalística espanhola, após a análise do relatório português publicado. Destaca-se que neste mesmo relatório consta a perspetiva de que não se encontram impactos transfronteiriços. Um discurso diferente e quase que contraditório se virmos as peças transmitidas ao longo destes meses pela RTP.

“A notícia caiu como um balde de água fria para a associação de ecologistas, organizações antinucleares e alguns partidos políticos”, uma frase dita pela jornalista espanhola, que dá voz a alguns dos mesmos que se assumem como descontentes, tal como Juanxo Uraldo, deputado do partido unido podemos, que lamenta profundamente a tomada de decisão e alteração de opinião do governo português. Destacando o risco “cada vez maior de um acidente”, bem como a preocupação social perante esta questão.

É importante referir que a TVE transmite esta decisão de Portugal, positiva para os espanhóis e favorável à luz verde que é dada para a construção do ATI, de uma forma mais desenvolvida e assertiva, ao contrário do que fez ao longo destes meses passados quando Portugal assumia uma posição contra esta construção.

Maio de 2017 – 2 peças

RTP (29 de maio) → “*Cimeira Ibérica – a central nuclear de Almaraz não será discutida – Portugueses e espanhóis exigem o encerramento da central nuclear*”

Posição - 4^o notícia;

Formato – direto/reportagem;

Temporalidade – 05:30s;

Fontes - ambientais;

Título – informativo;

Imagens – líderes dos dois países/Cimeira Ibérica/
representantes políticos/ representantes ambientais /manifestação;

FRAMING POLÍTICO

Integrada na questão da Cimeira Ibérica em Vila Real, onde se reuniu António Costa e Mariano Rajoy, o ponto da Central de Almaraz não foi esquecido pelos meios de comunicação, embora tenha sido esquecido na agenda política deste encontro entre os dois representantes de Portugal e Espanha.

O discurso do governo português muda. Se antes nos deparávamos com preocupação e um certo tom de crítica às medidas tomadas por *nuestros hermanos*, agora o tom sofre uma alteração, tornando-se mais suave, neutro e despreocupado.

Ao longo da reportagem, onde passam imagens dos dois líderes juntos numa viagem de barco pelo Douro, vê-se uma clara aproximação dos dois países.

Augusto Santos Silva, ministro dos negócios estrangeiros português, considera que a discussão deste tema não é oportuna quando se encontram, e se antes era uma prioridade na agenda política agora refere que “não se devem inventar problemas que ainda não existem (...) essa questão e tratada antes para não se perturbar a cimeira”.

Embora esta fosse a opinião do governo, as manifestações aconteceram, por parte de figuras políticas e ambientais que se juntaram no distrito transmontano, como o caso do Movimento Antinuclear, o partido dos Verdes e a Quercus, exigindo o encerramento da central. Exibindo cartazes de descontentamento, ecologistas portugueses e espanhóis

unem-se garantindo que “os políticos estão a fugir do tema” onde Portugal parou com a pressão ao país vizinho.

RTP (30 de maio) → “Almaraz fora da agenda. Chefes de governo português e espanhol afirmam que a questão está fechada”

Posição - 2º notícia;

Formato –reportagem;

Temporalidade – 00:12s;

Fontes - jornalísticas;

Título – Apelativo;

Imagens – líderes dos dois países/Cimeira Ibérica/
representantes políticos/ representantes ambientais /manifestação;

FRAMING POLÍTICO

A questão é exposta de forma breve, apenas para referir novamente que não foi discutida durante a reunião de António Costa e Mariano Rajoy na Cimeira Ibérica, realizada em Vila Real.

Capítulo 6 – Conclusão

Apresentam-se agora as conclusões a que se chegou, ao longo desta investigação, reunindo-se as questões, objetivos e hipóteses que foram desenhadas e apresentadas ao longo da revisão teórica, da metodologia e da própria construção e desenvolvimento desta investigação académica.

Estipulado o recorte temporal de cerca de seis meses, mais especificamente, do dia 29 de dezembro de 2016 até ao dia 29 de maio de 2017, foram retiradas e analisadas um total de 36 peças, do telejornal da emissora pública portuguesa, RTP, e da emissora pública espanhola, TVE. Este foi o período escolhido, como já tinha sido referido anteriormente, por se tratar da fase onde a questão da central nuclear de Almaraz, esteve sobre uma maior atenção dos meios de comunicação e da opinião pública, surgindo mais vezes em destaque. Acontecimentos esses que passaram pela decisão do governo espanhol em construir um armazém de resíduos nucleares, bem como pelo desentendimento entre Portugal e Espanha, pelo facto de o primeiro não ter sido consultado previamente, surgindo desta forma todo um debate mediático em volta da questão.

Das 36 peças em análise, há uma diferença de tratamento notória entre as duas emissoras televisivas dos dois países. Constatamos 28 peças emitidas pela RTP, e uma clara desvantagem em termos de número de peças e um desequilíbrio se olharmos para as únicas 8 notícias que foram transmitidas pela TVE durante cerca de seis meses. O tema foi desta forma mais debatido, exposto e trabalhado pela emissora portuguesa, RTP, quando se compara com o lado espanhol.

Ao seguirmos o trabalho de Galtung e Ruge sobre os valores-notícia (*news values*) e o seu tratamento posterior por Mauro Wolf, que nos permitem identificar os valores que se transformam em notícia, dado que “os valores notícia constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (Wolf,2003), a RTP destacou e criou mais vezes esta notícia como significativa se compararmos com a TVE. Ou seja, acompanhando Mauro Wolf, as duas emissoras não seguiram os mesmos critérios de valores-notícia, notícia no que toca ao valor mais fundamental de todos: patamar (*threshold*).

Embora na questão dos valores-notícia deva existir uma noção de objetividade e imparcialidade, como é referido por Itânia Gomes e Mariana Menezes (2008), não nos

podemos esquecer que “a relevância de um acontecimento é atribuída em função de contextos sociais e culturais” (Correia,2009), assim como de fatores políticos que muitas vezes estão também por detrás da produção jornalística. Segundo João Correia (2011), o terceiro dos cinco conflitos dos media reside no “facto dos meios de comunicação funcionarem com informação gerada pelo governo, as administrações públicas, as instituições burocráticas e as corporações”.

Neste caso da investigação, acerca da central de Almaraz e da cobertura que a questão teve pela RTP e TVE, tendo em conta que o governo português pretendeu mostrar e debater o tema, os meios de comunicação deste país, e neste caso a emissora pública portuguesa - RTP, embora se apresente como uma entidade independente do estado, seguir também o caminho de mostrar a questão de Almaraz, ao contrário da emissora espanhola que tal como o governo espanhol acabou por ocultar mais o ponto de discussão, não lhe dando tanto ênfase.

A própria extensão de cada peça, indicada na análise, mostra a diferença do tempo que foi dedicado à questão por cada emissora. Embora a diferença já seja notória pelo número de peças transmitidas, se virmos em termos de temporalidade, a RTP com cerca de 1h de duração de telejornal, dedicou 62 minutos e 62 segundos à questão da central de Almaraz, seja por diretos, reportagem, ou convidados em estúdio, o que se for visto em termos de percentagem diária equivale: 29 de dezembro (3,78%), 30 de dezembro (4,39%), 2 de janeiro (1,72%), 5 de janeiro (8,17%), 11 de janeiro (6,89%), 12 de janeiro (15,56%), 16 de janeiro (3,50%),16 de janeiro (1,92%),17 de janeiro (3,67%), 1 de fevereiro(2,00%), 4 de fevereiro (3,50%), 8 de fevereiro (3,83%), 9 de fevereiro (3,03%), 14 de fevereiro (4,17%), 17 de fevereiro (3,83%), 21 de fevereiro (4,53%), 22 de fevereiro (2,22%) 27 de fevereiro (1,00%), 27 de fevereiro (6,61%), 28 de fevereiro (2,97%), 3 de março (2,53%), 20 de março (3,33%), 27 de abril (2,03%), 29 de maio (9,17%). Na totalidade 18,93% do telejornal da RTP, de dezembro de 2016 a maio de 2017, onde as peças tiveram média de dois minutos e trinte um segundo.

Já no que toca à emissora pública espanhola (TVE), deparamo-nos que um telejornal, que ao contrário da RTP, apenas tem 28 minutos de duração, e onde a percentagem diária equivale: 28 de dezembro (6,4%), 28 de dezembro (5,7%), 4 de janeiro (5,9%), 12 de janeiro (8,3%), 9 de fevereiro (7,4%), 27 de fevereiro (7,9%), 28 de abril (6,5%). Ou seja, se somarmos todos os minutos de todas as peças, durante estes meses, foram dedicados 15,03 minutos ao tema da central de Almaraz.

Ao termos em conta todos estes dados, e apesar de sabermos já que o número de peças entre as duas emissoras marcava já vantagem para a RTP, também em termos de temporalidade reparamos que as duas emissoras não dedicaram o mesmo tempo ao tema. Enquanto a RTP desenvolveu um vasto trabalho sobre a questão da central nuclear de Almaraz, a TVE acabou por a referir menos vezes, dedicando-lhe também menos tempo.

É ainda de se destacar que o tema surgiu, ao longo dos meses de análise, como notícia de abertura, mais especificamente quatro vezes na RTP, através das manchetes de dia 12 de janeiro, 9 de fevereiro, 23 de fevereiro e 27 de fevereiro. E do lado Espanhol, TVE, cinco vezes, tendo estes utilizado a questão como notícia de abertura duas vezes no dia 28 de fevereiro, 30 de janeiro, 9 de fevereiro e também no dia 27 de fevereiro. Apesar das notícias de abertura sobre esta questão terem sido maioritariamente da TVE, destaca-se que a RTP teve também o tema várias vezes como 2^a e 3^a notícia no alinhamento do telejornal, não lhe retirando o destaque, embora uma notícia de abertura tenha grande relevância dado que “ela reflete aquilo que de mais importante acontece no país e no mundo (...) e assume-se como o mais significativo do noticiário” (Lopes, Pinto, Sousa, 2009) e tendo em conta que num alinhamento do telejornal as notícias assumem diferentes posições de hierarquia.

Relativamente à forma como as peças foram divulgadas, conseguiu-se também concluir que houve uma maior proximidade ao tema por parte da RTP do que da TVE. Embora a maior parte das peças tenha assumido um formato de reportagem, é de destacar que por seis vezes, a RTP apostou em diretos, com correspondentes da estação enviados para Espanha, como o caso, por exemplo, da jornalista Daniela Santiago, escrutinando o assunto do outro lado da fronteira, ao contrário da TVE que apenas teve um direto no dia 27 de fevereiro de 2017, apostando maioritariamente em peças editadas, com imagens muitas vezes repetidas, de outras reportagens sobre o tema. Para além dos diretos, a RTP teve ainda um espaço para comentário em estúdio no dia 27 de fevereiro de 2017. Há, portanto, um cuidado da RTP, que não se vê tanto nas emissões da TVE, em colocar o jornalista no terreno e procurar outras opiniões, levando a que também o telespectador fique mais próximo da questão.

Todas as peças analisadas, ao longo da emissão do telejornal, são acompanhadas de títulos que não só servem para situar o telespectador relativamente ao tema que está a ser apresentado, como servem ainda para captar a atenção de quem está do outro lado do ecrã a acompanhar o telejornal. Realça-se a utilização de vários títulos informativos, ao longo das emissões da RTP, mais especificamente em 16 peças, mostrando desta forma que a questão da central de Almaraz era apresentada ao telespectador de forma

clara e direta, com todos os pormenores informativos. Embora a TVE o tenha feito também, a maior parte das vezes acabou por não apresentar qualquer título, como aconteceu durante a emissão de três peças. É importante sublinhar-se que “um título, se não necessita de ser direto e imediatamente informativo (...) levantando pistas sobre o que vai ser revelado, ou simplesmente, brilhando pela sua oportunidade ou originalidade” (Gradim,2000). Estas são, portanto, estratégias no campo do jornalismo que foram bem aproveitadas pela RTP, também através de títulos apelativos, cerca de 11 vezes, e que “retiram a sua força de dispositivos retóricos como a ironia, a metáfora e a metonímia” (Barradas,2012).

No que toca às fontes a que as duas emissoras recorreram, este é também um aspeto crucial dado que as fontes se apresentam como meios usados em jornalismo que passam por “pessoas, organizações, grupos sociais ou referências envolvidas, direta ou indiretamente, a factos e eventos, que agem de forma proactiva, ativa, passiva ou reativa, sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas, de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de um média” (Schmitz, 2010). A RTP no que se refere às fontes, apostou em larga escala em fontes políticas e ambientais, dando também uma grande ênfase às fontes jornalísticas, que também se explica pelos diretos que decorreram com enviados especiais. Havendo também pela TVE um maior foco nas fontes políticas e ambientais.

Para além de todos os aspetos concluídos durante esta investigação, um dos objetivos principais era também conseguir identificar e expor o tipo de enquadramento dado por ambas as emissoras dos dois países, a RTP e a TVE, ao tratamento da questão da Central Nuclear de Almaraz. Ainda que os temas possam ser os mesmos, a forma como são abordados pode variar através dos meios de comunicação que os expõem, entrando o que se chama de *framing analysis*, também conhecida como a teoria do enquadramento, que surge como “um instrumento inerente à atividade jornalística, já que direciona o profissional dos media para determinado tratamento, facilitando a seleção de informação e de fontes” (Dias, 2009:28).

A teoria do enquadramento noticioso e a metodologia previamente apresentada, permitiu-nos atingir os objetivos inicialmente traçados: entender em que campo a questão da central de Almaraz foi trabalhada pelas duas emissoras, seja ele social, político, judicial, ambiental e económico. Conseguindo compreender desta forma se os enquadramentos se distinguiram, através das emissões feitas ao longo de 5 meses, pela RTP, do lado de Portugal, e pela TVE, do lado Espanhol, procurando-se, acima de tudo responder às perguntas de partida anteriormente formuladas e que serviram como a base principal e alicerce desta investigação: 1. Na cobertura da questão da Central Nuclear de

Almaraz, existem diferenças de enquadramento, ao comparar a cobertura das duas emissoras?; 2. As eventuais diferenças podem estar relacionadas com o diferente posicionamento de cada país, perante a permanência da central nuclear?;

Seguindo estas duas questões e ao debruçarmo-nos nas peças transmitidas pela RTP contactamos então que houve uma maior tendência por parte da RTP para retratar o tema através de *framing* ambiental, cerca de 11 peças no total, bem como o *framing* judicial, havendo inclusive peças onde se encontraram a presença dos dois em simultâneo. Esta tendência reflete-se na preocupação com os impactos ambientais e com um possível acidente nuclear, motivado pelo prolongamento da vida da central de Almaraz. Através de ambientalistas, por exemplo, argumentos, ideias e preocupações em torno dos impactos transfronteiriços foram sendo expostos na maior parte das peças da emissora portuguesa, utilizando-se expressões como “segurança”, “alerta”, “cemitério nuclear”, “acidente”, “preocupação”, “risco”, remetendo sempre para o foro ambiental da questão.

Chama-se ainda a atenção para o facto de a RTP ter recorrido a exemplos de outros acidentes anteriores, e até testemunhos, de quem teme que um possível acidente nuclear seja um flagelo sobre Espanha e Portugal, principalmente nos concelhos maioritariamente apresentados como os maiores afetados caso o desastre ambiental se dê, nomeadamente Castelo Branco, Idanha a Nova, entre outros, e que com a referência dos mesmos se contribuiu claramente para que os telespectadores do canal público português ficassem cientes de que esta não é só uma questão que pertence a Espanha, mas também a todos os Portugueses dada a proximidade das instalações da central com a fronteira. As próprias imagens da fauna e natureza, utilizadas na edição das reportagens serviram também como estratégia, levando a um enquadramento ambiental notório.

Também o *framing* judicial foi outra das opções da emissora portuguesa. A polémica pela falta de consulta prévia do governo espanhol a Portugal, esteve no centro de todo o desenvolvimento, deste, que se tornou durante vários meses, um tema mediático e polémico. Do descontentamento governamental e político português, ao descontentamento social, a questão judicial foi também bastante abordada e refletida pela RTP, alertando para a “ilegalidade” do ato espanhol. Através de eurodeputados, figuras judiciais ou mesmo através do ministro do ambiente português a “decisão unilateral” tomada por Espanha é sublinhada naquilo que originou a “discórdia” entre ambos os países. Remetendo-se a exemplos de tratados e diretivas europeias e à utilização de expressões como “tensão”, “ilegalidade”, “condenação”, levando inclusive à apresentação de uma queixa formal, apresentada por Portugal junto à comissão europeia, acabaram por ser contornos judiciais destas peças, refletindo desta forma

posição política do país, ainda acompanhada de 9 peças de *framing* político e uma de *framing* social.

Contrariamente à perspetiva judicial e ambiental da emissora pública portuguesa, a TVE, durante esta análise assumiu a questão da central de Almaraz com um *framing* predominantemente político: nomeadamente 5 das 8 peças transmitidas recorreram a este enquadramento. No entanto, é importante sublinhar que se remeteram mais a uma política nacional, onde o *framing* judicial não teve lugar, acabando por dar pouca visibilidade ao descontentamento de Portugal, face ao considerarem ilegal. No noticiário espanhol o *framing* ambiental é apenas utilizado em duas peças, menosprezando-se assim também o perigo transfronteiriço visível na maior parte das peças da RTP, e abrindo-se, do lado espanhol, um espaço para o enquadramento económico, onde ao invés de se refletir sobre os impactos ambientais se deu mais voz e atenção aos gastos tidos com a construção do armazém de resíduos nucleares. A questão da central de Almaraz foi abordada inúmeras vezes como “segura” e “adequada”, algo garantido pelos próprios discursos das figuras políticas a quem a TVE recorreu, tal como constatamos, por exemplo, na peça do dia 28 de fevereiro de 2017, onde a ministra do ambiente espanhol assume um discurso despreocupado, suavizando a questão e retirando-se a noção de perigo e alerta presente no lado político português, mas também na RTP.

As diferenças na apresentação das peças, pela RTP e pela TVE, são notórias, seja pelo número de peças, pelas categorias que fomos apontando ao longo da análise, seja no próprio enquadramento da questão. Ao longo das emissões, verificamos que tanto a RTP como a TVE foram uma espécie de espelho das opiniões e posições do governo de cada país. No lado português, onde o governo pegou na questão de Almaraz como uma preocupação e tema da agenda política durante vários meses, foi assim também transmitida pela estação pública de televisão, através dos mesmos contornos e preocupações.

Já no lado de *nuestros hermanos*, se no campo político foi dada pouca importância e dedicação à discussão do tema, o mesmo se viu através da emissora TVE, que pouco desenvolveu a questão.

Relembramos, mais uma vez, a investigação de 1991 de Robert Entman, que analisou as diferentes narrativas e enquadramentos pelos meios de comunicação dos EUA, perante o abate de um avião civil do Irão, pela URSS, e outro acidente com os mesmos contornos, protagonizado, anos mais tarde, pela marinha norte-americana – onde também a perspetiva de *framing* pode ser vista e percebida, na forma como temas podem ser transmitidos de formas e com intuitos diferentes pelos meios de comunicação, muitas

vezes levados pela influência das bases políticas do país que representam. Ainda que seja um tema diferente, esta investigação de Robert Entman serviu-nos também como um pilar para a busca das respostas ao tratamento da central nuclear de Almaraz, onde um enquadramento pode ser visto por “metáforas, slogans, imagens visuais, apelos morais e outros dispositivos simbólicos” (Gamson e Modigliani,1989), e onde está presente em diferentes polos “no produtor, no objeto, e no sujeito. Interação entre esses três níveis de semiose nascerá a política e a deliberação, a opinião pública, a manipulação e o esclarecimento” (Gradim, 2017:3).

Referências bibliográficas

A história da energia nuclear, Disponível em: <https://pt.energia-nuclear.net/que-e-a-energia-nuclear/historia>, Acesso em: 30/08/2019

Almaraz entrega documentação sobre renovação de licença, Revista Sábado, Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/almaraz-entrega-documentacao-sobre-renovacao-de-licenca> . Acesso a: 06/10/2019;

Almaraz. Queixa contra Espanha já foi entregue em Bruxelas, Diário de Notícias, Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/governo-ja-entregou-queixa-a-bruxelas-5608562.html>. Acesso a: 02/09/2019;

ALMEIDA, O.; VIEGAS, P. *O meu vizinho é uma central nuclear*, Diário de Notícias, Disponível em: <https://www.dn.pt/dossiers/mundo/cimeira-de-copenhaga/noticias/o-meu-vizinho-e-uma-central-nuclear-1439428.html>. Acesso a: 29/09/2019;

ANDRADE, M. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas;

APPOLINÁRIO, F. (2009). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo, Atlas;

ARENDT, H. (1971). *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt and Brace

AVELAR, M. SILVA, A. FERREIRA, M. (2007). *O ensino dos métodos de investigação científica numa universidade particular*;

BARRADAS, F. (2012). *Títulos de notícias: o que nos dizem, como nos dizem*;

BARROS, F. (1995). Clóvis de. *Ética na Comunicação - da Informação ao Receptor*. São Paulo, moderna;

BATESON, G. (1972). *Steps to na ecology of mind*, 2^a ed, Northvale: New Jersey;

BATESON, G. (2002). *Uma teoria sobre brincadeira e fantasia*, apud B.T. Ribeiro e P.M. Garcez (orgs.), *Sociolinguística internacional*, São Paulo: Loyola;

BERNARDA, A. (2014). *A proliferação nuclear no séc. XXI – uma nova forma de instabilidade global?* Universidade Autónoma de Lisboa;

BERNDTSSON, M. HASSON, S. OLSON, B. LUNDELL, B. (2008). *Thesis projects: A guide for students in computer science on information system*;

- BISQUERRA, R. (1989). *Métodos de investigação educativa: Guia prático*, Barcelona: Ediciones CEAC;
- BLUMLER, J. (1992). *Television and the public interest*, London: Sage publications;
- BOGDAN, R. BIKLEN, S. (2010) *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto editora;
- BORELLI, V. (2007). *Da festa ao cerimonial midiático: as estratégias de mediatização da teloromaria da medianeira pela rede viva*, São Leopoldo;
- BORGES, L. *Almaraz: Portugal vai retirar a queixa contra Espanha*, Jornal Público, Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/02/21/sociedade/noticia/portugal-comprometese-a-retirar-a-queixa-contra-espanha-no-caso-almaraz-1762772>, Acesso a: 05/10/2019;
- BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão. seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar;
- BRANDÃO, N. (2008). *Século XXI: Novas possibilidades e incertezas*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1^o edição;
- BRANDÃO, N. (2010). *As notícias nos telejornais: que serviço público para o século XXI?* Lisboa: Guerra e Paz, Edires ASA;
- BUSTAMANTE, E. (2006). *Radio y televisione en España: historia de una asignatura pendiente de la democracia*;
- CÁDIMA, R. (1996). *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*, Lisboa: Editora presença;
- CAITANA, B. SILVA, RIBEIRO, I. L. BRÁS, O. MEIRA, T (2019). *Movimentos lutam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz*;
- CAMPOS, L. (2014) *A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
- CANAVILHAS, J. (2001). *O domínio da informação-espetáculo*, Universidade da Beira Interior: Livros Bocc;
- CAREY, J. (1989). *Communication as culture*. Boston: unwin hymer;

- CARRAPATOSO, M. Ráinho, P. *Almaraz. Portugal retira queixa contra Espanha*, Observador, Disponível em: <https://observador.pt/2017/02/21/almaraz-portugal-retira-queixa-contra-espanha/>, Acesso a: 03/10/2019;
- CARRERAS, L. (2012). *Natividad Tve en sus inicios – estudio sobre la programación*, Madrid: Editoria Fragua;
- CARVALHO, A. (2000) *Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações*, Comunicação e Sociedade;
- CARVALHO, A. (2009). *A RTP e o serviço público de televisão*, Coimbra: Almedina;
- CASTEJÓN, Y. *La energia nuclear en España: centrales, minas y cementerios, Desconexión Nuclear*, Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/desconexion-nuclear/la-situacion-de-la-energia-nuclear-en-espana-centrales-mina-y-cementerios->, Acesso a: 01/10/2019;
- CASTELO, C. *Almaraz: Nuclear até quando?* Reportagem Sic, Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2017-03-14-Almaraz-nuclear-ate-quando->, Acesso a: 17/10/2019
- CAYETANO, M. (2002). *La producción de electricidad de origen nuclear en España*, Universidad de Murcia: departamento de geografia;
- CELLARD, A. (2008) *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes;
- CHEVALIER, J (2010). *Le servisse Public*, Paris: PUF;
- CHIZZOTI, A. (2003). *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios*. Revista portuguesa de educação. São Paulo;
- CHIZZOTTI, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*, São Paulo: Cortez;
- CHONG, D. DRUKMAN, J. (2007). *Framing theory, Annual review of political science*
- COHEN, L. MANION, L. *Introduction: The nature of inquiry apud* COHEN, L. e MANION, L, *Research methods in education*. London:Routlege;
- COLLING, L. (2001). *Agendamento, enquadramento e silêncio no Jornal Nacional nas eleições presidenciais de 1998*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia;
- COLOMBO, F. (1976) *Television: la realidad como espetáculo*, Barcelona: Gustavo Gili;
- CORNWELL, J. (2003). *Os cientistas de Hitler: Ciência, Guerra e demónio*, Rio de Janeiro: Imago;

- CORREIA, J. (2009). *Teoria e crítica do discurso noticioso – notas sobre o jornalismo e representações sociais*, Universidade da Beira Interior: Labcom;
- CORREIA, J. (2011) *O admirável mundo das notícias, teorias e métodos*, Universidade da Beira Interior;
- CORREIA, J. (2011). *Fontes de informação 20: Estudo de caso nos media*, Universidade da Beira Interior;
- CORREIA, J. e BORGES, S. (2010). *News media and cultural dialogue: Journalism and representation of “strangeness” - from news to ethnography*;
- CORREIA, M. FERREIRA, M. SEQUEIRA, M. *Análise e evolução da radioatividade artificial no rio Tejo, uso de plantas aquáticas como indicadores*, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos,1996;
- COSTA, A. *Almaraz: Portugal já entregou a queixa contra Espanha*, Revista Sábado, Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/almaraz-portugal-ja-entregou-a-queixa-contr-espanha>, Acesso a: 12/10/2019;
- COUTINHO, C. (2014) *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina;
- CRESWELL, J, W. (2007) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed;
- CRUZ, C. (2014). *A decisão editorial em televisão: o caso do telejornal da RTP*, Lisboa: Dissertação de mestrado;
- CUNHA, K. (2005). *Televisão e Política no Brasil*, 2º Congresso Online del Observatorio para la Cibersociedad. Tecnología e sociedad: a internet como utopia, Barcelona;
- DANTAS, D. (2017) *A energia nuclear na União Europeia: A sua relação com a economia e o ambiente*, Dissertação de Mestrado: Faculdade de engenharia do Porto;
- DAYAN, D. KATZ, E. (1999). *A História em direto – Os acontecimentos mediáticos na televisão*, Lisboa, Minerva;
- DEMO, P. (1995). *Metodologia Científica para cursos superiores*. São Paulo: Atlas;
- DENZIN, K; LINCOLN, Y. (2006). *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed;
- DENZIN, N, K. (1989) *The research act in sociology*, London: Butterworths;

DENZIN, N, K. (1994) *The art and politics of interpretation* apud DENZIN, N e LINCOLN, Y, Handbook of qualitative research. California: SAGE;

DENZIN, N, K. LINCOLN, Y. (2000). *The discipline and practice of qualitative research*;

DENZIN, N, K. LINCOLN, Y. (2005). *Introduction: entering the field of qualitative research*. In: Handbook of qualitative research, London: SAGE;

DIAS, C. (2009). *Os frames no discurso jornalístico das eleições americanas de 2008: análise a partir da Revista Visão*, Universidade do Minho;

EASTON, G. (1995). *Methodology and industrial networks*. In *business marketing: An introduction and network perspective*, K. Moller et al. London: Kluwer Academic publishers;

ENTMAN, R. (1993) *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*, *journal of communication*;

ENTMAN, R. (2007). *Framing Bias: Media in the Distribution of Power*, *Journal of Communication*;

ENTMAN, R. Framing U.S. (1991). *Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents*;

ESTEVEZ, J. (2003). *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Edições Colibri;

ESTRELA, S. (1998). *O espaço público e o papel do estado na sociedade global da informação*;

FERNANDES, A. (2001). *Um Estudo sobre a Realidade Portuguesa (1993-1997)*, Coimbra: Minerva, 1ª edição;

FERNANDES, A. (2016). *O framing do escândalo no jornalismo: estudo de caso do assassinato de Rosalina Ribeiro e a acusação de Duarte Lima em Portugal e no Brasil*. Dissertação de mestrado: Faculdade de letras da universidade do Porto;

FERNANDES, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas de investigação em educação*. *Revista Noesis*;

FERNANDES, R. (2008). *As webtelevisões em Portugal: um retrato*, Universidade da Beira Interior: Dissertação de mestrado;

FERREIRA, F. (2017). *Almaraz – um futuro de riscos acrescidos*, *Revista de Recursos hídricos*;

- FERREIRA, L. *Partículas radioativas da central de Almaraz chegam ao Rio Tejo*, Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/02/04/sociedade/noticia/almaraz-sentese-nas-aguas-do-tejo-1760790>, Acesso a: 12/09/2019;
- FIDALGO, A. (1996). *O consumo de informação. Interesse e curiosidade*, Biblioteca online de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior;
- FILDALGO, J. (2003). *Do que é que se fala quando se fala em serviço público de televisão?* apud PINTO, M. *Televisão e cidadania – contributos para o debate sobre serviço público*, Braga: Universidade do Minho;
- FISHER, K. (1997). *Locating frames in the discursive universe*;
- FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed;
- FLORES, P. (2011). *Análise de um projeto de investimento na energia nuclear em Portugal*, Universidade da Beira Interior;
- FLYN, J. HUNREUTHER, H. SLOVIC, D. (1998). *Risk, media and stigma at rocky flaty*, Londres: Fortson;
- FORTIN, M. (2009). *Fundamentos e etapas no processo de investigação*. Loures: Editora Lusociência;
- GENRO, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, Porto Alegre: Tchê!;
- GIDDENS, A. (1997). *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- GIL, A, C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas;
- GIL, A, C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas;
- GITLIN, T. (1980). *The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the new left*. University of California Press;
- GODOY, A, S. (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades*. ERA: Revista de administração de empresas, São Paulo;
- GODOY, A, S. (1995). *Pesquisa Qualitativa – Tipos fundamentais*. ERA: Revista de administração de empresas;
- GOFFMAN, E. (1974). *Frame Analysis*. New York: Harper & Row;
- GOLDENBERG, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record;

- GOMES, A. (2012). *Nos bastidores dos telejornais: RTP1, SIC e TVI*, Lisboa: Tinta da China;
- GOMES, F. *Da descoberta do urânio às bombas atômicas. A história do nuclear*, Disponível em: <https://observador.pt/especiais/da-descoberta-do-uranio-as-bombas-atomicas-a-historia-da-era-nuclear/>, Acesso a: 28/08/2019;
- GOMES, I. (2007). *Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise*, Revista ecompós;
- GOMES, I. MENEZES, M. (2008). *O pacto sobre o papel do jornalismo nos quatro telejornais diários da TV globo*, Revista Interamerica da Comunicação;
- GOMIS, L. (1991). *Teoria del periodismo: como se forma el presente*, México: Paidós;
- GONÇALVES, T. (2005). *A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo*, Revista Caleidoscópio;
- GRADIM, A. (2000). *Manual de jornalismo*, Universidade da Beira interior;
- GRADIM, A. (2014). *A estrutura das revoluções científicas e o pragmatismo científico de Thomas Kuhn*, em Livros Labcom: A construção da ciência – Da lógica da investigação à medição do impacto;
- GRADIM, A. (2015). *A televisão no seu labirinto*, apud *A Televisão Ubíqua*. Org. P. Serra, S. Sá e W. Sousa Filho, col. Jornalismo. Universidade Beira Interior: Labcom Books
- GRADIM, A. (2016). *Framing – O enquadramento das notícias*, Lisboa: Livros Horizonte;
- GRADIM, A. (2017). *Para uma leitura semiótica das teorias de framing: reinterpretando o enquadramento com base na categoria peirciana de terceiridade*;
- GUBA, E. G., e LINCOLN, Y. (1994). *Competing paradigms in qualitative research*, apud Denzin, N. K., e Y. S. Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks;
- GUIMARÃES, P. FERNANDES, F. (2016). *Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve perspetiva*;
- GUTMANN, J. (2006). *Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda setting?*;

- HALLIN, D. MANCINI, P. (1993) *Falando do presidente: a estrutura política e a reforma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália*, apud TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega;
- HANGAI, L. (2012) *A Framing analysis de Goffman e a sua aplicação no estudo em comunicação*, Revista Ação Mediática;
- HANGAI, L. (2012) *Cada um no seu quadro: os limites da comunicação na conversação do movimento Paraná sem corrupção*, Curitiba: Dissertação de Mestrado;
- HERMS, J. (2012). *El legado de la televisión franquista*, Formats;
- HERREROS, M. (1998). *Información televisiva: mediaciones, contenidos, expresion y programación*. Madrid: Sintesis;
- HUDSON, L e OZANNE, J. (1988). *Alternative ways of seeking knowledge in consumer research*. Journal of consumer research;
- IYENGAR, S. (1991). *Framing responsibility for political issues: the case of poverty*;
- JACINTO, V. (2016). *Desafios do jornalismo económico e televisão: o caso da sic*, dissertação de mestrado;
- JAMES, W. TANKARD, JR. (2003). *The empirical Approach to the study of media framing, in Framing Public Life: Perspectives on Media and our understanding of the social world*;
- JESPER, J. (1998). *Jornalismo televisivo*, Coimbra: Minerva, 1^o edição;
- JUNQUEIRA, J. (2013). *Telejornalismo e violência: o processo de construção e desconstrução da cidadania em notícias sobre criminologia*, Goiânia: Universidade Federal de Goiás;
- KAHNEMAA, D. Tversky, A. (1984). *The simulation heuristic*. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases* New York: Cambridge University Press;
- KELLE, U. (2001). *Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods*, apud Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research;
- KELLE, U., e ERZBERGER, C. (2005). *Qualitative and Quantitative Methods: Not in Opposition*, apud Flick, U., E. V. Kardorff e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*;

KUHN, T. (1970). *The structure of Scientific Revolutions*, London: The University of Chicago Press;

La energía nuclear en España: 50 años en la base del sistema eléctrico, Disponível em: <https://elperiodicodelaenergia.com/la-energia-nuclear-en-espana-50-anos-en-la-base-del-sistema-electrico>, Acesso a: 12/10/2019;

La energía nuclear, primera fuente de electricidad en España durante 2017, La Vanguardia, Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/vida/20180301/441170373298/la-energia-nuclear-primera-fuente-de-electricidad-en-espana-durante-2017.html>, Acesso a: 04/10/2019;

LASSWELL, H. (1978). *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*, apud COHN, G. Comunicação e indústria cultural, São Paulo: Companhia editorial Nacional;

LIMA, M. (2005). *RTP: Local ao global*, Universidade da Beira Interior: Livros Bocc;

LOPES, F. (1999) *Serviço público de televisão: a crise, a identidade e os desafios*, Centro de estudos de comunicação e sociedade do Minho;

LOPES, R. (2017). *O poder dos media na sociedade contemporânea*, Universidade da Beira Interior;

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU;

MACHADO, A. (2000). *A televisão levada a sério*, São Paulo: Editora Senac;

MAIA, E. (2003). *Armas nucleares e Direito Internacional*, Coimbra Editora;

MAIA, R. (2009). *Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política;

MAIZI, N. ASSOUMOU, E. (2014). *Future prospects for nuclear power in France*, Applied Energy;

MALHOTRA, N. (2004). *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*, São Paulo: Bookman;

MANGANA, R. (2018). *Aylan Kurdi como imagem-despertador da crise dos refugiados: o enquadramento da imprensa ibérica*, Universidade da Beira Interior: Labcom;

MARIN, C. (2002). *La producción de electricidad de origen nuclear en España*, Departamento de geografia: Universidad de Murcia;

- MARKONI, M. LAKATOS, E. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*, São Paulo: ATLAS;
- MARTIN, H. SHUMANN, H. (1999). *A armadilha da globalização, o assalto à democracia e ao bem-estar social*, Lisboa: Terramar;
- MARTINHO, L. (2009). *O poder da opinião pública*, Academia Militar de Lisboa: Dissertação de emstrado;
- MARTINS, R. (2013). *O papel dos media no escândalo político e propósito do processo casa pia*, Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de mestrado;
- MÁRTIRES, J. (2016). *O papel da RTP no contexto de serviço público de televisão em Portugal: a televisão pública ainda se justifica?* ISCTE: Dissertação de mestrado;
- MATEOS, C. (2013). *El directo ético y el directo patético en los informativos de television*, Madrid: Universidade Rey Juan Carlos;
- MATHIEU, J. ZAJAC, D.(1990). *A review and meta-analysis of the antecedents, correlates and consequences of organizational commitment*. Psychological Bulletin;
- MATHISON, S. (1988) *Why triangulate? Educational Researcher*, <http://blogs.ubc.ca/qualresearch/files/2008/01/why-triangulate.pdf>, acesso em: 1/2/2019;
- MATTAR, Fauze Nagib. (1990). *Pesquisa de Marketing: Metodologia, planejamento, execução e análise*. São Paulo: Atlas;
- MCCOMBS, M. Ghanem, A. (2001). *The convergence of agenda setting and framing in Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates;
- MCCOMBS, M. SHAW, D. (1972). *The agenda-setting function of mass media*, *Public Opinion Quarterly*;
- MCLEOD, D. DETEMBER, H. (1999) *Framing Effects of Television News Coverage of Social Protest*, *Journal of communication*;
- MCLUHANN, M. (1971). *Os meios de comunicação como extensões do homem*, São Paulo;
- MCQUAIL, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

- MENDONÇA, R. SIMÕES, P. (2012). *Enquadramentos diferentes – operacionalizações analíticas de um conceito*;
- MESQUITA, M. (2003). *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva;
- MEYERS, M. (1997). *News of batterring*. Em Dan Berkowitz *social meaning of news*, Londres: SAGE;
- MINAYO, M. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Lazos;
- MINAYO, M. SANCHES, O.(1999). *Qualitativo- quantitativo: oposição ou complementaridade?* Cadernos de Saúde pública;
- MORAGOS, M. PRADO, C. (1991). *Televisiónes tocalos – Tipologias y apartacinos de experiencia Catalana*, Calegi de periodistas de Catalunya;
- MORSE, J.et al. (2002). *Verification strategies for establishing reliability and validity in qualitative research*. International jornal of qualitative methods;
- NAKAGAWA, C. (2014). *Hiroxima: A catástrofe atómica e as suas testemunhas*, Universidade de São Paulo: Instituto de Psicologia;
- NAVAL, V. MANGANA, R. (2018). *La presencia del framing en los artículos publicados en revistas hispanoamericanas de comunicación indexadas en Scopus*;
- NETO, P. (2012). *Ambientalismo e comunicação política: Media e empowerment tecnológico enquanto condição de influência exógena*, Lisboa: tese de doutoramento;
- NEVES, R. (2017). *Campanha eleitoral para a presidência da República nos jornais de referência: Agenda Setting e processos de Framing na narrativa noticiosa*, Dissertação de mestrado, Universidade do Porto;
- NOVAIS, V. *Almaraz: uma central nuclear fora de prazo e mesmo aqui ao lado*, O observador, Disponível em: <https://observador.pt/especiais/almaraz-central-nuclear-prazo-mesmo-ao-lado/>, Acesso a: 02/09/2019
- Nuclear: 30 anos depois de Chernobyl, a Europa está segura?* Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/04/22/nuclear-30-anos-depois-de-chernobyl-a-europa-esta-segura>, Acesso a: 24/10/2019;
- NUNES, F. *Governo projeta quatro novas usinas nucleares no Brasil*, Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/governo-projeta-quatro-novas-usinas-nucleares-no-brasil/>, Acesso a: 28/09/2019

- OLIVEIRA, E. Carvalho, A. (2012). *O “Framing” na construção social no sentido do risco e da incerteza na ciência*, Universidade da Beira Interior;
- PALACIO, M. (2001). *Historia de la televisione en España*, Barcelona: Gedisa;
- PARDAL, L. LOPES, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores;
- PASTURA, V., MOT, A., LEGEY, A. LAPA, M. (2015). *A energia nuclear, a opinião pública e o trabalho de consciencialização das instituições nucleares*, Instituto de energia nuclear;
- PATTON, M. (2002). *Qualitative research and evolution methods*. Thousand caks: sage publications;
- PAULINO, F. GUAZINE, L. OLIVEIRA, M. (2016). *Serviço público de média e comunicação pública: conceito, contextos e experiências*, Comunicação e Sociedade;
- PEDRO, M. (2012). *Viabilidade económica da implementação de um reactor nuclear para a produção de energia elétrica em Portugal*, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;
- PINTO, M. (1995). *O telejornal e o serviço público*, Coimbra: Minerva;
- PORTO, M. (2002). *Enquadramentos da Mídia e Política*, Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília;
- PORTO, M. (2002). *Televisão e Política no Brasil – A rede globo e as interpretações da audiência*, Rio de Janeiro: e-papers;
- POZOBON, R. SCHAEFER, R. (2015). *Perspetivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual*;
- PRIOR, H. GUAZINE, L. ARAÚJO, B. (2016). *Diálogos lusófonos em comunicação e política*, UBI: LABCOM;
- QUÉRÉ, L. (1992). *Interpretação em Sociologia*, Margem: São Paulo;
- QUIVY, R. CAMPENHOUDT, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva publicações;
- RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais*. apud I. M. Beuren (Ed.), *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria* São Paulo: Atlas;

- REESE, S. (2003). *A bringing model for media research*. apud S. Reese, O. Gandy y A. Grant (Eds.), *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world* Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates;
- REESE, S. (1982). *Framing public life: A bridging model for media research*;
- RESENDE, R. (2013). *O serviço público de televisão nos Açores, legitimação e condicionalismos*, Universidade dos Açores;
- RICHARDSON, R, J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas;
- RUELA, R. JÚNIOR, J. *Há ou não perigo em Almaraz?* Revista Visão, Disponível em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2017-02-28-Ha-ou-nao-perigo-em-Almaraz->, Acesso a: 12/09/2019
- SÁDABA, T. (2008). *Framing: el encuadre de las noticias. El binómio terrorismo-medios*, Buenos Aires: Crujía Ediciones;
- SAÉZ, J. (1986). *En el lugar del hecho*, Ecuador;
- SANTOS, M. (2002). *Trabalho experimental no ensino das Ciências*. Lisboa: Ministério da educação, Instituto de inovação educacional;
- SANTOS, R. (2012). *Análise de processos de framing na cobertura jornalística de escândalos bancários: O caso do Bes e Lehmon Brothers*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- SANTOS, S. (2013). *Os media de serviço público*, Universidade da Beira Interior: Livros Labcom;
- SARAIVA, M. (2001). *A Cenografia de informação televisiva em Portugal*, Porto: Edições afrontamentos;
- SCANELL, P. (1995). *Britain: Public Service Broadcasting, from national culture to multiculturalism*, in RABOY, M. *Public Broadcasting for the 21st century*, England: University of Luton;
- SCHEUFELE, D. (1999) *Framing as a theory of media effects*, Nova Iorque: Journal of communication;
- SCHEUFELE, D. (2006). *Frames, schemata, and news reporting*. Communications;
- SCHEUFELE, D. (2007). *TEWKSBURY, D. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models*, *Journal of Communication*;

- SCHMIDT, L (2014). *Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia – A opinião dos portugueses*, Universidade de Lisboa;
- SCHUDSON, M. (1992). *Watergate in American Memory*, New York, BasicBooks;
- SENA, A. (2017). *Modas e mecanismos de credibilidade no jornalismo televisivo: O caso da Sic*. Universidade da Beira Interior;
- SEQUEIRA, M. (2015). *A influência dos media na participação eleitoral dos jovens portugueses*, Instituto Universitário de Lisboa: Dissertação de mestrado;
- SERAPIONI, M. *Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração*. Ciências Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf>. Acesso em: 7/3/2019
- SERRANO, E. (2006). *Jornalismo Político em Portugal A Cobertura de Eleições Presidenciais na Imprensa e na Televisão*, Lisboa: Edições Colibri
- SEVERINO, A. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez;
- SILVA, E. MENEZES, E. (2000). *Metodologia de pesquisa e elaboração da dissertação* (3^oed). Universidade federal de Santa Catarina;
- SILVA, M. TEVES, V. (1971). *Vamos falar de televisão*, editorial verbo;
- SILVA, R. (2013). *Medicina de catástrofe: De Fukushima para o mundo*, Dissertação de Mestrado: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto;
- SILVEIRA, P. (1978). *Opinião pública e a contestação antinuclear*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- SILVEIRA, T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora de UF RGS;
- SIMÕES, A. (2013). *A convergência da RTP*, Universidade de Coimbra: Relatório e Estágio;
- SIMÕES, P. e Mendonça, R. (2012). *Enquadramento – Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito*, Revista Brasileira de Ciências Sociais;
- SOARES, M. *Análise de enquadramento*. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. (Org.) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. Disponível em: Acesso 29/2/2019.
- SOUSA, H. SANTOS, L. (2003). *RTP e Serviço Público – um percurso de inultrapassável dependência e contradição*. apud PINTO, M. *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre serviço público*, Universidade do Minho: Comunicação e sociedade;

- SOUSA, J. (2012). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalismo ambiental: uma perspetiva ibérica*, Biblioteca online de ciências da comunicação, Porto;
- SOUZA, M. GOMES, W. (2003). *Evidência e interpretação em pesquisa: as relações entre qualidades e quantidades*. Psicologia em Estudo, Maringá;
- STAKE, R. E. (2009). *A arte da investigação com estudos de caso* (2ª ed.), Lisboa;
- Tchernobyl: maior catástrofe nuclear ainda se faz sentir*, Disponível em: <https://expresso.pt/actualidade/tchernobyl-maior-catastrofe-nuclear-ainda-se-faz-sentir=f645349>, Acesso a: 17/09/2019;
- THOMPSON, J. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*, Petrópolis: Vozes;
- TORRES, Ed. (2011). *A Televisão de Serviço Público*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- TOURINHO, C. (2014). *Telejornalismo interativo: entre a promessa e a realidade. Análise dos contextos do Brasil e de Portugal*, Universidade do Minho;
- TRAQUINA, N. (2000). *O poder do jornalismo*, Coimbra: Minerva;
- TUCHMAN, G. (2002). *As notícias como realidade construída*. apud Esteves, J.P. (ed.). Comunicação e Sociedade. Lisboa: Livros Horizonte;
- TUCHMAN, G. (1980). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press - Simon & Schuster;
- TUCHMAN, G. (1972). *Objectivity of strategic ritual: an examination of new's sens notions of objectivity*, The american journal of sociology;
- TUCKER, L. (1998). *The framing of Calvin Klein: A frame analysis of media discourse about the august 1995 Calvin Klein jeans advertising campaign*, jornal critical studies in mass communication;
- VACOS, P. (2005). *La televisión en Extremadura: un proyecto de televisión regional*;
- VASCONCELOS, A. (2003). *Serviço público interesse privados – o que está em causa na polémica da RTP*, Lisboa: Oficina do livro;
- VAZ, D. (2009). *A informação televisiva: Análise dos noticiários das televisões generalistas em Portugal*, Universidade da Beira Interior: Dissertação de mestrado;

Verdades e Perigos da energia nuclear, Greenpeace Disponível em: <https://secured-static.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2007/9/verdades-e-perigos-da-energia.pdf>, Acesso a: 12/10/2019;

VIEIRA, R. VIANNA, D. (2017). *Produção de energia nuclear em relação à matriz energético*, Universidade Federal do Rio de Janeiro;

VILLELA, R. (2008). *Profissão: jornalista de TV – telejornalismo aplicado na era digital*, Rio de Janeiro: Ciência Moderna;

VREESE, C. (2005), *News framing: Theory and typology*, Information design jornal;

VZEU, A. (2001). *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*, Universidade Federal de Pernambuco;

WAHNON, S. (2013). *Acidente na central nuclear de Fukushima-I: Análise crítica*, Dissertação de Mestrado: Técnico de Lisboa;

WOLCOTT, H. (1994). *Transforming qualitative data*, Londres: SAGE;

WOLF, M. (1992). *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editora Presença;

WOLTON, D. (1994). *Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da televisão*, Coleção Comunicação, Porto: Edições ASA;

WOLTON, D. (2004). *O pensar a comunicação*, Brasília: Edições UNB;

World Nuclear Association, Disponível em: <https://www.world-nuclear.org/>, Acesso a: 01/10/2019